

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CREUSA DA SILVA MELO**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL? AVALIAÇÃO**  
**POLÍTICA DOS SEUS FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS**

---

**RECIFE/2012**

---

**CREUSA DA SILVA MELO**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL? AVALIAÇÃO  
POLÍTICA DOS SEUS FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
APRESENTADA PELA DISCENTE **CREUSA DA  
SILVA MELO** AO PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL COMO  
EXIGÊNCIA À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE  
MESTRE SOB ORIENTAÇÃO DA **PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>.  
ANA CRISTINA BRITO ARCOVERDE.**

---

**RECIFE/2012**

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

M528p

Melo, Creusa da Silva

Política pública de economia solidária no Brasil? : avaliação política dos seus fundamentos ideológicos / Creusa da Silva Melo. - Recife : O Autor, 2012.

138folhas : il. 30 cm.

Orientador: Profa. Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2012.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Economia solidária. 2. Trabalho associado. 3. Ideologia. I. Arcoverde, Ana Cristina Brito(Orientador). II. Título.

361.6 CDD (22.ed.)

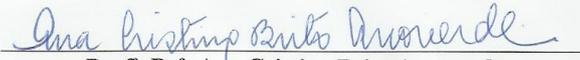
UFPE (CSA 2012 – 029)

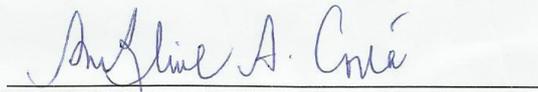


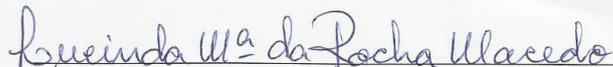
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO

Ata da Defesa de Dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Às quatorze horas do dia oito de março do ano de dois mil e doze, no Anfiteatro do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a Defesa de Dissertação intitulada: **“Política Pública de Economia Solidária no Brasil? Avaliação política dos seus fundamentos ideológicos”** de autoria da Mestranda **Creusa da Silva Melo**, a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social. A Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número **23076.010623/2012-54**, foi constituída pelos seguintes Professores: **Ana Cristina Brito Arcoverde, Doutora em Sociologie**, Orientadora e Examinadora Interna; **Anita Aline Albuquerque Costa, Doutora em Serviço Social**, Examinadora Interna; **Lucinda Maria da Rocha Macedo, Doutora em Serviço Social**, Examinadora Externa; **Rubenilda Maria Rosinha Barbosa, Doutora em Antropologia**, Suplente Externa; **Maria de Fátima Melo do Nascimento, Doutora em Serviço Social**, Suplente Externa. Na qualidade de Orientadora, a **Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Brito Arcoverde** presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a apresentação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu **...A.P.R.O.V.A.R...** a Dissertação com as seguintes menções: **Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Brito Arcoverde: ...aprovada...**; **Dr<sup>a</sup>. Anita Aline Albuquerque Costa: ...aprovada...**; **Dr<sup>a</sup>. Lucinda Maria da Rocha Macedo: ...aprovada...** E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 08 de março de 2012.

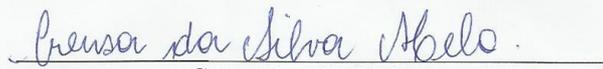
BANCA:

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Brito Arcoverde

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anita Aline Albuquerque Costa

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucinda Maria da Rocha Macedo

MESTRE:

  
Creusa da Silva Melo

---

***À vida que ensina a amar, a sofrer,  
aprender e entender que tudo passa.  
Somente o que se aprende se perpetua  
no ser e ninguém lhe retira. (Creusa Melo)***

---

## AGRADECIMENTOS

***O progresso dá-nos tanta coisa que não nos sobra nada nem para pedir, nem para desejar, nem para jogar fora.***

*(Carlos Drummond de Andrade)*

Ao finalizar mais uma etapa da minha formação acadêmica não poderia deixar de agradecer às pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para que eu concluísse o curso do mestrado e, particularmente, chegasse à defesa da dissertação com serenidade e o sentimento do “*dever cumprido*”!

Em primeiro lugar a **minha família** que embora à distância, esteve sempre presente durante todo o período do curso. **Minha mãe, meus irmãos e irmãs** e especialmente, **Elza** que esteve na torcida comigo, lutando e buscando as melhores oportunidades para a finalização desta etapa.

Aos meus **caros amigos e amigas** que dividiram comigo angústias e alegrias no meu desenvolvimento acadêmico desde a graduação. Entre eles/as, **Luanne Alves, Viviane Souza, Cleide Santos, Miriam Félix, Alzany dos Anjos, Fabiana Costa**, companheiras de faculdade e toda a turma do mestrado.

À minha **grande amiga Letícia Carneiro** que me apoiou em tudo e esteve presente nos momentos mais duros e também mais felizes. Que me proporcionou todos os meios para que eu iniciasse e terminasse a graduação e continuou na retaguarda no período do mestrado sempre disposta a qualquer tipo de apoio. Que me deu força e me incentivou a crescer cada dia que passava, enquanto pessoa e enquanto profissional em busca de crescimento e qualificação.

Através dela conheci pessoas maravilhosas que foram primordiais para que eu pudesse levar adiante a minha formação desde a graduação. Entre elas, **Ângela Neves, Péricles Souza, Fátima (Fatita)**, que me acolheram quando ainda estava iniciando a faculdade e que torceram na minha caminhada de início e término do mestrado. A eles o meu agradecimento sincero.

No percurso do mestrado tive também a oportunidade de iniciar a minha carreira profissional e neste novo momento convivi com pessoas igualmente maravilhosas que não poderia esquecer aqui. Deixo então o meu agradecimento coletivo à **turma da Gerência de Monitoramento e Avaliação** e da **GPSE/GSUAS** com quem dividi momentos de alegria, angústia, decepção, prazer, sentimentos capazes de me impulsionar para que eu continuasse lutando pelos meus objetivos e sonhos.

Agradeço também a minha companheira e amiga **Gicele Santos** pelo amor, companheirismo, dedicação e compreensão nos momentos em que precisou de mim e eu não pude atendê-la. Por tudo que pode me ensinar à sua maneira, a ser mais flexível comigo e com os outros, a exigir menos de mim mesma, curtir o tempo presente e fazer tudo a seu tempo, sem angústias ou cobranças.

Aos colegas de Iniciação científica e do grupo **ARCUS/UFPE**, por tudo que pudemos construir e aprender juntos/as no grupo de estudos e pesquisa.

À professora **Ana Cristina Brito Arcoverde**, minha orientadora de pesquisa, de monografia e do mestrado com quem aprendi a importância da pesquisa e da produção do conhecimento e de quem recebi toda confiança e carinho para dar início a minha vida profissional. Obrigada pelas contribuições e acréscimos à minha formação acadêmica, orientação na monografia, dissertação de mestrado e acima de tudo, pela confiança depositada.

Não poderia deixar de agradecer **aos/às professores/as da Pós Graduação de Serviço Social** que estão direta ou indiretamente ligados à minha formação. Entre eles/as: **Anita Aline, Alexandra Mustafá, Marco Mondaini, Ângela Amaral, Ana Vieira** e os demais participantes do Programa.

Um agradecimento especial à **Banca examinadora** desta dissertação, às professoras que com muito carinho e grande conhecimento contribuíram para a melhoria e qualificação deste trabalho. Agradeço principalmente a Rosinha e Lucinda examinadoras externas, pela disponibilidade e prazer em fazer parte deste processo.

Meus agradecimentos a todos os/as que participaram do processo de ingresso e término deste curso. Cada um/a na sua especificidade e, sob determinada perspectiva teórica me proporcionou a consciência de um agir profissional pautado no respeito às diferenças e na luta pela equidade e justiça social.

Neste espaço fica o meu reconhecimento ao **CNPQ** por todo investimento e à **PGSS/UFPE** pelo acompanhamento e orientações prestados no decorrer do mestrado.

Agradeço sinceramente a **todos os amigos e amigas** que torceram diariamente por mim desde o processo seletivo para este curso até a sua conclusão e que não caberia aqui neste espaço. **Às novas famílias que aderi e com todo amor e afeto posso me sentir parte.**

Meus agradecimentos finais **à existência, a Deus e à força da vida** que me proporcionam a cada dia a vontade de viver, crescer e continuar lutando por dias melhores, nesta realidade social que urge por mudança e transformação.

## ***LISTA DE ABREVIATURAS***

**BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**CNES** – Conselho Nacional de Economia Solidária

**CONAES** - Conferência Nacional de Economia Solidária

**FBES** - Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Plataforma da Economia Solidária.

**MCT** – Ministério de Ciência e Tecnologia

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MDIC** - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**MEC** - Ministério da Educação

**MINC** – Ministério da Cultura

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MS** - Ministério da Saúde

**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego

**SENAES** – Secretaria Nacional de Economia Solidária

**SIES** - Sistema de Informações em Economia Solidária

## ***LISTA DE FIGURAS***

<b>Figura I -</b> Ciclo da Política Pública	<b>52</b>
<b>Figura II -</b> Estrutura da Política Pública de Economia Solidária no Governo	<b>58</b>
<b>Figura III –</b> Estrutura do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento	<b>60</b>
<b>Figura IV –</b> Estrutura de avaliação política	<b>89</b>

## ***LISTA DE GRÁFICOS***

<b>Gráfico 01</b> – Remuneração dos Sócios dos EES em Pernambuco	<b>72</b>
<b>Gráfico 02</b> – Remuneração Média dos Sócios dos EES em Pernambuco	<b>73</b>

## ***LISTA DE QUADROS***

<b>Quadro I</b> - Órgãos Parceiros do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento	<b>63</b>
<b>Quadro II</b> - Os Fundamentos Ideológicos da Economia Solidária	<b>81</b>
<b>Quadro III</b> - Vantagens da Autogestão e da Heterogestão como Modo de Organizar a Produção	<b>83</b>
<b>Quadro IV</b> - Documentos Analisados	<b>90</b>
<b>Quadro V</b> - Perspectivas Político-Ideológicas da Economia Solidária enquanto ação do Estado e luta política dos trabalhadores	<b>94</b>

## ***LISTA DE TABELAS***

<b>Tabela 01</b> - Ano de início do empreendimento em Pernambuco	<b>67</b>
<b>Tabela 02</b> - Formas de organização do empreendimento em Pernambuco	<b>67</b>
<b>Tabela 03</b> - Motivos para criação do empreendimento em Pernambuco	<b>68</b>
<b>Tabela 04</b> - Área de atuação dos empreendimentos em Pernambuco	<b>68</b>
<b>Tabela 05</b> - Número de participantes – sócios (as) em Pernambuco	<b>69</b>
<b>Tabela 06</b> - Quantitativo de sócios por empreendimento em Pernambuco	<b>69</b>
<b>Tabela 07</b> - As 10 atividades econômicas mais frequentes nos empreendimentos em Pernambuco	<b>70</b>
<b>Tabela 08</b> - Faturamento mensal por número de empreendimento em Pernambuco	<b>71</b>
<b>Tabela 09</b> - Utilização dos ganhos do empreendimento em Pernambuco	<b>74</b>
<b>Tabela 10</b> - Benefícios, garantias e direitos para sócios trabalhadores dos empreendimentos em Pernambuco	<b>75</b>
<b>Tabela 11</b> - Participação do empreendimento em movimentos sociais e populares em Pernambuco	<b>75</b>
<b>Tabela 12</b> - Tipos de movimentos sociais e populares em Pernambuco	<b>76</b>
<b>Tabela 13</b> - Área de atuação do empreendimento em Pernambuco	<b>76</b>
<b>Tabela 14</b> - Perspectivas político-ideológicas da economia solidária em Pernambuco	<b>96</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	16
<b>CAPÍTULO I - FETICHISMO DA MERCADORIA, ALIENAÇÃO DO TRABALHO E IDEOLOGIA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.</b>	22
1.1. AS IDEOLOGIAS E SUAS INTERFACES COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	26
1.2. ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NO ENFRENTAMENTO AO DESEMPREGO NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	34
1.3. AVALIAÇÃO DE POLÍTICA E SUA DIALÉTICA NO PROCESSO DECISÓRIO DA POLÍTICA	42
<b>CAPÍTULO II - POLÍTICA PÚBLICA E PROCESSO DECISÓRIO: A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO</b>	47
2.1. O PROCESSO DA POLÍTICA PÚBLICA: SEUS ELEMENTOS FUNDANTES	49
2.2. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES	56
2.3. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: OS NÚMEROS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – SIES – OS DADOS DE PERNAMBUCO	66
<b>CAPÍTULO III - FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – A CONSISTÊNCIA DOS SEUS PRINCÍPIOS</b>	79
3.1. METODOLOGIA: A AVALIAÇÃO POLÍTICA COMO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	88
3.2. ASPECTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CARÁTER POLÍTICO DO PROCESSO DECISÓRIO	93
3.3. OS DETERMINANTES DA AGENDA POLÍTICA DO ESTADO PARA O ENFRENTAMENTO AO DESEMPREGO E À AUSÊNCIA DE TRABALHO POR VIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	103
<b>REFERÊNCIAS</b>	108
<b>ANEXO - RELATÓRIO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA - PE</b>	114

## **Resumo**

Este trabalho objetiva analisar os determinantes políticos e ideológicos que fundamentam as ações do Estado para o enfrentamento ao desemprego e à ausência de trabalho por via da política pública de economia solidária implementada através do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. E, para chegar a tal objetivo, percorremos um caminho de verificação dos elementos político-ideológicos presentes nas relações entre Estado e sociedade civil no estabelecimento das parcerias para o fomento às ações de economia solidária no país. Assim como a sistematização de indicadores de ordem sócio-política e ideológica, que definem e concretizam as ações do Estado dentro da política de economia solidária relacionando-os com o contexto da sociedade brasileira. Desenvolvemos neste trabalho a avaliação política da Política de Economia Solidária por meio do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” como principal ação desenvolvida pela SENAES no âmbito desta Política. Os dados analisados, aliados ao quadro teórico de referência e documentos da política, nos indicam que tal política se desenvolve em um campo fértil de correlação de forças políticas e ideológicas que demonstram a dificuldade da sua regulamentação e eficaz implementação enquanto política pública de enfrentamento à questão do desemprego e da falta de trabalho e renda. As categorias teóricas que balizaram a análise neste trabalho como a ideologia, por exemplo, dão conta de que a política em questão coloca em pauta valores e princípios de outra sociabilidade, ou seja, não capitalista, já que chama a população para práticas onde o trabalho associado, a autogestão e o controle dos meios de produção estariam nas mãos dos trabalhadores. Embora se reconheça o potencial desta política no curto espaço de tempo do seu desenvolvimento no país, chegamos à conclusão que ela reatualiza e reafirma o processo de precarização do trabalho daqueles que vivem e dependem exclusivamente da renda proveniente dos empreendimentos ou atividades fomentados nas ações da política. O trabalho associado ainda é campo de luta pelo direito de produzir e comparece como principal desafio a ser conquistado tanto no âmbito governamental como para os trabalhadores organizados no âmbito da economia solidária.

**Palavras-chave:** economia solidária, trabalho associado, ideologia.

## ***ABSTRACT***

This work aims to analyze the political and ideological determinants that underlie the actions of state to face unemployment and absence from work through the public policy of solidarity economy implemented through the Programme "Solidarity Economy in Development". And to reach this goal, we have come a way of checking the present political and ideological relations between state and civil society in the establishment of partnerships to promote the actions of solidarity economy in the country. Just as the systematization of indicators of socio-political and ideological, that define and illustrate the actions of the state within the solidarity economy policy relating them to the Brazilian society. Developed in this work the evaluation of political policy through the Solidarity Economy Programme "Solidarity Economy in Development" as the primary force developed by SENAES under this Policy. The data analyzed, together with the theoretical framework and policy documents, indicate that such a policy is developed in a fertile field for correlation of political and ideological forces that demonstrate the difficulty of regulation and effective implementation and the public policy of confronting the issue unemployment and lack of jobs and income. The theoretical categories that guided the analysis in this work as ideology, for example, realize that the policy in question brings forth other values and principles of sociability, ie, non-capitalist, as he calls the population to which the work practices associated with self-management and control of means of production would be in the hands of workers. While recognizing the potential of this policy in the short time of its development in the country, came to the conclusion that it reactualiza and reiterates the process of casualization of the work of those who live and depend solely on income from the projects or activities promoted in the policy actions . The work is still associated with the field for the right to produce and appears as the main challenge to be met both within government as to the organized workers in the social economy.

**Keywords:** solidarity economy, worker ownership, ideology.

***“COM A VALORIZAÇÃO DO MUNDO DAS COISAS, AUMENTA EM PROPORÇÃO DIRETA A DESVALORIZAÇÃO DO MUNDO DOS HOMENS” (KARL MARX).***

A complexidade das relações de produção desenvolvidas hoje no atual contexto do capitalismo financeiro, ou global - reestruturado, sob o regime de acumulação flexível nos impele à desmistificação de processos sociais que podem ser facilmente explicados no plano da aparência do fenômeno. No entanto, a sua real compreensão só pode ser efetivada quando nos aprofundamos no estudo e na observação do fato, não como acontecimento isolado, mas, dentro de uma totalidade que exige determinadas associações e mediações para, a partir daí, explicar o que parecia oculto, ou seja, a essência do fenômeno.

É exatamente o que buscamos fazer ao nos preocupar com a investigação já tão desenvolvida por vários estudiosos acerca do tema da Política de Economia Solidária no Brasil. Neste caso, nos parece um desafio ainda maior na explicitação do nosso tema, uma vez que já existem discussões sob diversas perspectivas teóricas e por diferentes autores quer defendam ou neguem tal realidade.

Nossa preocupação, ao discorrer sobre esta temática, não esteve, portanto, ligada a questões de defesa ou de crítica redutível ao tema, mas foi dada ao mesmo a atenção que qualquer outro objeto de estudo requer. Isto é, analisando-o no sentido de encontrar os nexos e as determinações necessárias à sua compreensão de forma a contribuir com uma análise original, apoiada criticamente em elementos capazes de explicar as relações que estão envoltas na Política de Economia Solidária e que a fazem alvo de tantas polêmicas.

A aproximação com o tema se deu por entendermos que a economia solidária enquanto política pública, recente no país, carece de estudos e análises que aprofundem alguns aspectos das discussões até então produzidas pelas correntes que discordam ou se contrapõem a tal perspectiva, bem como daquelas que a defendem como um novo modo de produção alternativo à produção capitalista.

Neste sentido empreendemos um estudo que procurou se afastar desta polarização.

Nosso intuito foi realizar uma análise que pudesse contribuir teoricamente com a compreensão do fenômeno pesquisado. Subsidiando, com os seus resultados, as práticas daqueles que estão diretamente no campo da intervenção da política bem como contribuísse para o acúmulo de conhecimento a respeito da referida Política. (SEVERINO, 2007, RICHARDSON, 1999, MINAYO, 2010).

Muitas são as análises já desenvolvidas a respeito da temática da economia solidaria como também da sua relação com os determinantes mais gerais da sociedade capitalista. Sendo assim, nos preocupamos em realizar nossa análise e reflexões a partir de aspectos como a reestruturação do capital, as novas formas de trabalho, trabalho flexível, o socialismo utópico, a avaliação de política, a cultura do auto-emprego. Além de categorias e conceitos como o trabalho, alienação, trabalho alienado, ideologia, política pública, política social, avaliação política, entre outros.

Desenvolvemos o nosso estudo que foi orientado por estas categorias e conceitos, seja de forma transversal ou mais aprofundada, procurando responder ao nosso questionamento principal acerca do tema que era: *quais os determinantes políticos e ideológicos que fundamentam as ações do Estado para o enfrentamento do desemprego e da exploração do trabalho por via da Política Pública de Economia Solidaria implementada através do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” no Brasil desde 2004.*

Tal verificação se fez necessária, para que pudéssemos evidenciar de forma sistematizada os determinantes tanto de ordem política quanto de ordem ideológica, que definem e concretizam as ações do Estado dentro desta Política e qual a sua relação com o contexto da sociedade brasileira para que se compreendam as especificidades da Política no país e sua relação com o Estado no enfrentamento e na garantia do direito social ao trabalho.

Partimos do princípio de que o incentivo à Política de Economia Solidária é um dos instrumentos de ação do Estado para o enfrentamento da questão do desemprego, da ausência e exploração do trabalho. Nessa perspectiva o Estado utiliza como principal estratégia, a formação ideológica dos sujeitos envolvidos na política, desde os gestores até os beneficiários da política. Neste sentido, entendemos que no momento que o Estado amplia as suas ações para o campo da

geração de trabalho e renda através de políticas como a de economia solidária, o mesmo acaba por fomentar o ideário do trabalho autônomo ou por conta própria e o empreendedorismo, o que ocasiona, em nossa opinião, um processo de desresponsabilização da função do Estado enquanto garantidor do direito social ao trabalho.

Com tal incentivo, percebe-se uma tendência à legitimação por parte do Estado, das novas formas de trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital, caracterizadas, sobretudo, pelo trabalho flexível, temporário, precário e subalternizado, aspectos que acirram ainda mais o processo de exploração e alienação do trabalho.

Nosso trabalho foi desenvolvido com o objetivo principal de analisar os determinantes políticos e ideológicos que fundamentam as ações do Estado para o enfrentamento ao desemprego e à ausência de trabalho por via da política pública de economia solidária implementada através do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. E, para chegar a tal objetivo, percorremos um caminho de verificação dos elementos político-ideológicos presentes nas relações entre Estado e sociedade civil no estabelecimento das parcerias para o fomento às ações de economia solidária no país. Assim como a sistematização de indicadores de ordem sócio-política e ideológica, que definem e concretizam as ações do Estado dentro da política de economia solidária relacionando-os com o contexto da sociedade brasileira.

Tínhamos também como objetivo específico a necessidade de realizar a avaliação política da Política de Economia Solidária por meio do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” como principal ação desenvolvida pela SENAES no âmbito desta Política. Sendo assim, realizamos a avaliação política dos fundamentos ideológicos, tanto da Política como do Programa por percebermos que os dois estão imbrincados e funcionam de forma dependente um do outro.

O interesse pela avaliação política dos fundamentos ideológicos da Política de Economia Solidária empreendida no Brasil a partir dos anos 2000 se deu pela experiência de pesquisa vivenciada em nossa formação acadêmica enquanto bolsista de iniciação científica junto a dois projetos de pesquisa. O primeiro discutia diretamente sobre os fundamentos e materialização da economia solidária e sua

relação com os fenômenos do desemprego e da exclusão social. Enquanto o segundo procurou avaliar os impactos decorrentes dos empreendimentos solidários na vida dos trabalhadores envolvidos nessas atividades, bem como no território de inserção desses empreendimentos.

Sendo assim, adotamos a avaliação política como perspectiva teórico-metodológica de trabalho e a análise documental como técnica de exploração de informações que percorreu diversos documentos da Política e do Programa analisados, tais como: relatórios, termos de referência, projetos de lei, e os demais documentos oficiais do programa, da política e do setor envolvido. Também foram analisados no conjunto de documentos, dados do Sistema de Informação em Economia Solidária – SIES, relativos ao Estado de Pernambuco e ao Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

Os documentos foram organizados em dois núcleos de forma a propiciar o agrupamento de ideias ou perspectivas teóricas envolvidas nos mesmos. Ou seja, a cada capítulo desenvolvido nos utilizamos de uma parte dos documentos analisados. Alguns documentos serviram de base para o desenvolvimento das ideias acerca do tema. Propiciando as devidas conexões com a realidade e o objeto estudado, este conjunto de documentos foi analisado do ponto de vista teórico servindo como suporte teórico às afirmações empreendidas.

Já o segundo grupo de documentos trata-se especificamente daqueles que foram utilizados para fundamentar as perspectivas político-ideológicas da Política em questão, e subsidiaram a avaliação política empreendida à Política de Economia Solidária e o seu principal Programa. Levando em consideração a avaliação política a partir destes elementos: *a análise dos fundamentos, valores da política analisada acompanhada da elucidação dos critérios adotados para sua escolha em detrimento de outra política.*

Neste sentido, foram analisadas as informações contidas no Sistema de Informação em Economia Solidária - SIES, no Relatório Regional da Economia Solidária, relativas ao ano de 2007, que são os dados mais atuais do Sistema. Eles demonstram a realidade de 1.526 empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco. Pautaremos a nossa análise acerca desses dados já produzidos pelo SIES, como principal fonte de dados da economia solidária já implementada no

governo federal.

A natureza do objeto estudado nos impeliu a adotar procedimentos próprios da pesquisa qualitativa, com utilização de fontes bibliográficas e documental de forma tanto exploratória quanto explicativa que conforme indicações de (SEVERINO, 2007) é importante realizar não só o levantamento de informações sobre o objeto estudado, mas também registrar e analisar os fenômenos estudados. (p. 123). Diante disto, para apreensão do fenômeno estudado foram utilizados dados quantitativos e qualitativos, embora tenhamos priorizado a abordagem qualitativa através da técnica da análise documental.

Após a apropriação de todas as informações, referentes à Política, ao Programa estudado e à realidade social que os circunda e os determina realizamos a avaliação política que segundo Arretche (2009) deve ressaltar informações tanto sobre o **caráter político do processo decisório** que implicou na adoção de determinada política como também acerca dos **valores e critérios** que podem ser identificados na mesma.

A discussão trazida em cada capítulo que se segue é a expressão das conexões que fomos capazes de empreender no decorrer da realização do trabalho e, que a nosso ver, foram imprescindíveis para a apreensão da realidade estudada.

No primeiro capítulo deste trabalho trouxemos a discussão sobre o *fetichismo da mercadoria, alienação do trabalho e ideologia na economia solidária*. Destacando as ideologias e suas interfaces com o trabalho na economia solidária na busca de compreender a atuação do Estado Brasileiro no enfrentamento ao desemprego no âmbito da Política de Economia Solidária e poder desta maneira, apreender deste processo de análise a importância da avaliação de política e sua dialética no processo decisório a respeito de determinada política.

No segundo capítulo discutimos a Política Pública de Economia Solidária, seu processo de construção, seus elementos fundantes e a sua interface na Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Neste item, destacamos, sobretudo, a importância da SENAES para garantir na agenda política a questão da economia solidária no Brasil. Para tanto, foi necessário analisar as competências e atribuições desta secretaria como forma de entender a sua estrutura no desenvolvimento do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” que é a porta de entrada para

o desenvolvimento das ações da política no país, inclusive este é o único programa (que abarca todos os projetos) da Secretaria através do qual toda a Política Pública de Economia Solidária é Desenvolvida.

Para finalizar a análise da referida política e todo o seu processo decisório, analisamos as relações de produção na economia solidária, o contexto de reestruturação produtiva e de flexibilização do trabalho a partir dos dados do SIES fazendo as mediações entre o conteúdo da Política e a sua implementação através das informações dos empreendimentos econômicos solidários cadastrados no Estado de Pernambuco.

No terceiro capítulo analisamos os fundamentos ideológicos da Política Pública de Economia Solidária no intuito de realizar a nossa avaliação política como procedimento de análise focando principalmente na análise da **consistência dos seus princípios**. A partir da análise documental realizada, trouxemos os aspectos políticos e ideológicos da economia solidária e como destaque, o caráter político do processo decisório da política enquanto ação do Estado e luta política dos trabalhadores.

Tudo isto na tentativa de apreender os determinantes políticos e ideológicos da agenda política, que fundamentam as ações do Estado para o enfrentamento ao desemprego e à ausência de trabalho por via da política pública de economia solidária foco do nosso objeto de trabalho nesta dissertação.

O estudo empreendido nos permite concluir que ao mesmo tempo em que a Política de Economia Solidária enquanto ação do Estado coloca em pauta valores e princípios de outra sociabilidade, ou seja, não capitalista, já que chama a população para práticas onde do trabalho associado, a autogestão e o controle dos meios de produção estão sob controle dos trabalhadores, ela também reatualiza e reafirma o processo de ideologização constituinte do sistema capitalista de se utilizar dos valores e conceitos da classe trabalhadora, modificando o seu sentido a fim de legitimar-se junto a tais sujeitos. Estes aspectos estão em evidência já no primeiro capítulo deste trabalho e perseguem todo o desenvolvimento do mesmo no intuito de mostrar como as ideologias operam nas relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil e como estas se manifestam no conteúdo da Política estudada.

***FETICHISMO DA MERCADORIA, ALIENAÇÃO DO TRABALHO  
E IDEOLOGIA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA***

Conforme colocado por Marx em *O Capital*, o caráter misterioso da forma-mercadoria consiste no fato de que ela apresenta aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como se fossem *características objetivas dos próprios produtos do trabalho*, como se fossem propriedades sociais inerentes a essas coisas; e, portanto, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho global como se fosse uma relação social de coisas existentes *para além deles*. Ou seja, um fetiche, algo que ultrapassa o controle do homem, que independe dele, que ocorre de forma autônoma. (MARX, 1996, p. 198).

Segundo Chauí (1980) o fetiche é um processo no qual as atividades humanas começam a se realizar como se fossem autônomas ou independentes dos homens e passam a dirigir e comandar as suas vidas sem que estes possam controlar. (p. 23).

Nas condições de desenvolvimento do capitalismo industrial o capitalista fazendo uso do monopólio dos meios de produção compra ao operário não o fruto do seu trabalho, mas a sua própria força de trabalho, transformada em mercadoria. Diferente do que ocorria com o artesão que vendia ao comprador um produto produzido e elaborado por ele mesmo e da qual ele era o dono. (KONDER, 2009, p. 142).

Significa dizer que no capitalismo o trabalhador vende ao dono da fábrica, a sua força de trabalho que é apropriada pelo capitalista da qual ele extrai um excedente de trabalho não pago, a mais-valia. Sendo assim, pode-se dizer que neste processo,

“o valor de troca da mercadoria não se apresenta como a expressão de uma relação entre indivíduos, não se apresenta como função da quantidade de trabalho socialmente necessário, nas condições gerais de produção de mercadoria, para produzi-la”. Neste sentido, se concretiza o fetiche da mercadoria. (KONDER, 2009, p. 143-144).

O próprio Marx exemplifica ao falar sobre o fetiche da mercadoria (trabalho humano concentrado e não pago), que na indústria rural e patriarcal de uma família de camponeses que produz para as suas próprias necessidades, os objetos produzidos apresentam-se à família como os produtos diversos do seu trabalho e não como mercadorias. Ou seja, Os diferentes trabalhos que criam estes produtos - agricultura, criação de gado, tecelagem, confecção do vestuário, etc. - são, na sua forma natural, *funções sociais*, desenvolvidas pela família tal como a produção, de mercadorias tem a sua divisão do trabalho. (CHAUÍ, 1980, p. 23).

O dispêndio das forças de trabalho individuais medido pelo tempo da sua duração aparece aqui diretamente como caráter social dos próprios trabalhos, uma vez que as forças de trabalho individuais funcionam apenas como órgão da força de trabalho comum da família. Neste caso, as relações sociais dos homens com os seus trabalhos e com os produtos do trabalho permanecem simples e transparentes, tanto na produção, como na distribuição. (CHAUÍ, 1980, p. 23).

Os trabalhadores ao se envolverem nas ações da Política de Economia Solidária o fazem na busca de melhoria de renda, de trabalho, ou ainda na busca de se colocar no mercado não mais como trabalhador assalariado, mas como empreendedor dono do seu próprio negócio.

Não há, pois, uma relação salarial de emprego, com direitos trabalhistas garantidos. Este é um processo no qual se escamoteiam uma série de elementos da vida social, um desses elementos, por exemplo, é o fato da propriedade das condições de trabalho e dos produtos deste trabalho continuarem sob o domínio do capital.

O que nos impele a refletir que é muito mais a busca pela sobrevivência que move os trabalhadores a se inserirem nas ações da Política de Economia Solidária do que propriamente, a ideia de um novo modo de produção alternativo ao sistema capitalista, como defendido pelo movimento da economia solidária.

Na economia solidária o trabalhador tem a ideia de ser patrão de si mesmo porque espera que os meios de produção estejam em suas mãos, no entanto, as etapas de comercialização e distribuição para completar o circuito da mercadoria com a concretização do consumo, dependem da relação com o mercado do grande capital como principal comprador das mercadorias socialmente produzidas.

O que ocorre hoje, na produção dos trabalhadores envolvidos nas ações da economia solidária, é que estes apresentam grande dificuldade em escoar os produtos do seu trabalho e são obrigados a buscar como principal mercado comprador, as empresas ligadas ao grande capital. Estas empresas ao se apropriarem de tais produtos, o realizam de forma exploratória, desconsiderando todo o processo de produção e priorizando margens de lucros que jamais darão retorno para os produtores.

Desta maneira, concretizam-se, níveis de exploração do trabalho que nem sempre são percebidos pelos explorados. Conforme colocado por BARBOSA (2007),

Apesar das unidades produtivas da economia solidária não participarem da lógica da acumulação, as atividades de sobrevivência se vinculam à produção capitalista pela via da troca para sobreviver no mercado, e dada a sua baixa incorporação tecnológica, tem de produzir mais que outros agentes econômicos presentes na troca. Estas atividades incorporam maior quantidade de trabalho socialmente necessário, o que já impõe maior exploração do trabalho situado nessa condição de informalidade. (p.51).

Em tese, os trabalhadores ligados a empreendimentos econômicos solidários, não deveriam participar do ciclo do trabalho alienado, uma vez que não percebem salário, nem lucro. No entanto, esta não é uma realidade ainda e, deste modo, é que se afirma que tais trabalhadores não estão livres da realização deste tipo de trabalho.

Ao refletir sobre os tipos de alienação Marx chega a afirmar nos *Manuscritos* que toda alienação provém da alienação do trabalho. Segundo ele, o processo da alienação se dá de tal maneira que o trabalhador torna-se cada vez mais pobre à medida que produz riqueza e que sua produção aumenta em poder e extensão. Ou seja,

O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior numero de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2006, p. 111).

O trabalho alienado é aquele no qual o produtor não pode reconhecer-se no produto do seu trabalho, porque as condições desse trabalho, suas finalidades reais e seu valor não dependem do próprio trabalhador, mas do proprietário das condições de trabalho. Como se não bastasse, o fato de que o produtor não se reconheça no seu próprio produto, não o veja como resultado do seu trabalho faz com que o produto surja como um poder separado do produtor e como um poder que o domina e ameaça. (CHAUÍ, 1980, p. 22). Em consonância com as ideias já aqui lançadas, Marx afirma que *“o trabalho em que o homem se aliena é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio”* (MARX, 2006, p. 114).

Conforme interpretação de CHAUÍ,

[...] as coisas produzidas e as relações entre elas (produção, distribuição, circulação e consumo) se humanizam e passam a ter relações sociais. Todas as atividades econômicas começam a funcionar e operar sozinhas, por si mesmas, com uma lógica que emana delas próprias, independente dos homens que a realizam. (1980, p. 23)

Percebe-se, portanto, que os dois processos, tanto o fetichismo da mercadoria, quanto a alienação do trabalho são interdependentes, ou pelo menos funcionam, a partir da mesma base, qual seja, a propriedade privada capitalista. Chauí (1980) ressalta que, por depender da forma da propriedade privada, que separa o trabalhador dos meios e condições da produção, a mercadoria é uma realidade social. Mas o trabalhador e os demais membros da sociedade capitalista, não percebem que a mercadoria, por ser produto do trabalho, exprime relações determinadas.

Pelo contrário, percebem a mercadoria como algo dotado de valor de uso, com uma utilidade e um valor de troca, ou seja, um preço. Ela é percebida e consumida como uma simples coisa. (CHAUÍ, 1980, p. 22). Há uma inversão de valores que se expressa na afirmação de Marx de que as relações sociais aparecem

aos produtores não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas. (MARX, 1996, p. 199).

Na sociedade capitalista, a alienação provoca o *esmagamento das qualidades humanas e individuais do trabalhador por um mecanismo inumano, que transforma tudo em mercadoria*. (KONDER, 2009, p. 130).

Em resumo, pode-se afirmar que a alienação do trabalho a partir da perspectiva de Marx e das interpretações de Chauí, aqui lançadas, traz dois aspectos relevantes para a análise da sua relação com a Política de Economia Solidária. Quais sejam: a relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, como algo estranho, exterior a ele. E, a relação do trabalhador com o próprio trabalho, enquanto atividade estranha, que não lhe pertence e que é sinônimo de sofrimento, do qual ele não pode se livrar. (MARX, 2006, p. 116).

Como discute Barbosa (2007), as organizações da economia solidária podem certamente colaborar, mas velando a realidade com o fetiche da positividade da iniciativa empreendedora. Daí o limite dessa perspectiva autonomista da solidariedade e da cooperação do trabalho, quando restrito a um pequeno grupamento e sua funcionalidade para reavivar o fetiche da mercadoria através da legitimação da informalização das relações de trabalho. (BARBOSA, 2007 p.52).

### **1.1. AS IDEOLOGIAS E SUAS INTERFACES COM O TRABALHO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O termo ideologia é aqui inscrito no campo das simbologias, valores, visão de mundo, desejos, posturas pessoais, aspirações e intenções. Como coloca Marcondes Filho (1997) a ideologia possui uma capacidade de mobilizar as pessoas impelindo-as para a ação, seja no campo da política, da religião, da filosofia, do trabalho, etc. Isto porque ela é uma concepção de mundo que inclui além do conhecimento teórico da realidade, os desejos, as paixões e as práticas. (ACANDA, 2006).

Para além da compreensão da categoria ideologia no seu sentido *forte, fraco, positivo ou negativo* Konder (2002) nossa preocupação ao discorrer sobre o tema é

de fazer as devidas conexões para apreender como as relações de trabalho no âmbito da Política de Economia Solidária são mediadas por ideologias ou pelo processo de formação de ideologias. Neste sentido, buscamos compreender na análise da Política de Economia Solidária, os seus fundamentos ideológicos, ou seja, as ideologias que permeiam esta política e que a constituem como política pública preocupada com o acesso ao trabalho e à renda de uma parte dos trabalhadores em situação de desemprego e de falta de trabalho.

O intuito é propiciar uma discussão que destaque a ideologia não apenas do ponto de vista de falseamento da realidade conforme compreendida por Marx na sua obra inicial sobre o tema, *A Ideologia Alemã* e por outros autores marxistas. Nem *equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real* (LOWY, 2006, p. 11). Mas trazê-la para os dias atuais como um processo social dialético, que vem se construindo ao longo do tempo pelos sujeitos sociais, que apresenta sua dinâmica e, portanto é mutável e continua a se desenhar nos enfrentamentos que as classes sociais vêm dando aos conflitos e contradições próprias das relações empreendidas na sociedade.

Isto significa, no entanto, considerar a ideologia de forma mais ampla como o próprio Marx ponderou em outros momentos. Ou seja, considerando as formas ideológicas como elementos da vida social através dos quais a sociedade toma consciência da realidade, seja a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas políticas, entre outras. (LOWY, 2006, p. 12).

Na verdade, entendemos que [...] *Existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo, conflituais, contraditórias. Conflitos profundos, radicais irreconciliáveis, que não se resolvem em terreno comum [...].* (LOWY, 2006, p. 17-18). Diante de tal questão, Lowy (2006) propõe a expressão “*visões sociais de mundo*” que segundo ele podem ser ideológicas ou utópicas. Servindo para legitimação de uma classe – ideológica - ou para negação de uma realidade existente – utópica. (p. 14).

Esta é segundo o mesmo autor, uma análise dialética das ideologias ou das visões de mundo, demonstrando inclusive que elas são contraditórias e que existem

enfrentamentos na sociedade que correspondem às lutas entre as classes sociais ou grupos sociais que a compõem. (LOWY, 2006, p. 17).

Segundo Chauí, a ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais e se tornam ideias dominantes. Ela resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade. Esta dominação que parte do plano econômico, também se realiza no plano político, cultural, social e espiritual, das ideias. Há, portanto, a criação de universais abstratos, pelos quais todas as classes passam a entender as ideias particulares de uma classe como universal para todos os membros da sociedade. (p. 36).

A ideologia é ainda segundo Chauí (1980), produzida em três momentos fundamentais: 1) se inicia por um conjunto de ideias sistemáticas que uma classe em ascensão produz para que possa aparecer como representante dos interesses de toda a sociedade. Produção de universais. 2) ela se populariza e continua se consolidando socialmente, sendo incorporada através de suas ideias e valores nas classes não dominantes. 3) mesmo que a classe dominante seja percebida como tal pelos dominados, essa percepção não afeta a aceitação das ideias, pois uma das funções da ideologia consiste em separar os indivíduos dominantes e as ideias dominantes, fazendo com que apareçam como independentes uns dos outros. (p. 39 – 42).

Mesmo compactuando com as ideias de Chauí em certo sentido, e entendendo que a forma que mais empregamos para explicar a ideologia no nosso cotidiano, passa pelo viés de falseamento da realidade, a nossa compreensão é de que a dialética serve para explicar melhor os processos sociais e com isto reconhecemos que a classe trabalhadora também produz as suas próprias visões de mundo e utopias que fazem parte do mesmo processo de relações sociais onde há a legitimação ou negação da realidade na qual se insere.

No embate político e ideológico, é evidente, que historicamente, se confirmam as afirmações de Marx e da tradição marxista de que na sociedade de classes as ideias dominantes são as da classe dominante e que inclusive o Estado passa a ter esse papel de propagador das ideias dominantes uma vez que está diretamente ligado às classes que comandam os meios de produção. Ou seja, as forças sociais

que predominam na sociedade tendem a predominar no poder estatal e neste sentido o Estado pode ser levado a privilegiar uma ou outra direção, conforme os desígnios dos que detém o poder. Elas têm o poder também de influenciar a organização do Estado e incutir certas tendências que influenciam o jogo das forças sociais e o conjunto da sociedade. (IANNI, 1989. p. 7).

Segundo Silva (1982), na sociedade dividida em classes podem ser destacadas uma classe dominante e uma classe dominada, o que cabe distinguir, uma ideologia dominante e uma ideologia dominada, que nem sempre se torna consciente para os que constituem a classe dominada. (p.33, grifos nossos). A classe como tal depende de sua identificação consigo mesma e da sua diferenciação das demais, da sua consciência e da sua ação organizada. (p.33).

[...] pode-se conhecer uma realidade concreta através da ideologia. Tendo em vista seus elementos teóricos fundamentais, a ideologia considerada como um dos níveis ou instâncias de uma totalidade orgânica – sociedade - está presente em toda atividade humana, em todas as relações estabelecidas entre os homens. Como tal ela é uma representação das condições de prática, ou seja, da experiência vivida pelos homens na sociedade enquanto situações efetivas de vida [...]. (SILVA, 1982 p. 28).

Diante desta perspectiva, é indispensável pensar a ideologia dentro de uma formação social e em vinculação com as relações entre as classes sociais. Eliminando-se qualquer destas relações, elimina-se a possibilidade de entender a ideologia e a sua influência na formação, na manutenção e na transformação da sociedade. (SILVA, 1982, p.33). A ideologia tem uma importância fundamental na manutenção ou transformação da sociedade. (idem, p.36).

Ratificando o que foi dito acima, pode-se afirmar, portanto, que a origem remota da ideologia estaria na divisão social do trabalho ou na propriedade privada. (KONDER, 2002, p. 41). Para Marx e Engels, a ideologia fazia parte da superestrutura, tornando-se então, fator de equívocos e como tal deveria ser analisada criticamente (idem, p. 102 - 103). Um dos principais equívocos na visão de Gramsci apontado por Konder consiste em apreender a ideologia a partir de uma visão ideológica da mesma, o que traz como consequência a desqualificação dos fenômenos ideológicos.

Para evitar tais equívocos Gramsci aponta algumas diferenças internas da ideologia. Especificamente, daquelas que ele qualificou como *historicamente orgânicas* e as *ideologias arbitrárias*.

“as ideologias arbitrárias merecem ser submetidas a uma crítica que de fato, as desqualifica. As ideologias “historicamente orgânicas”, porém, constituem o campo no qual se realizam os avanços da ciência, as conquistas da objetividade, quer dizer, as vitórias da representação “daquela realidade que é reconhecida por todos os homens, que é independente de qualquer ponto de vista meramente particular ou de grupo”(GRAMSCI, 1975, p. 1456 apud KONDER, 2002, p. 104 - 105).

Gramsci chega até a advertir que o próprio marxismo não estaria imune ao terreno das ideologias e identifica a ideologia como o conjunto das superestruturas. A sua concepção de ideologia estaria, portanto, ligada a certa unificação das superestruturas em torno de valores históricos do conhecimento e da cultura. (KONDER, 2002, p. 105 - 107)

Sendo assim, a ideologia para Gramsci, é uma realidade prática. Ou seja, diferente de outros marxistas que a colocam em contraposição ao conhecimento verdadeiro, Gramsci diz que independentemente de ser verdadeira ou não em sentido epistemológico “*a teoria se transforma em poder material logo que se apodera das massas*”. Os valores sociais, as religiões, as ideologias, as concepções de mundo, na medida em que são fenômenos de massa, em que se tornam momentos ideais da ação de sujeitos coletivos, são uma “verdade” socialmente objetiva, dotados da mesma espessura ontológica de fenômenos como o Estado ou a mais-valia. (COUTINHO, 2008, p. 107).

Entendendo a ideologia a partir dos aspectos destacados por Konder e por Coutinho, a respeito do pensamento gramsciano, podemos considerar que o apelo aos valores da cooperação, da solidariedade, da autogestão e do empreendedorismo no contexto das relações de trabalho desenvolvidas sob as condições de capitalismo global e de regime de acumulação flexível amparadas pela ideologia do toyotismo (ALVES, 2005, p. 10) – enquanto ideologia predominante nessa fase de desenvolvimento do capital – comparece de forma fetichizada na Política de Economia Solidária, mistificando desta maneira, os processos de exploração que ocorrem também na produção solidária realizada pelos trabalhadores dos empreendimentos solidários.

Sendo assim, no instante em que ocorre a necessidade de flexibilização da organização da produção acontece também de forma imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. O que implica pensar nas suas principais expressões como os direitos flexíveis, número mínimo de trabalhadores, ampliação das horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratados, entre outras características que confirmam a intensificação da exploração do trabalho. (ANTUNES, 2007, p. 35-36).

Há desta maneira, sob o aparato do toyotismo, desdobramentos que incidem diretamente sobre os direitos do trabalho. Uma vez que estes são desregulamentados, flexibilizados de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase de acumulação flexível. (ANTUNES, 2007, p. 24).

Na verdade, em grande parte, os trabalhadores se integram em associações ou cooperativas de várias modalidades e desenvolvem rotinas diárias de trabalho semelhantes às aquelas empreendidas nas empresas privadas ligadas ao grande capital. As condições de trabalho alimentadas pela mesma ideologia da flexibilidade toyotista, ocorrem de forma exploratória no momento em que aquele grupo de trabalhadores precisa cumprir conjuntamente os prazos de entrega da sua produção para quem contratou o trabalho daquele empreendimento.

Sendo assim, os trabalhadores funcionam numa dinâmica de terceirização e embora não sejam assalariados e compareçam como sócios ou cooperados, ao final do mês eles recebem uma remuneração pelo trabalho prestado na maior parte das vezes extrapolando a sua carga-horária de trabalho em condições de trabalho precárias.

Este processo de transformação do trabalho no capitalismo contemporâneo, segundo Sousa (2008), põe em movimento um renovado aspecto de organização com a finalidade de intensificar as condições de exploração da força de trabalho, incorporando na parte central da produção de valor, modalidades de trabalho que aparentemente seriam formas independentes e autônomas. Como é o caso do trabalho na economia solidária, que é pensado de forma independente do capital ou para além dele. (p.58).

Isto implica, uma reflexão sobre os aspectos destacados por esta mesma autora, na sua análise sobre reestruturação produtiva e economia solidária. Ela

expõe sobre o caráter mistificador das discussões sobre a economia solidária enquanto possibilidade de enfrentamento ao capital. É extremamente frágil pensar que existam formas de trabalho independentes dos ditames do capital. Segundo ela, discussões que mantêm esses níveis de mistificação pretendem manter inalteradas a dominação e exploração do trabalho além de desmobilizar a organização da classe trabalhadora.

Conforme trazido pela autora, o trabalho precário, o desemprego e a pobreza implicam um agravamento no poder de organização da classe trabalhadora, que vem apontando fragilidade não só em pensar alternativas de confronto com o capital, mas também de entender os condicionantes reais das mudanças no trabalho e no capitalismo. (SOUSA, 2008, p.58).

Deste modo, ao tratarmos do trabalho precário e da *precariedade*, tratamos de uma condição socioestrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social. A *precariedade* do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da *precariedade* social. (ALVES, 2007, p. 113).

Sendo assim, o conceito de *precarização* diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da *precariedade*. Se a *precariedade* é uma *condição*, a *precarização* é um *processo* que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho. Segundo Alves, o processo de *precarização* seria a expressão da [...] supressão dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. É a explicitação da *precariedade* como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. (ALVES, 2007, p. 114). Neste sentido, então, a

[...] *precarização* possui um sentido de *perda de direitos* acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. A *precarização* é síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho. É o conteúdo do Estado político da decadência histórica do capital. O *Estado neoliberal* tende a suceder, sob determinadas condições histórico-políticas, o *Estado social*". (idem).

A *precarização* atinge, desta maneira, os proletários sujeitos de direitos e que hoje são vítimas da “flexibilização do trabalho”, sendo usurpados pelo poder das coisas ou pelas leis de mercado. (Alves, 2007, p. 115). Ela desvela não apenas uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento e fetichismo da mercadoria no mundo social do capital. (ALVES, 2007, p. 115).

Tratar de precariedade e precarização do trabalho, sob o capitalismo tardio, exige tratar de novas (e complexas) formas de estranhamento e fetichismo social, postas pelo capitalismo em sua fase de cooperação complexa e de mundialização do capital. (idem, p.124 -125).

E, neste contexto, se insere a Política de Economia Solidária. No momento em que a mesma está colocada no campo da geração de trabalho e renda sob o discurso da ampliação das condições de inserção pelo trabalho e renda tendo como objetivo principal o desenvolvimento econômico, a inclusão e a sustentabilidade.

Diante disto, podemos dizer que tal Política incorpora uma série de aspectos mistificadores os quais buscam encobrir a ideologia neoliberal, dominante e capitalista que pretende minimizar o problema social da ausência do trabalho e renda, com ações que valorizam o empreendedorismo, a solidariedade<sup>1</sup> e o voluntarismo como solução para o enfrentamento da questão que é imposta por condições mais complexas da realidade social vivida nesse contexto de capital flexível.

---

<sup>1</sup> Mustafá (2008) em seu artigo: *O assalto capitalista ao termo solidariedade*, fala dos equívocos na utilização do termo solidariedade. Segundo ela, o uso deste termo vem sendo deturpado do seu verdadeiro sentido pela ideologia capitalista. A autora aponta questões como a responsabilidade social das empresas capitalistas e de ações solidárias praticadas pelas Ongs emergentes a partir do neoliberalismo, como práticas de uma solidariedade burguesa ou falsa solidariedade como meio de maximizar os ganhos, forjando uma aparência de ação social válida. (p. 74-75).

## 1.2. ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NO ENFRENTAMENTO AO DESEMPREGO NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária ressurge no Brasil e em outros países como alternativa de defesa dos trabalhadores às consequências do aniquilamento dos seus postos de trabalho formal trazido pelas transformações socioeconômicas vividas no país no período de 1970 a 1990. Entre as quais comparece o neoliberalismo que traz como principais características: a política de privatizações iniciada ainda no Governo Collor e acirrada nos governos de Fernando Henrique Cardoso, e também o incentivo às demissões coletivas e ao empreendedorismo.

Diante de tal contexto, os trabalhadores não tinham muitas opções senão buscar novas formas de sobrevivência dentro do sistema capitalista e uma delas foi investir em atividades solidárias e empreendedoras, abrindo muitas vezes um “negócio próprio”. (ARROYO E SCHUCH, 2006, p. 33).

A consequência de tais iniciativas segundo os autores já citados foi um crescente aumento do desemprego e das atividades informais da economia, já que grande parte desses trabalhadores não tinha experiência ou aptidão ao empreendedorismo por ter vivido todo o seu tempo como assalariado. (idem, p. 34).

Ou ainda, como diz Santos (2002), há uma questão crucial que é “*levar a esses trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os de se unirem numa empresa em que todos são donos por igual*”. Não parece tarefa simples inculcar em alguém princípios até então desconhecidos ou não praticados. (p. 87).

Na concepção de SANTOS (2002) a economia solidária

[...] só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientizar de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social. (p.87).

Da mesma forma acredita Singer (2002) que a economia solidária é mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia

todos os membros da sociedade que precisam de trabalho, ela poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo como foi pensada em seus primórdios.

Também Gaiger (2004), comunga com esta perspectiva sendo apenas um pouco mais racional quando afirma que os empreendimentos econômicos solidários garantem inserção pelo trabalho, alimentam os mercados locais, formam lideranças e dinamizam os circuitos de mobilização social.

Como pode ser visto, a compreensão desses autores é de que a economia solidária pode ser vista como uma forma de enfrentamento ao sistema capitalista e quem sabe até eficiente para sua superação. Tais ideias corroboram as afirmativas de que a economia solidária na sua tentativa de enfrentamento à exploração do grande capital ganha semelhança com a corrente reformadora que dividiu os intelectuais seguidores do marxismo. Na verdade esta é uma discussão muito complexa que requer um estudo mais detalhado desse caráter reformador também comum à social democracia enquanto corrente política.

Há no Brasil segundo Arcoverde (2009), pelo menos três grandes correntes que discutem sobre a economia solidária para além de política pública. A corrente política que concebe a economia solidária como uma tentativa de suprir o problema da exclusão e dos processos excludentes, a crise do trabalho assalariado, imprimindo aos empreendimentos econômicos solidários uma característica que vai além da prática econômica e social.

Há ainda, as correntes econômico-ideológica e a sociocultural, as quais percebem a economia solidária dentro de uma nova forma de relações de produção, capaz de responder à crise dos paradigmas dominantes difundindo valores instrumentais que alicerçam a busca por novos organismos orientados por novos valores e paradigmas. (ARCOVERDE, 2009, p. 18).

Podemos dizer inicialmente que nos inserimos na discussão da economia solidária compreendendo-a a partir do seu caráter político, como tentativa de enfrentamento às questões do desemprego e à crise do trabalho assalariado próprias ao estágio do capitalismo contemporâneo e flexível. O que a coloca como política que opera nos limites da gestão do desemprego, assim como da formação político-ideológica dos trabalhadores a fim de que estes organizados coletivamente possam enfrentar as consequências da falta de trabalho protegido.

As pesquisas até então realizadas no âmbito estadual por pesquisadoras a exemplo da Universidade Federal de Pernambuco<sup>2</sup> identificaram desde 2004, que a vivência e concretização dos princípios que norteiam a chamada economia solidária, por parte dos/as trabalhadores/as, tem trazido mudanças nas condições de vida da população envolvida e, portanto, alguns acréscimos de bem-estar caracterizados pelo acesso a bens e serviços sociais que antes da sua adesão ao empreendimento não eram possíveis. No entanto, a redução da pobreza e da desigualdade social dos/as participantes e de suas famílias, bem como na social-economia do local aparecem como interrogações que necessitam de aferição e avaliação.

A economia solidária se assenta nos princípios da autogestão, solidariedade, cooperação, igualdade, reciprocidade, livre adesão, respeito ao meio ambiente e ao ser humano entre outros. Por conta desses princípios é que alguns defensores da mesma a colocam como um modo de produção que pretende se diferenciar das normas e da ética capitalista<sup>3</sup>. Neste aspecto a economia solidária sofre mais críticas já que até então o máximo que ela conseguiu enquanto política e enquanto relação de produção foi possibilitar o acesso à renda e ao trabalho, ainda que precário e insuficiente, para garantir a reprodução do trabalhador e de sua família de modo satisfatório.

Sabemos que a incorporação da economia solidária na agenda política é parte da demanda dos trabalhadores, compreendida aqui a partir da luta e das reivindicações da classe desapropriada dos meios de produção e reprodução da sua força de trabalho. Fizeram parte desse movimento vários segmentos da sociedade como parcelas da igreja católica, alguns sindicatos, universidades, partidos políticos e várias entidades reunidas em torno das discussões empreendidas no Fórum social mundial. Tais discussões culminaram com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária que é composto por empreendimentos econômico-solidários, entidades de assessorias e gestores públicos.

Estas iniciativas se desenvolvem no país em um ambiente de grandes desafios se considerarmos o contexto contraditório que a Política de Economia Solidária está inserida, caracterizado por situações de pobreza e desigualdades

---

<sup>2</sup> ARCOVERDE, 2009.

<sup>3</sup> Entre eles: Gaiger (2002), Singer (2002), Boa Ventura de Souza Santos (2002).

sociais que chegam a índices alarmantes<sup>4</sup> e para os quais os Estados oferecem variadas formas de enfrentamento. Para o caso brasileiro, uma das formas de enfrentamento que o Estado desenvolve, desde final dos anos 80 até hoje, é no campo das políticas de geração de trabalho e renda como é a Política de Economia Solidária.

Ao partirmos do pressuposto de que *toda forma de trabalho implica um determinado modo de cooperação social e de apropriação do produto social da atividade do trabalho*, além de também implicar um determinado grau e modo de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, passamos a entender o fato de que *é a forma-mercadoria que irá estruturar as relações sociais de produção (e de reprodução) da vida de homens e mulheres* no contexto do trabalho assalariado instaurado com a assunção do modo de produção capitalista. (ALVES, 2007, p. 81).

Sendo assim, não há possibilidade de analisar a produção no âmbito da economia solidária, independente dos moldes empreendidos pela produção no contexto de capitalismo global em que se encontra a sociedade atual. Sob o capitalismo, o mercado tende a dominar a dinâmica social, imprimindo sua marca nas múltiplas relações sociais. (ALVES, 2007, p.84).

Neste sentido, alerta Alves (2007), que o aumento dos pequenos negócios no capitalismo global, muitos deles sem envergadura financeira e sem capacidade de concorrência no mercado, é a outra face do precário mundo do trabalho e da nova precariedade social. Aspectos já indicados anteriormente que expressam as determinações mais gerais às quais a produção na economia solidária está submetida, embora se reconheça que as iniciativas dos trabalhadores da economia solidária tragam em seu bojo intencionalidades que denunciam o esquema de exploração da mercadoria sob o grande capital.

Entende-se que tal produção não ocorre independente deste processo, reafirmando, portanto, o estranhamento, próprio do regime salarial e da produção de mercadorias.

---

<sup>4</sup> Dados do Censo IBGE 2010 informam que há 1.377.569, ou seja, 15,7% da População residente em Pernambuco vivendo em situação de extrema pobreza (com renda *per capita* de até 70,00 reais).

“É no bojo deste processo sócio-histórico que surge o novo complexo de reestruturação produtiva que atinge o mundo do trabalho organizado. Que surge no interior da III Revolução Industrial, que impulsionou a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais; e sob a mundialização do capital e do sócio-metabolismo da barbárie com a constituição do precário mundo do trabalho” (ALVES, 2007, p. 155).

O novo regime de acumulação flexível que se desenvolve com o capital financeiro, traz consigo também um novo complexo de reestruturação produtiva, cuja predominância está no modelo de produção toyotista. Sua ideologia se desenvolve no interior da III Revolução Tecnológica e Científica e atinge a produção de mercadorias se disseminando e influenciando as novas determinações do mundo do trabalho. (ALVES, 2007, p. 182).

A partir dos anos 90 do século passado, surge o desemprego estrutural e a precariedade do emprego e salário como principais características da ofensiva do capital mundializado sobre a produção. Nesse contexto, se intensifica a concorrência capitalista e, com isto, criam-se novos mecanismos de controle do capital sobre o trabalho.

O aumento de atividades que compõem o setor informal da produção como o trabalho autônomo, a terceirização ou subcontratação e as formas associativas de trabalho, podem ser vistos como determinantes das novas formas de relações de trabalho empreendidas pelo capital na atualidade.

Este complexo de reestruturação produtiva, que surge nesse período, ou era neoliberal, tem como principal característica, segundo Alves (2000), o seu caráter irruptivo sobre o trabalho, constituindo deste modo, um *novo e precário mundo do trabalho no Brasil*. Trazendo consequências para os países periféricos como é o caso do Brasil, uma vez que se desenvolvem a partir deste contexto, relações de produção cada vez mais precarizadas e níveis alarmantes de concentração ou apropriação privada da riqueza socialmente produzida. (p. 247).

A economia solidária enquanto política pública acompanha as recentes tendências sobre programas de geração de renda em consonância com a reestruturação produtiva e a desregulação no campo da proteção social. Ela responde a isso, material e ideologicamente, fomentando formas de ocupação, algumas vezes ampliando o espaço econômico nas periferias e áreas empobrecidas do campo e da cidade, enquanto igualmente, fomenta a cultura do auto-emprego,

contribuindo para essas novas ideias das classes dominantes. (Barbosa, 2007, p. 200).

Com a constituição da economia solidária em política pública o governo assume pela primeira vez, outro meio de enfrentamento ao desemprego e do acesso ao trabalho que não o emprego assalariado. Pois segundo Barbosa (2007, p.193), até então a estratégia pública formal se dava por via da promoção do emprego, da qualificação profissional e seguro desemprego. A geração de renda era apenas para os mais pobres e desempregados das periferias urbanas e rurais.

Barbosa (2007), ao relacionar a economia solidária, enquanto política pública, com a tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil, tece sérias críticas às relações que são estabelecidas entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Em sua opinião, o fomento empreendido às ações de economia solidária por parte do Estado, são na verdade, uma forma de legitimar a informalidade do trabalho presente na sociedade e que o Estado não tem o controle. Passando, desta maneira, a responsabilidade da inserção no trabalho e no mercado para os trabalhadores que passam a contar com o mercado como maior mediador da relação capital – trabalho.

Nos estudos já citados acima, percebe-se grande articulação e preocupação dos últimos governos com a questão da economia solidária, desta forma, esta política comparece como uma tendência que corrobora com o contexto de desresponsabilização (repasse de responsabilidades do Estado para organizações da sociedade civil) do Estado frente às problemáticas da população caracterizadas pelo incentivo que o Estado vem oferecendo a este tipo de ação política além da articulação visível que tem se dado entre este e a sociedade civil através de instituições que comparecem como executoras das ações propostas no desenho do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, principal ação da Política de Economia Solidária.

Na perspectiva da economia solidaria o trabalho protegido (com direitos trabalhistas garantidos) e a sociabilidade do trabalho assalariado perdem o sentido. O Estado sai da função de responsável social pela promoção do emprego e deixa ao mercado grande parte da regulação do trabalho. Contexto em que a sociedade civil

aparece como salvaguarda e executora das ações programáticas das políticas públicas. (BARBOSA, 2007, p. 195).

Podemos destacar ainda como aspecto relevante o fato da SENAES e do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” agregarem a maior parte das reivindicações do movimento social de forma a incorporar inclusive os seus agentes como desenvolvedores da Política de Economia Solidária. Percebe-se neste sentido, forte apelo à consciência das pessoas para a prática de uma economia diferente, social e solidária. Mas por outro lado, são visíveis também as conexões que precisam ser feitas com as grandes empresas ligadas ao grande capital para que o ciclo da mercadoria se concretize. Pois não convém estimular a produção apenas para próprio consumo, os produtos têm valor de troca e precisam ser comercializados para darem retorno econômico aos seus produtores que dependem do capital investido para se reproduzirem e para sustentar suas famílias.

O espaço das políticas públicas já é em si contraditório e quando se trata da Política de Economia Solidária, em específico, a polêmica fica ainda mais relevante dado às controvérsias que a mesma instiga. Entre elas, a discussão de ser ou não alternativa ao grande capital, ou um novo modo de produção. De ser ou não uma política eficaz no enfrentamento do desemprego, da falta de trabalho e da geração de renda. E ainda se é possível unir economia social e desenvolvimento social numa mesma medida.

É diante deste desafio que se insere o debate sobre a política social, suas vinculações com as ideologias presentes nessa fase de reestruturação produtiva onde a Política de Economia Solidária está sendo desenvolvida pelo Estado como forma de enfrentamento a determinadas expressões da questão social como o desemprego, a falta de trabalho e renda o que acarreta a limitação ou a exclusão de outros direitos sociais para os sujeitos.

Vale salientar que a questão social está aqui estreitamente ligada às perspectivas defendidas por Yamamoto, Ferreira, Pereira e Abreu as quais trazem uma análise da Questão Social como sendo indissociável das configurações assumidas pelo trabalho. Estando, portanto, necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, com interesses de classe distintos, acerca de

concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais. (IAMAMOTO, 2004, p. 10).

Ou seja, esta é uma interpretação que coloca a Questão Social como indissociável da luta de classes, ou como coloca Ivone Ferreira (2008), aqueles que a concebem como contradição própria da relação capital x trabalho.

Neste sentido, concordamos com Ianni (1992), para quem a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da atividade humana – o trabalho – das condições necessárias a sua realização, assim como de seus frutos. Expressa disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve uma luta aberta e surda pela cidadania. (IANNI, 1992, apud IAMAMOTO, 2004, p.17).

Embora Ianni reconheça a questão social como desigualdade própria da sociedade burguesa, ela pode também se constituir em sinônimo de cidadania social, como produto das contradições, conflitos e lutas (no campo e na cidade desde o período escravista) que permeiam nosso processo de formação social. (SILVA, 2008, p. 128).

Sendo assim, a questão social é consequência direta da expropriação e do processo de desenvolvimento do capital. Ela surge quando as necessidades individuais se tornam problemas coletivos e públicos. A partir dessa consciência os indivíduos se unem e passam a reivindicar por melhores condições de vida e de trabalho e para ter seu reconhecimento como classe para com isto poder conquistar alguns direitos.

Essas reivindicações passam a ser absorvidas pelo Estado, que passa a intervir através de políticas públicas, que amenizam as expressões da questão social e ao mesmo tempo mantém a reprodução do capital. As consequências dessa apropriação desigual, que se caracteriza pela apropriação individual da burguesia da riqueza que é socialmente produzida pelos trabalhadores, são as mais diversas e são vistas como as expressões da questão social. (MARANHÃO, 2006, p.20). Dentre

elas, destacamos o desemprego e o pauperismo como principais demandas para ação do Estado por via da política pública de economia solidária.

### **1.3. AVALIAÇÃO DE POLÍTICA E SUA DIALÉTICA NO PROCESSO DECISÓRIO DA POLÍTICA**

Existe uma compreensão no âmbito da avaliação de políticas públicas por parte de alguns autores de que a avaliação de políticas não é uma ação desinteressada, pelo contrário, ela é segundo Melo (2009) *fortemente ancorada num conjunto de valores e noções sobre a realidade social, partilhados pelos membros relevantes de uma maioria de governo*, que permite ao governo distinguir entre uma ou outra política (p.11 - grifos nossos). E, são na verdade esses valores e noções que estabelecem os “termos do debate” definindo inclusive a agenda pública em dado momento.

Neste sentido, inserimos a discussão da avaliação de política neste contexto de disputas onde atuam diferentes forças sociais que demonstram explicitamente o seu caráter dialético quando do processo da decisão política a respeito de determinada política ou da definição da agenda pública de um modo geral. Sendo assim, o processo de redemocratização do Brasil trouxe a avaliação de políticas sociais como necessidade para chamar os gestores à responsabilidade com a chamada coisa pública. Ela contribui ainda com a consolidação da democracia, uma vez que auxilia as tomadas de decisões sobre os rumos da política e favorece a participação dos diferentes sujeitos envolvidos na sua execução. (ARCOVERDE, 2004, *et al*, p. 17).

Arretche (2009) também destaca em suas análises o caráter democrático da avaliação. Enquanto instrumento democrático a avaliação pode ser utilizada por vários atores da política. Ou seja, serve tanto aos governos como subsidio a melhoria da gestão e para o controle das agencias estatais que executam determinadas políticas como à sociedade que pode fazer o controle dos recursos públicos. Ela é, mesmo que teoricamente, uma das etapas das políticas públicas e funciona como uma base para reformulações nas políticas e programas durante os vários momentos da política. (formulação, desenvolvimento/implementação e execução). (p. 36-37)

Como afirma Ozanira Silva (2008) a avaliação de políticas e programas sociais deve ser percebida na relação dialética de duas dimensões a ela inerentes: a dimensão técnica e a dimensão política. A política é direcionada por intencionalidades, e por um conjunto de procedimentos científicos que a qualifica como geradora de conhecimento. (p.89). Assim como contribui para garantir a efetivação e universalização dos direitos de cidadania. Mas essa contribuição só se realiza quando os resultados por ela produzidos servem para instrumentalizar a população nessa luta por cidadania.

A autora afirma ainda que “falar de política é falar de diversidade e contradição” e que esta serve a interesses contraditórios que ora se situam no campo do capital, ora se situam no campo do trabalho. (p. 90). A proposta da avaliação na perspectiva de cidadania se coloca no contexto de crise e reforma do Estado onde o neoliberalismo impõe o mercado como organizador do processo social. (GOMES, p. 26 *in* Silva 2001). Conforme coloca Ozanira Silva (2008) o Estado passa de interventor (executor) para financiador (regulador). A consequência desse novo modelo de Estado é a transferência da execução dos programas sociais para as organizações da sociedade civil. (p.109).

Ainda segundo Ozanira Silva (2008) a avaliação tem três dimensões; a técnica, a política e ainda a acadêmica. A função técnica está em fornecer subsídios para correção de desvios no decorrer do processo de implementação, na indicação da medida em que ocorreram os objetivos e mudanças além de subsidiar a elaboração ou redimensionamento de políticas, programas e projetos. Já a função política oferece informações para sujeitos sociais fundamentarem lutas sociais no campo das políticas públicas e do controle social. Já a função acadêmica procura desvelar as determinações e contradições presentes no processo das políticas públicas, evidenciando os significados mais profundos dessas políticas, ou seja, a sua essência, para a construção do conhecimento.

Arretche, (1998) fala da particularidade da avaliação de política pública que consiste na adoção de métodos e técnicas de pesquisa que permitem estabelecer uma relação de causalidade entre um programa e os resultados possivelmente obtidos por ele, e que de fato indique que a ausência desse programa impediria o alcance desses resultados. (p. 31)

Pensar a avaliação não é simplesmente medir ineficiência e ineficácia de um programa, projeto ou outra ação que se investigue, como ocorreu com o modelo funcionalista clássico que durante décadas realizou pesquisas tendo por base apenas a relação entre eficiência e eficácia dos programas e projetos sem a mínima preocupação com a realidade social, nem com a garantia de direitos ao público pesquisado.

É antes de tudo, uma atividade sistemática, planejada e dirigida dentro do campo da pesquisa social capaz de instrumentalizar determinados segmentos sociais organizados, fortalecendo a pressão social sobre o Estado no sentido de conquista de direitos sociais, já que a avaliação proporciona a publicização de políticas e programas sociais. (SILVA 2001, p.48). E, embora se preocupe em verificar o cumprimento dos objetivos propostos e até que ponto eles estão sendo efetivados não se prende a isto.

A avaliação ou pesquisa avaliativa produz elementos válidos e confiáveis para *“fundamentar um juízo sobre o mérito ou valor de um programa ou atividade específica”*. (idem). Um dos seus objetivos é descobrir alternativas que aumentem o alcance dos objetivos procurados. (COHEN, E. & FRANCO 1999, p. 76).

Ou ainda “comparar os efeitos de um programa com as metas que se propôs alcançar a fim de contribuir para a tomada de decisões subsequentes acerca do mesmo e para assim melhorar a programação futura”. (WEISS, 1982, p. 16 apud COHEN & FRANCO, 1999). E não só isso, como também buscar alternativas que venham aperfeiçoar as ações propostas no projeto, programa ou política no intuito de fortalecer e beneficiar a população pesquisada. Dessa maneira o pesquisador/avaliador reproduz o caráter político da avaliação dentro de uma perspectiva de cidadania como defendem alguns estudiosos.

É imprescindível delimitar o que seja efeito e diferenciá-lo de impacto uma vez que há uma grande confusão conceitual entre as duas expressões. Seguindo a compreensão indicada por Cohen & Franco, “efeito é todo comportamento ou acontecimento que se pode razoavelmente dizer que sofreu influência de algum aspecto do programa ou projeto”. Já analisar os impactos é exatamente verificar as consequências dos “efeitos de um projeto. Expressa o grau de consecução dos objetivos em relação à população-meta do projeto”. (COHEN & FRANCO, R. p. 94).

Entre os efeitos de um projeto existem os que são procurados, desejados e aqueles que inesperados podem prejudicar ou não os resultados do projeto ou até mesmo contribuir para a sua melhoria.

Segundo Silva (2001) a avaliação não é uma ação neutra e está perpassada por relações de poder e ainda “supõe explicação e julgamento a partir de critérios” e no processo avaliativo devem ser considerados vários fatores que são externos ao objeto de pesquisa.

Nesse sentido, vale salientar que é consenso entre os autores que tratam deste tema, que a avaliação de impacto apesar de dar subsídios valiosos e confiáveis à obtenção dos resultados não pode ser considerada isolada como verdade absoluta, ou seja, os resultados apreendidos em determinada pesquisa avaliativa (os impactos observados) não devem ser relacionados exclusivamente já que se trata de uma realidade social que é dinâmica e mutável.

No campo específico da avaliação de política Figueiredo & Figueiredo (1986) chamam a atenção para a consideração de que as políticas públicas, ou seja, as decisões governamentais procuram por um lado gerar um produto físico, tangível e mensurável e por outro gerar um impacto, que, tanto pode ser físico, tangível e mensurável, quanto subjetivo, alterando atitudes, comportamentos e/ou opiniões. (p, 109).

Os autores ressaltam que se a avaliação se detiver no exame substantivo da política e de seu produto, sem entrar no mérito da efetiva apropriação de seus benefícios por parte da população, ela fica restrita à avaliação política. Mas, se ao contrário, a análise entrar no mérito da efetiva apropriação dos benefícios, avançamos para a avaliação de política, tanto do seu produto quanto do seu impacto. (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986, p. 109).

Partimos da compreensão de que a avaliação política é antes de tudo *a análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política, ou seja, que expressam as razões que a tornam preferível a qualquer outra*. Estas razões têm que ser relevantes, ou seja, devem estar referidas a princípios cuja realização irá contribuir para uma desejável quantidade e distribuição de bem-estar. (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986, p. 108). A avaliação política pode ressaltar tanto o caráter político do processo decisório que implicou na adoção de uma dada

política como também nos valores e critérios que podem ser identificados na mesma. (ARRETCHE, 2009, p. 30).

Neste sentido, é preciso considerar a peculiaridade da política a ser avaliada e tal avaliação não deve se perder na mera análise conceitual dos princípios (explícitos ou implícitos) que fundamentam a formulação da política. Pelo contrário, reconhecendo o consenso social existente em relação aos princípios contemplados no plano de prioridades, deve voltar-se para a questão da compatibilidade interna entre esses princípios e a consistência deles com os mecanismos institucionais previstos. (idem, p.109).

Este é um aspecto que Arretche (2009) também chama a atenção quando coloca que a avaliação política nesta perspectiva deve acima de tudo examinar os pressupostos e fundamentos políticos de um determinado curso de ação pública, independente de sua engenharia institucional e de seus resultados prováveis. (p. 30).

## **Capítulo II**

---

### ***POLÍTICA PÚBLICA E PROCESSO DECISÓRIO: A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO***

A análise da política em questão nos impele a refletir sobre a política social, aqui reconhecida como um processo complexo e contraditório que expressa as relações estabelecidas entre Estado e sociedade que não se dão de forma passiva. Pelo contrário, são relações de conflito, contraditórias que expressam luta de classes antagônicas e que envolve o processo de produção e exploração do capitalismo. (BEHRING, 2009, p.36). Sendo assim, partimos da perspectiva de que as políticas sociais representam uma esfera que é determinada pela luta de classes uma vez que é através destas lutas que a classe trabalhadora postula os seus direitos sociais, que são em última instância a materialização destes. (COUTINHO, 2005, p. 14).

Tais afirmações não nos impedem, de situar o espaço das políticas sociais sob determinada conjuntura, como esfera de correlação de forças na qual há a possibilidade de que a burguesia se utilize das políticas sociais para desmobilizar ou cooptar a classe trabalhadora. (COUTINHO, 2005, p. 14). Portanto, é diante disto, que nos afastamos da ideia de que haja um protagonista único no processo político da formulação da política.

Ou seja, nem o Estado, nem os sujeitos são protagonistas exclusivos na formulação e decisão da política. Também é necessário evitar a discussão de que a Política Social seja exclusivamente funcional ao capital tanto do ponto de vista político quanto econômico. Isto quer dizer que não podemos ver a política social apenas como forma de reduzir custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, nem tampouco como cooptação e legitimação da ordem capitalista pela via da adesão dos trabalhadores ao sistema. (BEHRING, 2009, p.37).

Embora reconheçamos que tais perspectivas são passíveis de verificação na prática, não podemos considerá-las como regras para existência da política social ou

implementação da mesma pelo Estado. Em se tratando do segmento da economia solidária em especial, no Brasil, percebem-se esses dois aspectos, em diferenciados momentos da trajetória da política, o que não nos isenta de pensarmos tal política dentro de um processo maior de disputa e correlação de forças e mesmo de enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado.

Neste sentido, cabe pensar no papel do Estado e, sobretudo no formato que o mesmo vem tomando no Brasil desde os anos 90. Ou seja, a expressão de um Estado neoliberal que surge com a mundialização do capital. Desta forma, o neoliberalismo não é apenas uma forma de governo, mas uma forma de Estado político. Por isso é que, segundo (ALVES, 2007) entra governo e sai governo, e a dinâmica neoliberal continua se impondo. Em consonância com esta afirmação, pode-se reiterar que a constituição da precariedade e o processo de precarização do trabalho é reflexo da nova estatalidade política neoliberal que surge com o capitalismo global. (ALVES, 2007, p.149 – 150)

Em ultima instância o Estado neoliberal é o Estado político do capital nas condições de sua crise estrutural.

“Ele incorpora em si elementos de crise de legitimidade, que possui como base material, a crise fiscal. O Estado neoliberal é uma estatalidade política carente de justificação histórica, na medida em que é incapaz de assumir com efetividade ampla as tarefas históricas impostas pelo processo civilizatório. Ao tornar-se Estado máximo para o Capital, torna-se Estado mínimo para os interesses da civilização do trabalho”. (ALVES, 2007, p.149 – 150).

Pode-se defender, no entanto, que os fundamentos dessa matriz neoconservadora de Estado, demonstram abertamente a mercantilização dos direitos sociais e não a sua defesa, a retração do Estado de direito conquistado com a luta das forças democráticas brasileiras, a instrumentalização dos direitos pela racionalidade econômica, o retrocesso na construção democrática e no exercício da cidadania. (SIMIONATTO, 2006). Neste sentido, a consequência maior é empreendida sobre os trabalhadores que nesta conjuntura de Estado neoliberal tem seus direitos sociais reduzidos e, por conseguinte a democracia e a cidadania ficam ainda mais comprometidas ou condenadas a sucumbir.

Isto porque assumimos que democracia, cidadania e direitos sociais são elementos do mesmo processo, e estão, portanto, imbrincados, uma vez que a partir deles pode-se pensar em construção coletiva do espaço público na qual a democracia poderia ser resumida à plena participação consciente de todos na gestação e no controle da esfera pública. Enquanto a cidadania seria expressa, sobretudo, pela capacidade conquistada por alguns ou por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos e a realização plena da democracia estaria exatamente na superação da alienação da esfera pública pela qual a sociedade e os trabalhadores de um modo geral passam por não possuírem ou não se apropriarem da riqueza socialmente criada dada a divisão da sociedade em classes antagônicas. (COUTINHO, 2005, p. 1-2)

Estas reflexões a respeito do caráter contraditório das políticas sociais, da democracia, cidadania e direitos sociais como aspectos da vida política e social, nos faz pensar no papel do Estado, mas principalmente, nas suas ações expressas nas políticas públicas por ele empreendidas. Os questionamentos a respeito desta relação: Estado, sociedade e políticas públicas são os mais variados e quando se trata do espaço de negociação específico da Política de Economia Solidária, tais questões tornam-se ainda mais intrigantes. É por isto que no tópico seguinte, faremos o esforço de compreender a formação, as demandas e os principais atores para formulação da política pública, assim como o seu processo ou ciclo como colocado mais adiante no próximo tópico.

## **2.1. O PROCESSO DA POLÍTICA PÚBLICA: SEUS ELEMENTOS FUNDANTES**

Como foi destacado no item anterior Coutinho (2005) traz uma reflexão muito rica acerca da democracia, da cidadania e dos direitos sociais como conquistas importantes para a compreensão da política pública como espaço privilegiado de discussão e construção do Estado e da sociedade civil. Cabe lembrar que a política social apontada anteriormente ainda que sumariamente, também comporta importante mediação nesta relação entre Estado e sociedade e todos esses elementos devem ser compreendidos dialeticamente e historicamente como

determinantes no âmbito da análise da política pública e, em específico do processo de construção da política pública de economia solidária, alvo da nossa análise.

A análise de qualquer que seja a política pública deve em primeiro lugar colocá-la como esfera de responsabilidade do Estado, mas, não como exclusividade deste ente. Uma vez que é o Estado que conduz, porém, a construção, formulação e controle social da sua execução, requer a participação ativa da sociedade civil, conforme defende Raichellis (2008, p. 74) inclusive no sentido de reafirmar a importância da esfera pública como espaço de consolidação da democracia e cidadania como exposto no item anterior.

Segundo autora citada acima, as consequências da incorporação do ideário neoliberal nas sociedades que apresentam dificuldades em consolidar a sua democracia ou de frágil enraizamento da cidadania são a expressão da acirrada desigualdade, encolhimento dos direitos sociais e trabalhistas, aprofundamento dos níveis de pobreza, aumento da violência urbana e da criminalidade, entre outros. Tal contexto de crise social que perdura desde os anos 80 do século passado até os dias de hoje, requer um debate sobre as políticas sociais uma vez que estas são importantes mediações entre as demandas sociais e as respostas organizadas pelo Estado para enfrentá-las. (RAICHELLIS, 2008, p. 76 – grifos nossos).

Na mesma perspectiva da autora citada acima, Höfling (2001) defende que

“Em um Estado de inspiração neoliberal, as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua *capacidade e escolhas individuais*, não usufruem do progresso social”. Tais ações não têm o poder – e frequentemente, não se propõem a – de alterar as relações estabelecidas na sociedade. (p. 31).

Diante do exposto fica claro que nossa compreensão de política pública é aquela de responsabilidade do Estado, de construção coletiva que se expressa através de seu programa de governo e de ações voltadas para setores específicos da sociedade, ou seja, a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Não podendo, deste modo, ser reduzida à esfera estatal, ou à burocracia pública (HÖFLING, 2001, p. 30).

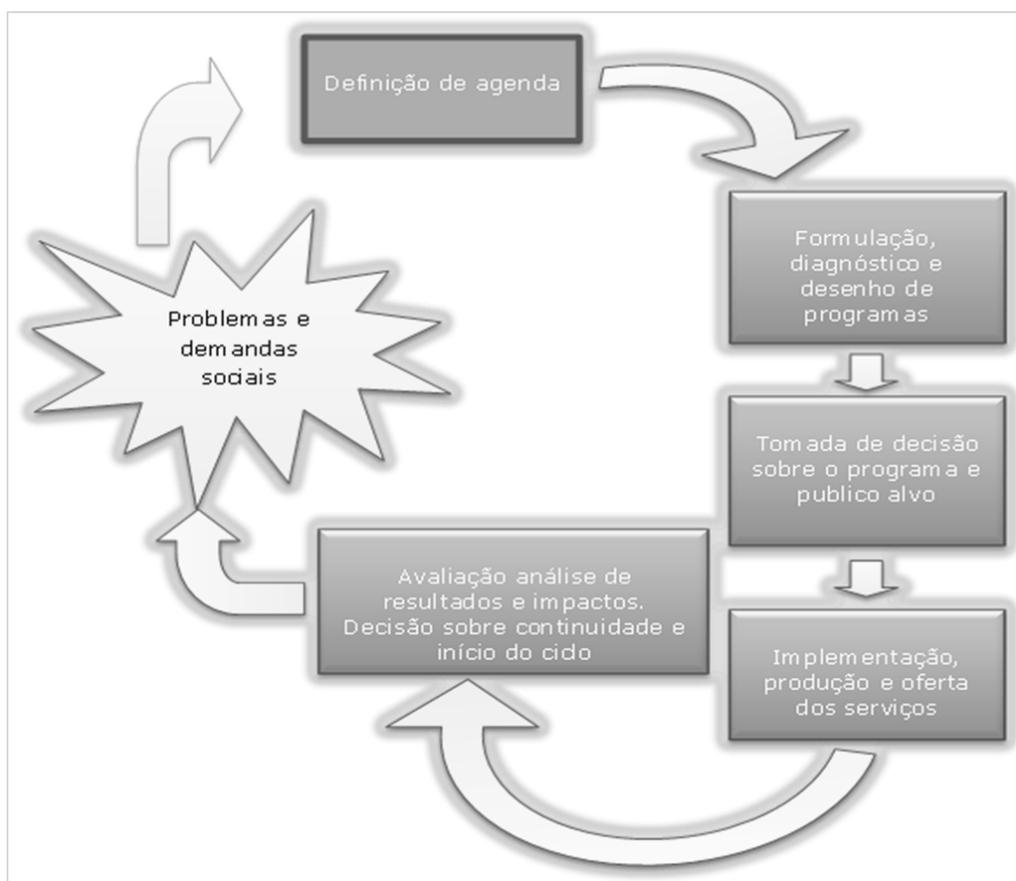
Segundo visão da mesma autora, já as políticas sociais, se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, sobretudo, para a redistribuição dos benefícios sociais visando o enfrentamento das desigualdades sociais. Suas raízes como sabemos estão nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais e, sendo assim, estão situadas em um determinado tipo de Estado. As políticas sociais são formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social. (HÖFLING, 2001, p. 31).

Ao revisitar a bibliografia que diz respeito à política pública Celina Souza (2006), faz um breve resumo do que estamos defendendo como ciclo ou processo da política pública. Ou seja, esta é uma perspectiva que compreende a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. E, neste sentido, se constitui de vários estágios, quais sejam: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. (p.30).

Seguindo ainda que de longe essa mesma ideia apresentamos, logo abaixo, um esquema já muito presente em vários trabalhos que discutem esta temática. Aqui, especificamente, reproduzimos o modelo exposto a partir de Jannuzzi (2011).

Segundo tal esquema o processo da constituição da política pública estaria determinado primeiramente por um problema transformado em demanda social através da luta e organização da população atingida. Tal demanda levaria o Estado a definir uma agenda para este pleito e com isto, dá-se início à formulação da política que ocorre mediante elaboração de diagnósticos e desenhos de políticas, programas e projetos que atendam determinada população nas suas necessidades.

**Figura I - Ciclo da Política Pública**



Fonte: Adaptado do modelo presente em Jannuzzi (2011).

De acordo com Souza (2006) esta abordagem enfatiza como mostra a figura acima, principalmente a definição de agenda. Neste caso, o questionamento é destacado no sentido de responder os motivos pelos quais algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas.

Há, no entanto, outras vertentes do ciclo da política pública que focalizam mais os participantes do processo decisório, e outras, o processo de formulação da política pública. Cada participante e cada processo pode atuar como incentivo ou como um ponto de veto. (idem, p.30).

A compreensão de que a política pública envolve diversos processos que devem ocorrer após sua decisão e proposição, como exposto na figura acima, leva também os atores envolvidos na política, a perceber e a reconhecer que a implementação, execução e avaliação além do papel das instituições e regras na

decisão e formulação de políticas públicas são igualmente relevantes e necessárias para completar o ciclo da política e cumprir com seus objetivos.

Embora o esquema apresentado pareça limitar a construção da agenda política a um mero ciclo, com etapas predefinidas, ele facilita a compreensão deste processo do qual participam diferentes entes com interesses inclusive, distintos.

Conforme colocado por Jannuzzi (2011), a definição da agenda política corresponde aos múltiplos caminhos e processos que culminam com o reconhecimento de uma questão social como problema público e da necessidade da ação governamental para sua solução. Isto é, a legitimação desta questão na pauta pública ou na agenda das políticas públicas do país, em dado momento. (p. 259). Ele ainda adverte:

“Se parece haver solução técnica viável e factível para determinada questão social, essa entra mais facilmente na agenda. Afinal, a estrutura do setor público, pelos mecanismos institucionais existentes e operantes, é um ambiente que *“digere”* inovações a seu tempo e a seu estilo”. (p. 260).

Höfling (2001) ainda lembra que *“o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo”*. E há aspectos da sociedade que não podem ser descartados neste processo, entre eles destacam-se: *“os fatores culturais, àqueles que historicamente vão construindo processos diferenciados de representações, de aceitação, de rejeição, de incorporação das conquistas sociais por parte de determinada sociedade”*. (p.39).

Ainda refletindo sobre a construção histórica da agenda das políticas públicas, é no Brasil moderno que a avaliação de política comparece como instrumento de gestão essencial ao processo de democratização da política passando desta maneira a compor as etapas da política pública. Neste sentido, MELO (2009) vem resgatar como se constituiu este processo de constituição da agenda política brasileira e seus vários momentos políticos.

Conforme colocado por Melo (2009) a inscrição da política social se insere na agenda do Estado brasileiro no contexto das transformações associadas à revolução de 30 e à era Vargas (p. 13). Momento em que a mesma é pensada a partir do caráter da integração social. Ou seja, um período caracterizado pelo corporativismo orgânico, que pode ser evidenciado entre as décadas de 1930-1945.

A compreensão da política nesta época, se configurou em torno de uma ideia de incorporação e integração social, que trouxe algumas repercussões para evolução da sociedade brasileira e, por conseguinte, para apreensão dos direitos sociais a partir de uma perspectiva da cidadania regulada, na qual os direitos sociais são conferidos aos grupos ocupacionais que por sua vez, são reconhecidos e regulamentados pelo Estado como demandantes legítimos de direito. (MELO, 2009, p. 13-14).

Em um segundo momento, as políticas públicas passam a ser encaradas como moeda de troca. Segundo o mesmo autor, a partir da adesão ao regime político do populismo e a consequente queda do corporativismo como prática política até então desenvolvida, a agenda pública se desloca e se divide a partir de dois grupos. No primeiro, está a elite tecnoburocrática representada pela agências econômicas e ministério do trabalho e de outro estão os setores trabalhistas, de esquerda dentro e fora do Estado. (MELO, 2009, p. 14-15).

Neste sentido, o Estado é ao mesmo tempo sujeito da acumulação e agente de distribuição, via rendas públicas ou grupos ocupacionais. Ou seja, está diretamente ligado aos grupos do setor produtivo e indiretamente a partir dos fundos públicos. (MELO, 2009, p. 15). Situação que perdura durante todo o período da ditadura militar e que foi nitidamente expressa pelas reformas de base, combinando os processos de subdesenvolvimento social e estagnação versus reforma e crescimento, como foco da agenda pública do período. (MELO, 2009, p. 16).

A partir deste momento, as políticas públicas passam a ser pensadas como instrumento de modernização conservadora. Neste processo de desenvolvimento da política do país, passa-se a combinar no âmbito político, a questão do desenvolvimento econômico ou crescimento com a distribuição de renda. (MELO, 2009, p. 17).

Tais perspectivas vão combinar posteriormente certo redistributivismo conservador em que o conteúdo substantivo das políticas foi redefinido, a alocação de recursos na área social passa a ser priorizada e as taxas de crescimento dos gastos sociais se expandem. Sendo assim, este momento de reconhecimento da intervenção pública na área social, abre o caminho para uma crítica a sua capacidade resolutiva e efetividade. (MELO, 2009, p. 18).

A busca pela democratização das políticas, a descentralização, eficiência e transparência, ocorre amparada no bojo das discussões até então travadas. Verifica-se neste processo, uma inflexão na abordagem das políticas públicas de um modo geral, e naquelas de corte social, em particular, que já vinha se consolidando desde os anos 50. Ou seja, a gestão e o controle democrático das decisões governamentais adquirem uma centralidade que lhes foi negada até então.

Desse modo, a valorização da democracia substantiva nos anos 80, significou uma redefinição dos critérios de avaliação da política social. A participação também se tornou uma exigência para o aperfeiçoamento do modo de operar das políticas no intuito de torná-las mais eficientes. (MELO, 2009, p. 19).

Já no contexto pós-constituente, as políticas públicas serão alimentadas pelo paradigma do diagnóstico da crise de governabilidade. Sendo assim, nasce no contexto da Nova República, a necessidade de um realinhamento dos atores coletivos, visando uma redefinição das esferas pública e privada, das relações Estado–sociedade. O eixo de análise das políticas públicas se desloca novamente no sentido de redefinir o papel do Estado e da sua legitimidade, e não mais no sentido da forma e do conteúdo da intervenção pública. (MELO, 2009, p. 21).

Tais aspectos têm implicado na diluição da ação do Estado que se limita aos aspectos regulatórios e de estabelecimento de regras do jogo estáveis. Significa pensar numa mudança que é alimentada pela crise fiscal do Estado e pela difusão de certo paradigma quanto ao seu papel. (MELO, 2009, p. 26). Confirmando o que IANNI (1989, p. 263), destaca nas suas análises, a partir das quais ele afirma que no Brasil o discurso político apenas recobre o jogo das forças produtivas, o privilégio do capital da classe dominante.

Para ele *“as razões do Estado e do capital se conjugam e se confundem”*. Tal realidade pode ser verificada no contexto atual de desenvolvimento das forças produtivas, de reestruturação do capital, no qual os segmentos de trabalhadores são extremamente explorados a partir de relações flexíveis de trabalho, que na verdade se configura como um estágio em que o domínio do capital invade todas as esferas da vida do trabalhador. Definindo os níveis de produção inclusive no âmbito doméstico e particular do sujeito á medida que o capitalismo é um sistema que

mercantiliza não só pessoas e coisas, mas também a força de trabalho e a energia humana que produz valor. (IANNI, 1982).

## **2.2. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES**

Conforme colocado por Barbosa (2007) a economia solidaria no governo federal não é apenas resultado da programática governamental para atender determinado problema e demanda social como ocorre em outros setores da política. Ela é antes a expressão das demandas dos movimentos sociais que há tempos desenvolviam experiências na área da economia solidaria, a exemplo de algumas ONGs, sindicatos, igrejas e unidades econômicas cooperativadas. (p. 229).

Foi a partir da mobilização dessas parcelas da sociedade que acreditavam na iniciativa da economia solidária que a mesma recebeu o status de política pública com a criação da recente Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003. Conforme a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003<sup>5</sup>.

De acordo com Paul Singer, nomeado secretário desta secretaria, esta mobilização como afirmamos antes, partiu principalmente da igreja católica, dos sindicatos e de algumas universidades que junto ao Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a partir de 2001, já discutiam estratégias de combate à fome e à miséria.

A partir da criação da SENAES, a política do MTE, adquire um novo sentido para o trabalho. Ou seja, o trabalho passa a ser desvinculado do emprego assalariado (BARBOSA, 2007). Segundo a mesma autora, a prática política em torno da criação da Secretaria expressa a assunção propositiva da nova realidade do trabalho hoje, e, nesse processo, a reconceituação do próprio trabalho. (p.194). Significa dizer, que o trabalho agora é encarado como possibilidade de ocupação em cooperativas e associações, e não exclusivamente vinculado ao sistema de proteção social, com direitos trabalhistas garantidos. (p.195, grifos nossos).

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/economia\\_solidaria/apresentacao-1.htm](http://portal.mte.gov.br/economia_solidaria/apresentacao-1.htm). Acesso em: 20/11/11.

Conforme colocado por Barbosa (2007), as políticas públicas para economia solidária são uma das muitas mediações que conformam o novo contexto das relações de trabalho e subordinação. A interação entre economia solidária e produção capitalista se dá em dois sentidos: por meio de relações de subcontratação e no sentido da redução de custos de reprodução do trabalhador. Nesse processo, viabilizam-se o consentimento ideológico, a ampliação de espaço econômico para a iniciativa privada e o acesso aos fundos públicos. (p. 28).

A Política de Economia Solidária no Brasil está ligada ao MTE através da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) como política de emprego e geração de trabalho e renda. É uma política transversal a vários outros ministérios e secretarias nacionais. Suas ações são distribuídas na estrutura da secretaria a partir de dois departamentos e um programa que agrega todas as ações desenvolvidas em âmbito nacional acerca da política. São eles: O Departamento de Estudos e Divulgação, o Departamento de Fomento à Economia Solidária e o Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. Estes fazem parte de uma estratégia da própria secretaria coerente com as suas concepções e diretrizes assentadas também no projeto de governo para o desenvolvimento de ações neste âmbito da economia e do trabalho.

A SENAES passa então a desenvolver ações que variam desde a formação das pessoas em economia solidária até o mapeamento da economia solidária que gerou recentemente o Atlas da economia solidária no país em 2007. Neste sentido, existe hoje um Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), o qual serve de base de dados para consultas e novas pesquisas na área, etc.

Desde os seus primórdios, a política de economia solidária no Brasil, se desenvolve com uma característica peculiar de formação e de construção ideológica e política dos trabalhadores preocupada em subsidiar e desenvolver uma mudança de cultura na qual prevaleça a busca do bem comum a partir de novas relações de trabalho e de produção.

É desta forma que a economia solidária é colocada pelo movimento da economia solidária no país e também na sua estrutura dentro do governo. Não basta fomentar e incentivar atividades em economia solidária. Nas ações da SENAES e especificamente, nas prioridades do Programa economia solidária em

desenvolvimento há essa preocupação de investir na formação de uma nova cultura de valorização destas ações como enfrentamento ou alternativa à produção capitalista, ou nova forma de produzir.

**Figura II - Estrutura da Política Pública de Economia Solidária no Governo Federal**



Fonte: SENAES/MTE – elaboração própria, 2012.

Conforme publicação do MTE/SENAES, o ano de 2004 foi o primeiro ano que a Secretaria passou a contar com orçamento próprio. Neste mesmo ano se apresenta como desafio para esta secretaria, a implementação do programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” que tem relação direta com os objetivos da política setorial do MTE, que é o de promover o “*crescimento com geração de*”

*trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais” (SENAES/MTE) <sup>6</sup>.*

Segundo o mesmo documento, é propósito da SENAES, em consonância com a missão do Ministério do Trabalho, combater a desigualdade e a exclusão social mediante a operacionalização do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. (idem). Este programa tem o objetivo principal de promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. E, para tanto, deve realizar suas ações com objetivos específicos no sentido de mapear e dar visibilidade ao universo dos empreendimentos econômicos solidários; qualificar os atores envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à economia solidária; facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões sobre temas afins entre os empreendimentos; contribuir para a geração de trabalho e renda através da economia solidária; participar de políticas estratégicas de combate à pobreza através do fomento à economia solidária; contribuir para a consolidação das políticas públicas federais, estaduais e municipais voltadas à economia solidária além de promover, fomentar e fortalecer a economia solidária <sup>7</sup>.

Como pode ser verificado no esquema representado na ilustração abaixo o Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” é parte de uma programática maior dentro do Governo Federal, que através do Ministério do Trabalho e Emprego, procura enfrentar os problemas do desemprego, da falta de trabalho e ocupação além de estar vinculado às preocupações com a geração de trabalho e renda da população que vive do trabalho. Ou seja, tal programa é o único desenvolvido pela SENAES e abarca todas as ações de enfrentamento à falta de trabalho e renda da população.

---

<sup>6</sup>SENAES/MTE. **A Economia Solidaria no Ministério do Trabalho**. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/economia\\_solidaria/prog\\_apresentacao.pdf](http://www.mte.gov.br/economia_solidaria/prog_apresentacao.pdf) Acesso em: 29/01/11.

<sup>7</sup>MEDEIROS, Alzira. **Programas e Ações de Apoio à Economia Solidária Geração de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal**, 2005. (RELATÓRIO FINAL DO CONVÊNIO MTE / IPEA/ANPEC – 01/2003).

**Figura III – Estrutura do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento**



Fonte: Medeiros (2005) / SENAES/MTE. Elaboração própria, 2012

Em consonância com o exposto acima o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2008-2011 do MTE em relação às políticas de economia solidária, reforça os objetivos do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento que traz em seu desenho a necessidade de promoção e de fortalecimento além da divulgação da economia solidária, através de políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Tem como público alvo os trabalhadores (as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias,

associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

No âmbito ainda do relatório citado, Paul Singer, gerente atual do referente Programa diz que entre as políticas que visam resolver o problema da falta de trabalho e renda a que melhor se apresenta com soluções definitivas, é a de economia solidária. Segundo ele, isto ocorre porque a economia solidária constitui um modo de produção alternativo ao *capitalismo, na qual não há a figura de empregador e nem de empregado*. Ou seja, ao mesmo tempo os trabalhadores envolvidos nesses empreendimentos, são proprietários da entidade e realizam todas as atividades econômicas necessárias ao seu funcionamento.

Os avanços do Programa, citados no referido relatório, nesses 05 anos de existência estão, sobretudo, ligados à constituição de uma política pública federal para a economia solidária no Brasil. São citados como principais aspectos, os avanços na formação de uma Rede de agentes de desenvolvimento local em economia solidária espalhados em todos os Estados.

Também a construção de uma estratégia de desenvolvimento local tendo a economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários como eixo, a partir da ação de capacitação de agentes de desenvolvimento solidário, são apontados como aspectos positivos no desenvolvimento do programa. Além do apoio direto aos empreendimentos econômicos solidários espalhados em todo o país, auxiliando na sua consolidação e ampliação do apoio à constituição de políticas públicas de economia solidária, passando de 54 políticas no ano de 2004, para mais de 80 em 2006. (Relatório Anual de Avaliação – PPA 2008-2011).

E, por último, são citados a articulação de empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivas e arranjos produtivos com abertura de canais de comercialização aos empreendimentos econômicos solidários. Além da implantação do Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária, do apoio a agências de fomento em economia solidária e do desenvolvimento de atividades de formação em economia solidária.

Conforme informações do próprio Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o orçamento disponibilizado no Plano Plurianual (PPA) de 2008 - 2011<sup>8</sup> em 2009 para o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento era de R\$ 57.398.007,00 sendo, R\$ 13.220.400,00 disponibilizados pelo MTE e R\$ 44.177.607,00 pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (GOERCK, 2009, p. 193).

Segundo a SENAES na proposta do PPA 2008-2011, buscou-se ampliar o escopo do programa, delimitando suas várias linhas de ação de modo mais definido e mais estruturado nas áreas da organização da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária; da formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; ao fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários além da elaboração de um marco jurídico diferenciado para a economia solidária, garantindo o direito ao trabalho associado.

As ações continuadas da SENAES através do Programa “Economia solidária em Desenvolvimento” se dão nas esferas da estruturação de uma política pública voltada à economia solidária, com o estímulo à institucionalização de políticas nas três esferas; ou seja, a formação de formadores/as e gestores públicos; a construção de uma estratégia de desenvolvimento local tendo a economia solidária como eixo, a partir da atuação de uma rede de agentes de desenvolvimento solidário espalhados pelo Brasil; e o novo mapeamento da economia solidária, que vai ampliar e atualizar a base do Sistema de Informações em Economia Solidária.

Para cumprir tais objetivos o referido programa trabalha articulado com vários órgãos do governo e da sociedade civil desenvolvendo ações através de outros programas ligados a outros Ministérios e diversas instituições a exemplo da Fundação Banco do Brasil, Cáritas, entre outras secretarias de governo. A transversalidade do programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” com outros programas, Ministérios e Secretarias demonstram sua capacidade de articulação. Os dados informam que tal programa é um programa transversal, articulado a diversos programas na esfera do governo federal envolvendo diferentes Ministérios e várias Secretarias de Governo. Entre eles estão:

---

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/economia\\_solidaria/prog\\_apresentacao.asp](http://www.mte.gov.br/economia_solidaria/prog_apresentacao.asp)> Acesso em: 29/01/11.

### Quadro I – Órgãos parceiros do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento

MINISTÉRIO/SECRETARIA	PROGRAMA / AÇÃO
MTE/MDS/MEC	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas – PRONINC;</li> <li>▪ Programa de geração de emprego e renda – PROGER;</li> <li>▪ Programa Juventude, Educação, Trabalho e Ação Comunitária;</li> </ul>
MDS	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programas de rede solidária de restaurantes populares;</li> <li>▪ Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural;</li> </ul>
Ministério da Agricultura, pecuária e pesca	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa de abastecimento agroalimentar;</li> <li>▪ Programa de Educação no Campo – PRONERA;</li> <li>▪ PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;</li> </ul>
Ministério da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa Saúde Mental;</li> </ul>
Ministério das Cidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa Crédito Solidário;</li> </ul>
Ministério da Integração Nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PROMESO - Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais;</li> </ul>
Ministério da Cultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de quilombo.</li> </ul>

Fonte: SENAES/MTE – elaboração própria, 2012.

Mesmo com todo este escopo de ações e articulações o último relatório de avaliação do Programa, tendo por base o PPA 2008-2011 aponta que os resultados obtidos pelo programa na sua grande maioria foram abaixo do esperado uma vez que, segundo informações do próprio relatório, no ano de 2008 não foi possível realizar todas as ações previstas e, sendo assim, o exercício de 2009 deveria acumular praticamente o que estava previsto para ser executado em 2008.

São citados como principais resultados do programa no período:

1. A Conclusão do primeiro Plano Setorial de Qualificação Profissional e Social em Economia Solidária (Planseq Economia solidária); e realização dos processos de concertação de redes, seleção de projetos e celebração de convênios para o novo Planseq Economia solidária;

2. Realização de cursos de formação de gestores públicos federais para atuação em políticas voltadas à economia solidária (um com servidores do MTE e das Superintendências Regionais, um com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e dois em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP);

3. A produção e distribuição de mais de 22 mil kits (incluindo programas de rádio, filmes e documentários, cartilhas, cartazes, folhetos e manuais de formação de formadores) da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização da Economia Solidária;

4. A ampliação no número de Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários, apoiadas pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), ação interministerial coordenada pela SENAES/MTE e executada em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia.

As conclusões inscritas no relatório do programa apontam que a economia solidária tem se expandido em todo o país, e as políticas públicas também têm acompanhado este crescimento, em todas as esferas de governo, não só pela reestruturação do presente programa como também pela introdução de ações em outros Ministérios. Neste sentido, os resultados podem ser sentidos pela presença de ações do programa em 14 Governos Estaduais e mais de 200 Governos Municipais. Segundo Singer, a partir deste relatório, o quadro indica que, embora com obstáculos, o programa tem contribuído para a economia solidária, enquanto política pública especificamente voltada para este segmento.

Com o fomento empreendido às iniciativas da economia solidária, o Ministério do Trabalho e Emprego declara assumir, além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores.

Sendo assim, na perspectiva do Ministério citado, a SENAES colabora com a sua missão a partir do momento que passa a apoiar empreendimentos econômicos solidários por meio de ações diretas ou por meio de cooperação e convênios com

outros órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil que atuam com a economia solidária.<sup>9</sup>

Podemos destacar ainda como aspecto relevante o fato da SENAES e do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” agregarem a maior parte das reivindicações do movimento social de forma a incorporar inclusive os seus agentes como desenvolvedores da Política de Economia Solidária. Percebe-se neste sentido, forte apelo à consciência das pessoas para a prática de uma economia diferente, social e solidária.

Mas, por outro lado, são visíveis também as conexões que precisam ser feitas com as grandes empresas ligadas ao grande capital para que o ciclo da mercadoria se concretize. Pois não convém estimular a produção apenas para próprio consumo, os produtos têm valor de troca e precisam ser comercializados para darem retorno econômico aos seus produtores que dependem do capital investido para se reproduzirem e para sustentar suas famílias.

Atualmente tramitam as negociações entre o governo, o FBES e os ministérios do Trabalho/SENAES juntamente com o Ministério da Micro e pequena empresa para o qual a SENAES está sendo convidada a compor sua estrutura. Esta é uma discussão que vem sendo travada, sobretudo no âmbito do movimento da economia solidária representado pelo FBES que ainda não tem uma solução uma vez que o referido movimento assim como a SENAES percebem com bastante ressalvas essa migração ou mudança de estrutura da SENAES. É previsto que esta secretaria passe a fazer parte de um ministério diferente do ministério do trabalho e emprego, que possivelmente trará para a economia solidária um novo desempenho e novos objetivos, se afastando, em nossa opinião, da luta que a SENAES já vem desenvolvendo pela inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e do acesso aos seus direitos sociais, ainda que de forma lenta.

Para expor as conexões feitas até então, acerca da produção no âmbito da economia solidária e as determinações mais gerais da sociedade capitalista atual, especificamente, com a reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho, analisaremos os dados do Sistema de informação em Economia Solidária – SIES, relativos aos empreendimentos econômicos solidários cadastrados em Pernambuco

---

<sup>9</sup> Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/economia\\_solidariaidaria/a-economia-solidaria-no-ministerio-do-trabalho-e-emprego.htm](http://portal.mte.gov.br/economia_solidariaidaria/a-economia-solidaria-no-ministerio-do-trabalho-e-emprego.htm). Acesso em: 20/11/2011.

entre os anos de 2005 e 2007. Os resultados da análise podem ser verificados no próximo item.

### **2.3. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: OS NÚMEROS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – SIES: OS DADOS DE PERNAMBUCO**

Existem aproximadamente 02 milhões de pessoas envolvidas nos 22 mil empreendimentos econômicos solidários em todo o país. 48% desses empreendimentos estão localizados no meio rural e 35% na cidade e os demais são mistos. 52% são associações e 36% são grupos informais e apenas 9,7% são cooperativas formais. O faturamento mensal é menor que 05 mil reais para 59% dos empreendimentos. 31% geram renda mensal de um salário mínimo e 61% dos empreendimentos têm dificuldades de comercializarem seus produtos (fonte: SIES/SENAES – MTE 2007).

Em Pernambuco<sup>10</sup> o quadro não é diferente. Segundo Relatório regional da economia solidária, produzido pelo SIES<sup>11</sup>, Pernambuco conta com 1.526 empreendimentos cadastrados na sua base de dados. Destes, conforme informação dos trabalhadores, a maior parte, 702 ou 46%, foi criada entre os anos 90 e 2000 somados a mais 676 (44,3%) empreendimentos que também foram criados até o ano de 2007, confirmando a tendência que a classe trabalhadora tem de se organizar em períodos de crises econômicas.

---

<sup>10</sup> Em Pernambuco as ações institucionais direcionadas para economia solidária estão ainda se estruturando a partir da criação do Conselho Estadual de Economia Solidária, através da Lei 13.704 de 19/12/2009, vinculado à Secretaria Especial da Juventude e Emprego.

<sup>11</sup> Análise realizada a partir do questionário disponível no SIES/SENAES/MTE. Com dados de 2005 a 2007. Disponível em:  
<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/empreendimentoResumoEstadual.asp?Estado=PE>.

**Tabela 01 – Ano de início do empreendimento em PE**

<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS POR ANO DE INÍCIO COMO EES</b>	<b>N. ABS.</b>	<b>%</b>
1900 a 1950	07	0,46
1951 a 1970	07	0,46
1971 a 1980	14	0,92
1981 a 1990	113	7,40
1991 a 2000	702	46,0
2001 a 2007	676	44,0
Não informado	07	0,46
<b>Total</b>	<b>1526</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Dos 1526 empreendimentos cadastrados na plataforma, 936, 61,34% são associações, 488 (32% aproximadamente) são grupos informais, 87 ou 5,7% são cooperativas, entre outras modalidades. Os dados confirmam que 977 deles são registrados o que corresponde a 64% do total.

**Tabela 02 - Formas de organização do empreendimento em PE**

<b>FORMAS DE ORGANIZAÇÃO</b>	<b>N. ABS.</b>	<b>%</b>
Associação	936	61,34
Grupo informal	488	31,98
Cooperativa	87	5,70
Outra	08	0,52
Sociedade mercantil de capital e indústria	04	0,26
Sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada	02	0,13
Sociedade mercantil em nome coletivo	01	0,07
<b>TOTAL</b>	<b>1.526</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Quanto aos motivos da criação dos empreendimentos, 572 deles têm como primeira motivação o fato deste ser uma alternativa ao desemprego. 162 já colocam o aumento e o complemento de renda como principal motivo da sua adesão a tal tipo de atividade econômica. 100 deles apresentam a motivação de serem donos do seu negócio, enquanto 245 o fazem por exigência para obtenção de financiamentos e

outros apoios. 138 declaram que o desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades são os seus grandes estímulos à criação do empreendimento. 113 têm como interesse a organização e a qualificação.

**Tabela 03 – Motivos para criação do empreendimento em PE**

O QUE MOTIVOU A CRIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	ORDEM			
	1ª	2ª	3ª	Total
1. Uma alternativa ao desemprego	572	143	77	792
2. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	132	221	101	454
3. Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	130	261	177	568
4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	100	217	110	427
5. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	245	174	121	540
6. Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	7	3	3	13
7. Motivação social, filantrópica ou religiosa	48	23	16	87
8. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	138	152	76	366
9. Alternativa organizativa e de qualificação	115	95	75	285
10. Outro. Qual?	28	15	7	50

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Os dados confirmam que a grande parte dos empreendimentos está na área rural, sendo ao todo 909 (59,57%). Enquanto 420 (27,52%) desenvolvem suas atividades no urbano e 196 (12,84%) estão tanto no campo como na cidade.

**Tabela 04 - Área de atuação dos empreendimentos em PE**

ÁREA DE ATUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	N. abs.	%
Rural	909	59,57
Urbana	420	27,52
Rural e urbana	196	12,84
Não informado	1	0,07
<b>TOTAL</b>	<b>1.526</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Os seus participantes são mistos em 1.258 empreendimentos, com 33.962 mulheres e 47.965 de homens. No total de participantes, são 38.525 mulheres e 50.367 homens envolvidos nos empreendimentos no Estado de Pernambuco. Embora haja também empreendimento só com homens, ao todo, 75 empreendimentos e só com mulheres 191 deles.

**Tabela 05 - Número de participantes – sócios (as) em PE**

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>QTD. EMPREENDIMENTOS</b>	<b>MULHERES</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MÉDIA</b>
EES somente homens	75	0	2.402	32
EES somente mulheres	191	4.563	0	24
EES com homens e mulheres	1.258	33.962	47.965	65
Não informado	02	-	-	-
Total geral	1.526	38.525	50.367	58

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

No que tange ao quantitativo de sócios por empreendimento os dados abaixo informam as faixas de participantes por empreendimento que variam de 10 até acima de 50. As informações são relativas a um universo de 1.424 unidades que deram informações.

**Tabela 06 - Quantitativo de sócios por empreendimento em PE**

<b>Participantes</b>	<b>Qtd. Empreendimentos</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>	<b>Média</b>
Até 10	217	848	572	1.420	7
11 a 20	268	2.388	1.954	4.342	16
21 a 50	579	8.732	11.768	20.500	35
Acima de 50	460	26.557	36.073	62.630	136
<b>TOTAL</b>	<b>1.524</b>	<b>38.525</b>	<b>50.367</b>	<b>88.892</b>	<b>58</b>

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Analisando os dados acima a respeito do quantitativo de participantes pessoas físicas, em cada empreendimento, percebe-se que em 579 unidades a média de trabalhadores por empreendimento é de 35 e que em 460 deles essa média fica em 136 trabalhadores.

Considerando o total geral de participantes, os resultados do SIES apontam que a média geral de empreendedores nesses empreendimentos é de 58 sendo que há empreendimento com até 07 trabalhadores. Nesta faixa de empreendimentos com até 10 e 20 participantes, ou seja, empreendimentos de pequeno porte, as mulheres são maioria. Já nas outras margens de número de participantes, os homens estão em maior quantitativo como pode ser verificado nos dados acima.

No que tange às principais atividades econômicas desenvolvidas nesses empreendimentos os dados revelam que a campeã é o cultivo de produtos de lavoura temporária, que foi indicada na primeira posição por 451 empreendimentos. Seguida do cultivo de cereais para grãos, apontado como atividade, por 213 deles.

Já o cultivo de outros produtos de lavoura permanente e da cana-de-açúcar, especificamente, foram destacados por 140 empreendimentos, ocupando a 3ª e 4ª posição respectivamente. Ver dados abaixo.

**Tabela 07 - As 10 atividades econômicas mais frequentes nos empreendimentos em PE**

POSIÇÃO	DESCRIÇÃO	N. ABS.	%
1ª	Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	451	29,55
2ª	Cultivo de cereais para grãos	213	13,96
3ª	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	140	9,17
4ª	Cultivo de cana-de-açúcar	140	9,17
5ª	Criação de outros animais	99	6,49
6ª	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura.	98	6,42
7ª	Comércio varejista de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente e de produtos do fumo	66	4,33
8ª	Criação de bovinos	61	4,00
9ª	Atividades de serviços relacionados com a agricultura	59	3,87
10ª	Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário	51	3,34

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

As informações atestam que o faturamento mensal destes empreendimentos fica na faixa de até 5.000,00 em 468 deles, ou seja, 30,67%. Para 249 16,32% esse faturamento não passa de 1.000,00. Em 209 ou 13,70% dos casos os dados apresentam um faturamento que fica entre 5.000,00 e 10.000,00 e para 224 14,68% deles pode chegar a 50.000,00. Apenas em 22 unidades, 1,4% desses empreendimentos tal faturamento ultrapassa os 100.000,00 reais e em 20, 1,3% unidades chega a 100.000,00. Significa dizer que poucos desses empreendimentos conseguem de fato, proporcionar aos seus sócios trabalhadores uma remuneração suficiente para o seu sustento e de suas famílias. Isto porque ao relacionarmos os montantes do faturamento em reais e o quantitativo médio de trabalhadores por empreendimento praticamente não restam sobras e não há possibilidade de melhorias de ganhos. No gráfico abaixo podem ser analisadas estas informações.

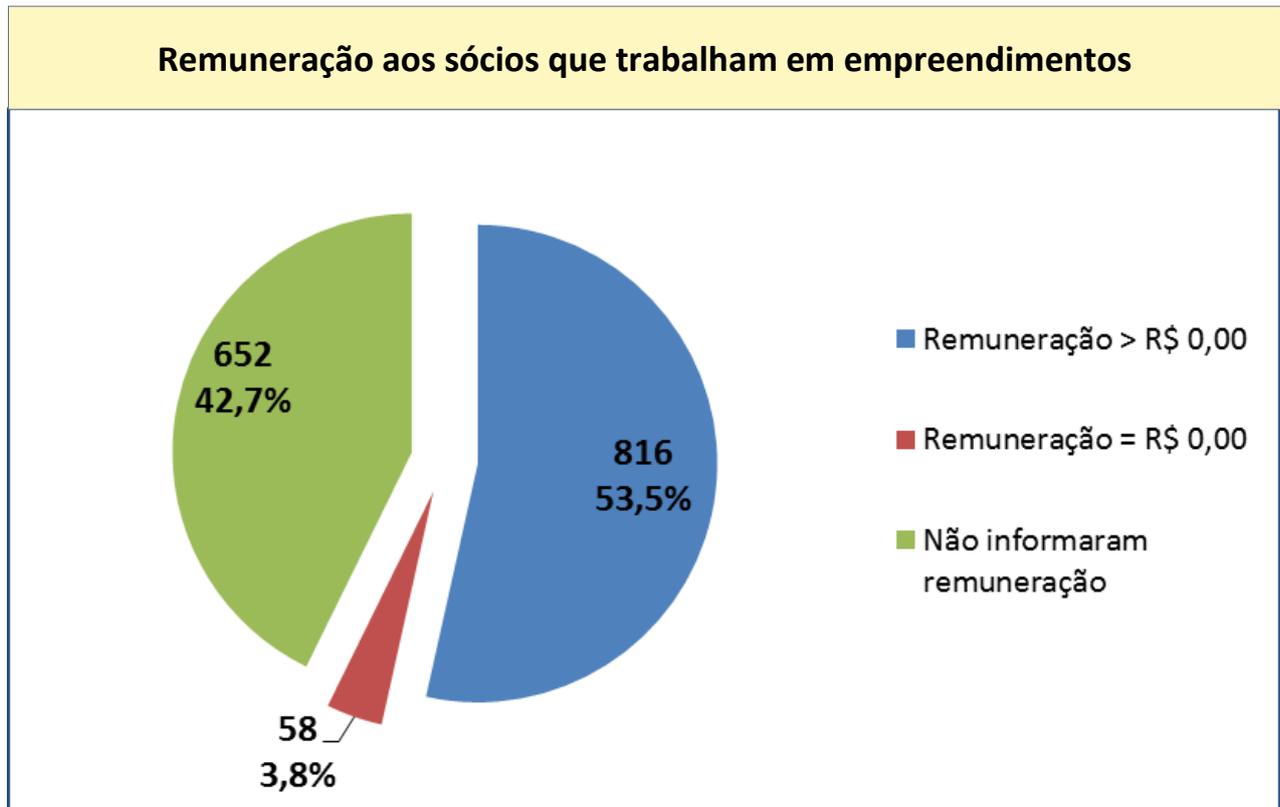
**Tabela 08 - Faturamento mensal por número de empreendimento em PE**

<b>FAIXA DE FATURAMENTO MENSAL</b>	<b>Nº DE EES</b>	<b>%</b>
Até R\$ 1.000,00	249	16,32
De R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00	468	30,67
De R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	209	13,70
De R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	224	14,68
De R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	20	1,31
Mais de R\$ 100.000,00	22	1,44
Sem faturamento mensal	328	21,49
Não informado	06	0,39
<b>TOTAL</b>	<b>1.526</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Se compararmos os números do faturamento mensal desses empreendimentos com a remuneração recebida por cada sócio percebemos que existe uma relação proporcional entre eles.

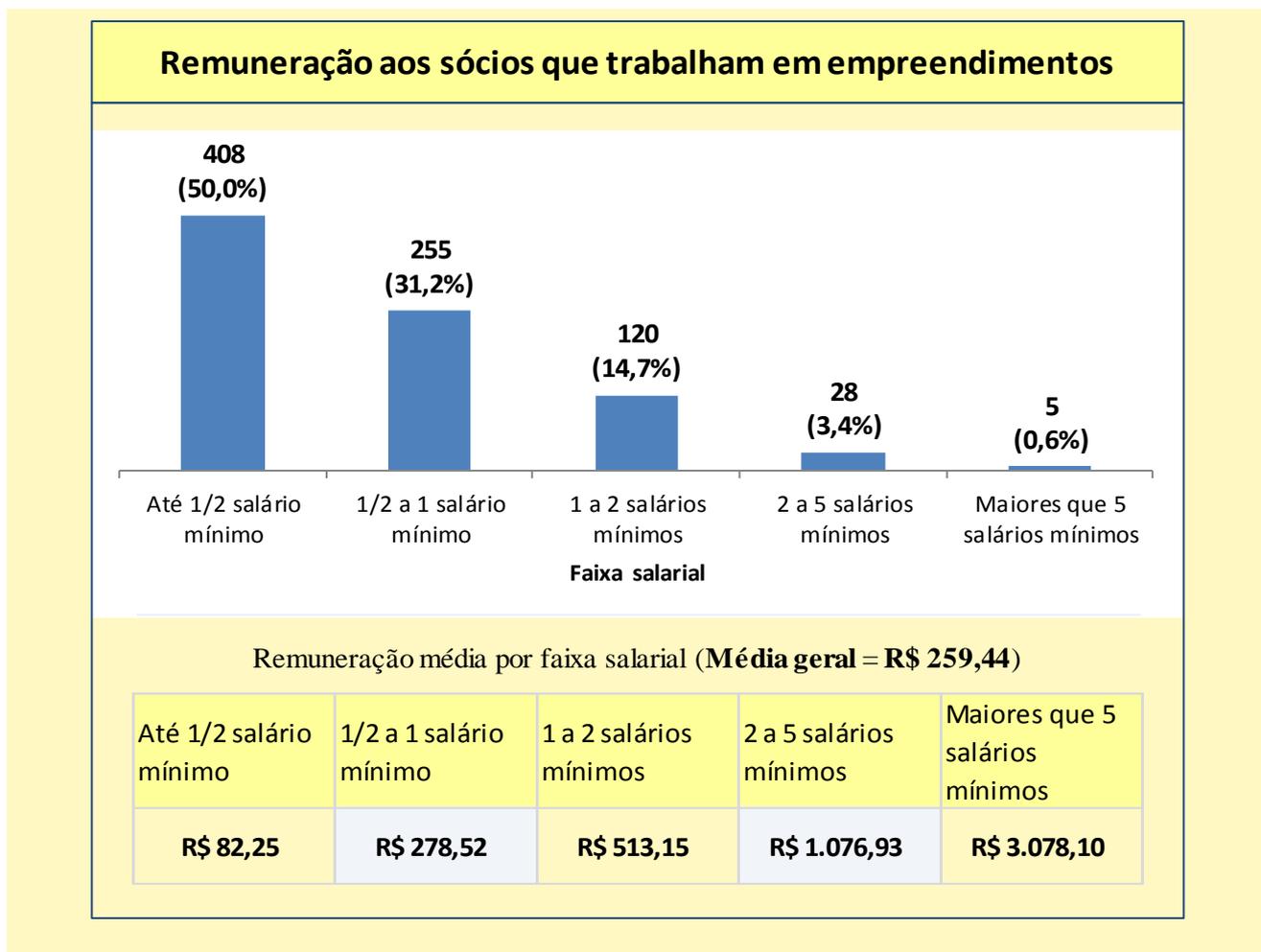
**Gráfico 01 – Remuneração dos Sócios nos EES em PE**



Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Ou seja, os dados mostram que 408 (50%) unidades só remuneraram seus sócios na faixa de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Em 255 (31,2%) dos casos tal remuneração pode chegar a 01 salário mínimo, em 120 deles (14,7%), o ganho declarado fica entre 01 e 02 salários. Já em 28 deles ou 3,4%, o salário pode chegar a 05 salários mínimos e apenas em 05, menos de 1% das unidades, os trabalhadores ganham mais de 05 salários mínimos.

**Gráfico 02 – Remuneração Média dos Sócios dos EES em PE**



Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Analisando a média geral dos ganhos dos trabalhadores envolvidos nos empreendimentos os dados do gráfico acima indicam que no intervalo dos que ganham de meio até mais de 05 salários mínimos a média em reais fica em 259,44. Tais aspectos revelam que há grande disparidade, ou concentração de recursos nos empreendimentos, ou seja, poucos que ganham remuneração elevada e muitos trabalhadores que recebem muito pouco pelo trabalho realizado.

Tais dados reiteram as afirmações de que esses empreendimentos apesar de serem um canal de geração de renda para a maior parte dos trabalhadores os seus rendimentos não conseguem alimentar o fluxo de manutenção dos próprios empreendimentos, nem dos seus trabalhadores.

Conforme pode ser visto abaixo, as declarações dos participantes a respeito da remuneração recebida são de que para 577 ou 37,81% dos empreendimentos visitados os seus ganhos são suficientes para pagar as suas despesas e ter uma sobra. Para 516 (33,81) deles, é possível pagar as despesas, mas não restam sobras. Já para 302 unidades, ou seja, 19,79%, os ganhos sequer cobriram as despesas.

**Tabela 09 - Utilização dos ganhos do empreendimento em PE**

<b>UTILIZAÇÃO DOS GANHOS DO EMPREENDIMENTO</b>	<b>N. abs.</b>	<b>%</b>
Pagar as despesas e ter uma sobra	577	37,81
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	516	33,81
Não deu para pagar as despesas	302	19,79
Não se aplica	130	8,52
Não informado	1	0,07
<b>Total</b>	<b>1.526</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Um dado relevante é que em 950 dos empreendimentos, aproximadamente 62%, não há qualquer tipo de benefício social ou garantia de direitos para os sócios que trabalham na unidade. Em 138 deles é oferecido o benefício da qualificação profissional e em 36 existe a preocupação com o uso de equipamento de segurança. Já em outros 52 empreendimentos há a oferta de benefícios como férias remuneradas, descanso semanal remunerado, prevenção por acidente de trabalho e gratificação natalina. Ver dados abaixo:

**Tabela 10 - Benefícios, garantias e direitos para sócios trabalhadores dos empreendimentos em PE**

<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>N. ABS.</b>	<b>%</b>
Não existem	950	62,25
Qualificação social e profissional	138	9,04
Equipamentos de segurança	36	2,36
Gratificação natalina	17	1,11
Outro. Qual?	16	1,05
Férias remuneradas	9	0,59
Descanso semanal remunerado	5	0,33
Comissão de prevenção de acidentes no trabalho	5	0,33

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

A organicidade desses empreendimentos com os movimentos sociais também se apresenta como um dado relevante que confirma o caminho que a economia solidária percorreu até se institucionalizar no Governo Federal. Segundo declarações dos trabalhadores 1.012 unidades (mais de 66% delas) tem relação ou participa de algum movimento social.

**Tabela 11 - Participação do empreendimento em movimentos sociais e populares em PE**

<b>PARTICIPAÇÃO</b>	<b>N. ABS.</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	1.012	66,32
<b>Não</b>	514	33,68
<b>Total</b>	<b>1.526</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Entre os movimentos mais citados estão os sindicatos rurais e urbanos com quase 38% ou (578) unidades, movimentos comunitários citados por 26,2% ou (400) empreendimentos, os movimentos pela terra e agricultura familiar foram destacados por 22,8% deles ou (340), o movimento ambientalista com quase 13% das unidades que se articulam ou (198). Além dos movimentos por moradia (127) e os religiosos

como pastorais das igrejas (124). Também comparecem na lista os movimentos de mulheres/gênero (69) e os que lutam pela igualdade racial (55), entre outros.

**Tabela 12 – Tipos de movimentos sociais e populares**

<b>TIPOS DE MOVIMENTOS</b>	<b>N. abs.</b>	<b>%</b>
Movimento sindical urbano ou rural	578	37,88
Movimento comunitário	400	26,21
Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	340	22,28
Movimento ambientalista	198	12,98
Movimento de luta por moradia	127	8,32
Religioso ou pastoral	124	8,13
Mulheres / gênero	69	4,52
Movimento pela igualdade racial	55	3,60
Outro movimento. Qual?	42	2,75
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	23	1,51

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Dentre as ações desenvolvidas por estes empreendimentos estão em destaque aquelas nas áreas da educação, do trabalho, saúde, meio ambiente, moradia, redução da violência, assistência social, lazer, cultura, esporte e religiosa. Conforme tabela abaixo:

**Tabela 13 – Área de atuação do empreendimento em PE**

<b>Áreas de atuação</b>	<b>N. Abs.</b>	<b>%</b>
Educação	692	45,35
Trabalho	540	35,39
Saúde	540	35,39
Meio ambiente	437	28,64
Moradia	305	19,99
Redução da violência	137	8,98
Alimentação/doações/instituições/assistência social	135	8,85
Lazer/esporte/cultura/religião	96	6,29
Outra. Qual?	31	2,03

Fonte: SIES/2005-2007 - Elaboração própria, 2012

Os dados apresentados ratificam grande parte das afirmações já desenvolvidas neste trabalho e nos ajudam a compreender os desafios pelos quais a Política de Economia Solidária tem passado no País e com ela os trabalhadores envolvidos nos empreendimentos fomentados pela mesma. Embora estes resultados sejam relativos ao ano de 2007 eles apontam muitos aspectos da realidade vivenciada por grande parte dos empreendimentos do país e do Estado que à época estavam em funcionamento.

Um aspecto bastante relevante na análise desta política é o fato de que mesmo ela apresentando grande relevância enquanto atividade econômica no Estado e no País, ainda permanece como grande desafio a sua regulamentação como política de Estado. Permanecem desde 2004, a luta e reivindicações dos empreendedores para que as ações da política sejam reconhecidas, ou ganhe legislação própria.

Deste modo, os resultados destacados aqui apontam que a contribuição desta política para os trabalhadores dos empreendimentos econômico-solidários está ainda por se desenvolver em muitos aspectos. O seu caráter de política recente é determinante para apreender a limitação da análise de qualquer impacto ou contribuição da mesma para os trabalhadores.

Percebe-se de antemão que os atores desta política atuam de forma bastante organizada, e agregam muitas e diversas áreas de atuação e de instituições que os colocam em um patamar de organização que instiga a ação do Estado no sentido de incentivo e fomento como vem ocorrendo nos últimos anos.

É possível analisar a partir dos dados apresentados, que a participação política, a organização em movimentos sociais e as ações a serviço das comunidades nas quais estão inseridos estes empreendimentos solidários, são as contribuições de destaque que as ações da política têm proporcionado aos trabalhadores, sócios ou não desses empreendimentos.

As discussões sobre a sustentabilidade destes empreendimentos e o retorno econômico para os trabalhadores ainda são precoces a partir dos dados analisados. No entanto, é possível dizer, a partir dos dados do SIES que até o momento, o perfil do rendimento dessas unidades é de no máximo cobrir as despesas mensais. Uma parte deles chega ao final do mês com alguma sobra, mas não são ganhos

volumosos que garantam a sustentabilidade do empreendimento nem de seus sócios.

Considerando o histórico processo de cerceamento de direitos pelo qual os trabalhadores passaram em toda história do país e passam, sobretudo atualmente, nesse contexto de flexibilização das relações de trabalho é que podemos analisar o universo das políticas sociais e da proteção social que atualmente se desenha para a população.

Quando se trata do trabalho na economia solidária esta realidade é ainda mais agravada uma vez que os níveis de proteção social para estes trabalhadores são mínimos ou inexistentes. Já que os mesmos trabalham em sua maioria na informalidade ou em setores informais da economia os quais são isentos de proteção social, seja pelo Estado, seja pelos compradores da força de trabalho ou donos de cooperativas e outros empreendimentos.

A análise desses dados do SIES que demonstram a realidade, ainda que aproximada, dos empreendimentos no Estado de Pernambuco atestam que é grande o desafio para os trabalhadores e para todos os entes que estão envolvidos nas ações da Política de Economia Solidária. Os principais desafios, a nosso ver, estão situados no campo da regulamentação do trabalho associado, autogestionário como direito para que os trabalhadores possam acessar benefícios previdenciários e trabalhistas assim como qualquer outro trabalhador do setor formal.

**FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA – A CONSISTÊNCIA DOS SEUS  
PRINCÍPIOS**

Na primeira Conferência Nacional de Economia Solidária ocorrida em junho de 2006 com o tema: “Economia Solidária como Estratégia e política de Desenvolvimento” já se discutia no seu primeiro eixo temático, os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo. Neste sentido, são apontados no documento final da conferência os fundamentos da economia solidária, os quais todos os envolvidos nas ações desta política devem perseguir como objetivo e como causa a defender.

Segundo o mesmo documento, a Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital.

Sendo assim, as atividades no âmbito da economia solidária, sejam de produção, comercialização, finanças e consumo, devem privilegiar a

*“autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, o acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, com a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos”. (I CONAES, 2006, p. 2).*

Segundo o documento analisado, estes aspectos trazem, portanto, como

exigência, uma *educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário*. Uma vez que a Economia Solidária é um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários.

Significa dizer, desta maneira, que conforme afirmações do documento citado acima, os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento.

A perspectiva que se apreende do movimento da economia solidária envolvido nas discussões da I Conferência é que nas iniciativas da Economia Solidária, a igualdade seja respeitada, como um direito de todos, no que tange às responsabilidades e oportunidades dos participantes dos empreendimentos econômico solidários. Tal aspecto implica em autogestão, ou seja, *a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões, apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho*.

O ponto central do documento em questão é trazer a Economia Solidária como geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital.

Nesse sentido, a ideia de trabalho, apresentada no documento discutido é que ele seja exercido por livre opção, de acordo com o gosto ou aptidões do trabalhador, e não forçado pelo maior valor de mercado a ser obtido.

*[...] Que o seu produto seja de propriedade do trabalhador, individual ou coletivamente, e não alienado pelo capital. Um trabalho que é sinônimo de construção do sujeito, de desenvolvimento de suas capacidades físicas, mentais, culturais e sociais, e não embrutecedor, transformador do ser humano em máquina [...]* (I CONAES, 2006, p.3).

Este trabalho conforme defendido no documento final da I conferência pressupõe o fim do trabalho subordinado ao capital, da alienação do trabalho e apropriação da produção por quem produz e a implantação da autogestão<sup>12</sup>.

Embora já tenhamos destacado as discussões sobre os fundamentos da Política de Economia Solidária trazidas pelo documento já exposto acima, preparamos um quadro resumo no intuito de sistematizar as ideias mais presentes no documento e verificar as suas principais bases teóricas nas quais se sustentam as afirmações realizadas. Lembrando que também o documento da II CONAES foi levado em consideração ao lançar as ideias resumidas no quadro, uma vez que se trata da mesma perspectiva desenvolvida em 2006 em relação à Política de Economia Solidária.

**Quadro II - Os fundamentos ideológicos da economia solidária**

DOCUMENTOS ANALISADOS	FUNDAMENTOS DESTACADOS	QUADRO EXPLICATIVO
I CONAES e II CONAES 2010 2006	Relações de colaboração solidária	Solidariedade, solidarismo
	Sujeito como finalidade da Atividade econômica	Valorização do ser humano
	Autogestão, cooperação	Os meios de produção, os bens ou serviços produzidos devem ser de controle e gestão dos trabalhadores
	Desenvolvimento comunitário e humano	Desenvolvimento social ambientalmente sustentável
	Igualdade de direitos – justiça social	Igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades para todos os

<sup>12</sup> Nesta perspectiva a autogestão é entendida como gestão cooperativa ou gestão coletiva e democrática do empreendimento por todos os seus sócios. O termo autogestão tem suas origens na Europa e seu uso está ancorado a partir do processo de industrialização e se dá com o objetivo de enfrentamento às oligocracias empresais dominantes da época. À medida que começam a surgir as consequências deste modelo industrial, de capital globalizado, que traz como principais dificuldades para os trabalhadores o desemprego e o enfraquecimento dos vínculos sociais e trabalhistas além da precarização do trabalho assalariado, a autogestão passa a difundir-se como alternativa a este modelo e como enfrentamento ao mesmo. (ARCOVERDE, 2009 – grifos nossos).

		trabalhadores
	Trabalho emancipado	Superação da subalternidade do trabalho
	Sociedade socialista	Reversão da lógica capitalista

Fonte: I CONAES 2006 e II CONAES 2010 – elaboração própria, 2012

Como pode ser verificado no quadro acima, a economia solidária se fundamenta nas relações de colaboração solidária, valorizando o sujeito como finalidade da atividade econômica em detrimento do lucro e da exploração do capital previstas dentro do sistema capitalista de produção. A produção dentro da proposta da Política de Economia Solidária e dos seus usuários deve ser direcionada para o desenvolvimento sustentável daqueles que dela se sustentam, devendo estar os meios de produção e a sua gestão sob o controle dos trabalhadores como previsto no sistema de autogestão que tem por finalidade a igualdade de direitos, de oportunidades e de responsabilidades entre os sujeitos. Todas estas preocupações se dão no intuito de superação da subalternidade do trabalho e de reversão da lógica capitalista de produção.

A segunda Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em junho de 2010 vem reafirmar a perspectiva de economia solidária desenvolvida na I CONAES, como estratégia e política de desenvolvimento. Mas desta vez os participantes da construção da II CONAES vem aprofundar o tema do direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão.

Se no documento final da I conferência os envolvidos expunham sobre o diferencial da economia solidária enquanto forma de autogestão em relação ao grande capital, em 2010 na II conferência a discussão se deu em torno do direito de se organizar na autogestão, é o reconhecimento deste modo de produzir que entra em questão após 04 anos de organização da categoria dos trabalhadores.

Neste sentido, o documento da II Conferência inicia a sua discussão fazendo uma exposição dos principais avanços e desafios da economia solidária na conjuntura nacional e internacional. Segundo análise realizada, este tipo de

organização da produção que se baseia no cooperativismo e na autogestão cresceu nos últimos anos. Conforme colocado no documento em questão a

*[...] economia solidária tem origens remotas na história das sociedades humanas. Ela está intimamente relacionada à luta pela autodeterminação dos povos, ao reconhecimento do conceito de bem-viver e se expressa cotidianamente nas lutas dos povos e comunidades tradicionais contra a mercantilização da vida, em favor dos bens comuns, da gestão comunitária e da reciprocidade. (II CONAES, 2010, p. 10).*

Desde a revolução industrial da Europa no século XX a luta dos trabalhadores se faz presente na busca de conquistar seus direitos de democratização dos meios de produção, de valorização do trabalho em detrimento dos interesses de acúmulo do capital. Sendo assim, a autogestão é colocada no documento, com vantagens superiores ao modo de organização da produção sob o capitalismo. Logo abaixo é possível verificar um breve resumo do documento no que tange às perspectivas da autogestão e da heterogestão como modos distintos e antagônicos de produção bem como as vantagens de se organizar nos valores da autogestão:

### **Quadro III - Vantagens da Autogestão e da Heterogestão como modo de organizar a produção**

<b>AUTOGESTÃO</b>	<b>HETEROGESTÃO</b>
O (a) trabalhador (a) atua de forma consciente em todo o processo produtivo;	A maioria dos (as) trabalhadores (as) se limita a cumprir tarefas;
A inteligência coletiva dos (as) trabalhadores (as) está permanentemente a serviço do desenvolvimento do EES e dos seus sócios e sócias;	Os ganhos de produtividade são apropriados pelos capitalistas;
Todos os ganhos e resultados da produtividade são diretamente apropriados pelos (as) próprios (as) trabalhadores (as);	A relação com as comunidades em que estão inseridas é instrumental, subordinando a realidade local aos interesses globais da acumulação do capital;
Há uma necessária vinculação ao território em que a atividade econômica solidária está inserida;	A solidariedade é excluída das relações sociais de trabalho;

Há respeito às especificidades e culturas regionais e ao meio-ambiente em que está inserida.	As pessoas são “escravizadas” e entram em processo permanente de adoecimento.
<b>Vantagens da economia solidária</b>	
<b>Há a satisfação sustentável das necessidades e o desenvolvimento humano e social dos (as) trabalhadores (as).</b>	

Fonte: II CONAES, 2010 – elaboração própria, 2012

Para que as vantagens sejam de fato operacionalizadas e reconhecidas pelo coletivo de trabalhadores e pela sociedade de um modo geral há, portanto, a necessidade de criação de *instrumentos públicos de reconhecimento, apoio e fomento que historicamente os empreendimentos capitalistas tiveram*. (II CONAES, 2010, p. 11).

São citados no documento vários aspectos a partir dos quais o fortalecimento organizativo da economia solidária enquanto movimento, pode ser realizado. Entre eles:

1. O fortalecimento dos fóruns e redes, da criação e aprimoramento de empreendimentos econômicos solidários, das práticas e iniciativas de autogestão, de integração de setores da economia popular;
2. A construção de redes e complexos de produção, comercialização, consumo e trocas solidárias em que se tornam possíveis a ajuda, a intercooperação, o aprendizado mútuo entre os empreendimentos econômicos solidários além da formação de cooperativas de 2º grau para unir as operações comerciais, financeiras e de inovação tecnológica que permitam economias de escala e ganhos de eficiência, atendendo demandas locais, regionais, nacionais e internacionais; (idem).

Conforme pode ser verificado no documento analisado, a economia solidária trava a luta política ideológica contra o neoliberalismo e disputa com o capitalismo o direito de viver e trabalhar em organizações coletivas e democráticas. Segundo as concepções presentes na II CONAES são ratificadas as ideias acima lançadas, ou seja:

*“A economia solidária trava luta política ideológica contra o neoliberalismo e disputa com o capitalismo o fundo público pelo direito de viver e trabalhar em organizações coletivas e democráticas. A luta na frente externa pode, em tese, culminar com a vitória de um ou outro modo de produção, mas é improvável que esse seja o único desenlace possível”. (II CONAES, 2010, p. 11).*

Embora cresça o interesse pela economia solidária nos momentos de crise econômica, o entendimento das pessoas envolvidas nesta iniciativa é de que ela não deve ser simplesmente considerada como políticas sociais ou medidas compensatórias aos danos causados pelo capitalismo, nem como responsabilidade social empresarial. Há um desafio maior que é o de projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento *um novo modo de “produção, comercialização, finanças e consumo”*. O que se confirma a partir da leitura do documento analisado é que

*[...] para a construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, a necessidade de reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania, entendido como direito dos trabalhadores (as) às condições socialmente necessárias de produção e como dever do Estado permanece como o principal desafio a ser enfrentado, debatido e construído nesta II Conferência Nacional. (II CONAES, 2010, p. 19).*

No que tange aos direitos sociais do trabalho associado, o coletivo reunido na II conferência entende que *além do reconhecimento dos direitos das formas organizativas econômicas solidárias, é preciso que haja a garantia de direitos de trabalhadoras (es) que optam pela forma do trabalho associado*. (Documento final, II CONAES, 2010, 11). Uma condição fundamental para isto acontecer, conforme defesa dos envolvidos na política, seria a garantia do

*[...] acesso à seguridade social (saúde, assistência e previdência social) como direito universal que precisa ser garantido também a trabalhadores (as) dos empreendimentos econômicos solidários, na condição de segurado especial, contemplando as especificidades do público do cooperativismo social. (II CONAES, 2010, p. 24).*

Esta conjuntura de ausência de direitos para os trabalhadores da economia solidária e a luta travada entre os entes representantes da categoria no governo, na

verdade ratificam a relevância da discussão a ser pleiteada no âmbito da política acerca do seu reconhecimento como política legalmente estabelecida, com legislação própria e não apenas amparada por estruturas governamentais montadas para programar políticas de cunhos diversificados que por vezes fragmentam as ações desenvolvidas e não conseguem atender ao público prioritário da política estabelecido em cada programa ou projeto da SENAES/MTE.

A análise realizada destes dois documentos-chaves no percurso do desenvolvimento da política no país demonstra os grandes limites e desafios que o segmento enfrenta para ter as suas ações reconhecidas e acima de tudo capazes de agregar investimentos que as coloquem em um patamar de crescimento que as tornem viáveis economicamente e tenham sustentabilidade própria.

Em contraposição aos fundamentos destacados nos dois documentos o que se depreende desta análise é que pensar o cooperativismo, a autogestão e controle operário no contexto de capitalismo que vivenciamos atualmente torna-se um grande desafio (limite) uma vez que tanto o mercado quanto o Estado interferem constantemente nas finalidades e também nos fins e nos meios das relações estabelecidas entre capital e trabalho. Sendo assim, o controle operário, seria capaz de no máximo, realizar a supervisão, a inspeção e a verificação das decisões tomadas pelas instâncias exteriores ao processo produtivo, a exemplo do Estado, dos partidos, entre outros. (ARCOVERDE, 2009, p. 23 – grifos nossos).

Desta maneira, os princípios defendidos pela economia solidária, encontram não apenas barreiras teóricas para se estabelecer como nova economia no sistema capitalista (idealismo, utopia), mas sobretudo, limites que a própria realidade impõe. É preciso avançar muito ainda na concepção de mundo, de história e de sociedade para que a economia solidária enquanto ação de Estado, possa se estabelecer como uma política viável e, principalmente como forma de produzir economicamente sustentável. É reconhecida evidentemente, dentro destes limites, a contribuição histórica de socialistas utópicos como Owen<sup>13</sup> para o movimento operário e toda

---

<sup>13</sup> Todos os movimentos sociais e progressos reais registrados na Inglaterra em interesses da classe trabalhadora estão ligados ao nome de OWEN. Foi ele quem criou, na perspectiva de uma sociedade comunista, as cooperativas de consumo e de produção no intuito de demonstrar que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis, e de outro lado criou os mercados operários (estabelecimentos de trocas dos produtos do trabalho através de bônus de trabalho, cuja unidade é a hora de trabalho produzido). Estes mercados seriam na visão de ENGELS um primeiro passo para a transformação muito mais radical da sociedade. (ENGELS, 2005, p. 55).

classe de trabalhadores do século XIX na tentativa de se livrar das consequências trazidas pelo novo modo de produção instalado, o capitalista.

“Robert Owen assimilara os ensinamentos dos filósofos materialistas do século XVIII, segundo os quais o caráter do homem é, por um lado, produto de sua organização inata e, por outro fruto das circunstâncias que envolvem o homem durante sua vida, sobretudo durante o período do seu desenvolvimento”. (ENGELS, 2005, p. 52)

Mas na realidade que nos encontramos e pelas lutas que tem se travado no âmbito da regulamentação da Política de Economia Solidária é imprescindível que se fortaleça nos atores envolvidos na construção da política, a concepção materialista da história. Que a produção seja reconhecida como base para a ordem social e junto com ela a troca de produtos. Isto quer dizer que, conforme ideias de Engels (2005, p. 69), em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos e, juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos.

Tal concepção indica, portanto, que

[...] as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca. (ENGELS, 2005, p. 69).

Se pararmos para analisar os conflitos existentes entre forças produtivas e o modo de produção, podemos perceber que tais afirmações procedem e se justificam. Ou seja, tais conflitos e antagonismos não nascem na cabeça do homem, mas tem suas raízes nos fatos, na realidade objetiva, fora de nós, independentemente da vontade ou da atividade dos próprios homens que o provocaram. (ENGELS, 2005, p. 70-71).

### **3.1. METODOLOGIA: A AVALIAÇÃO POLÍTICA COMO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE**

Conforme perspectiva defendida sobre a avaliação política ainda no primeiro capítulo, expomos aqui o caminho percorrido e, por assim dizer, necessário para realização da avaliação pretendida neste trabalho. Sendo assim, em primeiro lugar queremos apresentar um esquema que trata dos aspectos relevantes a serem considerados quando da realização de uma avaliação política.

Seguindo o desenvolvimento das nossas ideias e com base na bibliografia estudada sobre o assunto, pode-se dizer que a estrutura da avaliação política tem como principais pontos de partida: a análise dos fundamentos, valores da política analisada acompanhada da elucidação dos critérios adotados para sua escolha em detrimento de outra política.

Outro aspecto que pode ser focalizado neste tipo de avaliação é o caráter político do processo decisório, além da constituição da sua agenda política e, sobretudo, a consistência e relevância dos princípios em relação aos mecanismos institucionais. O esquema abaixo demonstra de forma resumida o que se quer mostrar a respeito da avaliação política.

Neste capítulo iniciamos a nossa avaliação já a partir da análise dos fundamentos da Política de Economia Solidária como primeiro elemento a ser destacado na avaliação política. Aqueles que foram encontrados nos documentos finais da I e II CONAES. Nesta análise a preocupação principal é apreender os valores e princípios que alimentam e informam a Política e o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Também nos preocupamos com a elucidação dos critérios que envolveram a escolha desta política em vez de outra e nesta perspectiva, dos elementos que definiram o processo decisório e a definição da sua agenda política colocando como prioridade a análise da consistência dos seus princípios em relação aos mecanismos institucionais adotados para definição da política em questão.

**Figura IV – Estrutura de avaliação política**



Fonte: Arretche (2009), Figueiredo & Figueiredo (1986) – elaboração própria, 2012

Seguindo recomendações propostas por estudos avaliativos desenvolvidos pela UNICAMP (1999) nos utilizamos de relatórios de avaliações anteriormente realizadas, artigos e livros sobre o programa, a política e sobre o problema que ambos visam enfrentar. Além de apostilas e material de divulgação do programa e outras avaliações internas e externas que foram realizadas acerca do programa em questão. Tudo isto no intuito de identificar questões centrais, problemas e potencialidades do programa/política analisados. Abaixo estão listados os principais documentos analisados para apreensão do nosso objeto de estudo.

#### QUADRO IV - DOCUMENTOS ANALISADOS

DOCUMENTOS	ANO/PERÍODO
TR da Economia Solidária / PNQ/2003	2003
Relatório final do convênio MTE/IPEA/ ANPEC 01/2003 <sup>14</sup>	2003
Relatório final do convênio MTE/ IPEA/ANPEC 01/2003 <sup>15</sup>	2003
DECRETO Nº 5.063 - 03/05/2004 <sup>16</sup>	2004
Documento Final da I CONAES	2006
Documento Final da II CONAES	2010
Relatório de Avaliação do Plano Plurianual	2008-2011
TR para implantação dos CFES	2011
Boletim Informativo. Ano III. Julho/2011	2011
Chamada Pública 002/2011 – SENAES/MTE <sup>17</sup>	2011
Boletim Acontece – SENAES	2011

Fonte: Portal SENAES/MTE. Elaboração própria, 2012

Além dos documentos citados acima, foram também analisados ao longo deste trabalho, o Relatório Nacional da Política de Economia Solidária, o Relatório do SIES sobre a Economia Solidária em Pernambuco e o Projeto de Lei da Economia Solidária em trâmite nacional PL 865/2011.

O esforço de análise de toda a documentação aqui presente, se deu no sentido de responder ao objetivo e questionamento fundamental deste trabalho que é analisar os determinantes políticos e ideológicos que fundamentam as ações do Estado para o enfrentamento do desemprego e da exploração do trabalho por via da política pública de economia solidária implementada através do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” no Brasil desde 2004.

<sup>14</sup> O marco jurídico da autogestão e economia solidária - 2003

<sup>15</sup> Programas e Ações de apoio à economia solidária e geração de trabalho e renda no âmbito do governo federal – 2005

<sup>16</sup> Trata das competências da SENAES na estrutura do MTE.

<sup>17</sup> Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o desenvolvimento local e territorial visando à superação da Extrema Pobreza. 2011

Neste sentido a realização da avaliação política do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” como principal ação desenvolvida pela SENAES no âmbito da Política de Economia Solidária no Brasil, estava previsto como um dos objetivos específicos juntamente à necessidade de entender os elementos político-ideológicos que se apresentam nas relações entre Estado e sociedade civil no estabelecimento das parcerias para o fomento às ações de economia solidária no país. Para chegar a tais respostas também foi necessário trabalhar com indicadores de ordem sócio-política e ideológica, que definem e concretizam as ações do Estado dentro da Política de Economia Solidária relacionando-os com o contexto da sociedade brasileira.

A partir da metodologia de Avaliação proposta pelo (NEPP/UNICAMP, 1999) foi feita a caracterização do Programa Nacional Economia Solidária em Desenvolvimento, no intuito de conhecer seu desenho, seu modo de implementação na teoria e na prática. Entender como ele funciona, seus componentes os procedimentos adotados, etc. Tal caracterização foi realizada partir da análise documental do material já citado anteriormente assim como do referencial teórico utilizado e das bibliografias encontradas sobre o tema.

Conforme recomendado pelo NEPP/UNICAMP<sup>18</sup>, nossa análise documental percorreu todos os documentos oficiais do programa e do setor encontrados nas consultas aos sites oficiais da política em questão. Foi identificada certa dificuldade de trabalhar com a temática da avaliação política e, sobretudo, relacionada à Política de Economia Solidária uma vez que esta política não está ainda regulamentada com legislação própria e tem apenas a estrutura garantida no governo através da SENAES. Diante disto, priorizamos a análise da política quanto ao seu status de política pública mediante o vasto referencial teórico acerca da mesma e com o material encontrado no âmbito do governo federal e do FBES.

Já com relação ao Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, a análise foi mais facilitada por já existirem relatórios, avaliações e outros documentos a exemplo do PPA que foi bastante explorado neste trabalho. Foi possível, aprofundar vários aspectos importantes e já citados no decorrer da nossa

---

<sup>18</sup> NEPP/UNICAMP - **Modelo de Avaliação de Programas Sociais Prioritários. Relatório Final. Parte III - Avaliação de Programas Públicos: Guia Metodológico para Gestores, Campinas, Julho, 1999.** Disponível em: <http://www.opas.org.br/servico/arquivos/Sala5407.pdf>. Acesso em: 20/11/2010.

explicação. Vale destacar, aqueles que definem ou redefinem a política do programa e do setor. Os objetivos, diretrizes, metas, fluxos físico-financeiros previstos e realizados, fontes de financiamento, desempenho, atendimento, público-alvo, parcerias e articulações, etc.

A realização de entrevistas foi descartada dada a incipiente organização da política no Estado que ainda está se estruturando e, portanto, não seria viável uma avaliação de uma ação tão recente.

Foram adotados procedimentos da pesquisa qualitativa, com utilização de fontes bibliográficas e documental de forma exploratória e explicativa. Conforme indicações de Severino (2007) foi realizado não só o levantamento de informações sobre o objeto estudado, mas também registramos e analisamos os fenômenos estudados.

Realizamos como indicado acima, pesquisa bibliográfica e documental acerca da política pública de economia solidária a fim de caracterizar as suas principais ações. Isto se deu através de consultas no site oficial do Ministério do Trabalho e Emprego o qual incorpora as informações sobre a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Também o site do Fórum Brasileiro de economia solidária foi bastante explorado e consultado continuamente para entendermos como se constitui a organização política dos sujeitos envolvidos na Política de Economia Solidária e apreender os seus movimentos ao longo do ano.

A nossa exposição levou em consideração os pressupostos do materialismo histórico dialético que compreende o ser humano a partir de sua totalidade, não sendo possível explicá-lo de forma isolada do conjunto da sociedade, das suas esferas econômicas, políticas, ideológicas e culturais. (SEVERINO, 2007).

Depois da apropriação de todas estas informações, referentes à Política, ao Programa estudado e à realidade social que os circunda e os determina, iniciamos a realização da avaliação política ressaltando informações a respeito do **processo decisório** da política analisada e também acerca dos seus **valores, fundamentos e critérios** que se apresentaram como aspectos essenciais no nosso processo de análise.

### **3.2. ASPECTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CARÁTER POLÍTICO DO PROCESSO DECISÓRIO**

Os documentos analisados e destacados no quadro abaixo demonstram a correlação de forças existente entre a esfera governamental no estabelecimento da Política de Economia Solidária ou de suas ações e as demais esferas envolvidas no desenvolvimento da política. Sejam entidades da sociedade civil sejam trabalhadores organizados em empreendimentos solidários ou autônomos.

A análise documental realizada destaca, sobretudo, os aspectos políticos e ideológicos da economia solidária entendida ora como ação do Estado, ora como luta política dos trabalhadores. No entanto, ao focalizarmos a análise nas perspectivas político ideológicas da economia solidária que puderam ser captadas na documentação, fica perceptível que há valores que se conjugam ou se reafirmam entre Estado e trabalhadores e há acima de tudo uma compreensão quase que unânime de que a economia solidária ultrapassa ou pelo menos deveria ultrapassar o aspecto da sobrevivência e do acesso à renda.

Logo abaixo, está demonstrado, em cada documento analisado de forma resumida, a visão ou perspectiva defendida a respeito da economia solidária que confirma as afirmações de que tal política deve ser pensada para além da questão de renda e sobrevivência. Por exemplo, há um grande destaque para a dimensão emancipatória que é colocada em grande parte dos documentos analisados.

**Quadro V – Perspectivas político-ideológicas da economia solidária enquanto ação do Estado e luta política dos trabalhadores**

DOCUMENTOS ANALISADOS	PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA		
TR da ECONOMIA SOLIDÁRIA PNQ 2003	Enfrentamento ao desemprego/precarização do trabalho	Alternativa para ocupação do trabalhador (a)	Dimensão emancipatória
I CONAES	Dimensão emancipatória	Desenvolvimento sustentável, justo e solidário	-
II CONAES	Dimensão emancipatória	Direito á organização em autogestão	-
Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011	Geração de trabalho e renda	Inclusão social	Desenvolvimento sustentável, justo e solidário
Relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC 01/2003 <sup>19</sup> .	Gestão democrática e autogestionárias dos trabalhadores	-	-
Relatório final do convênio MTE / IPEA/ANPEC 01/2003 <sup>20</sup> .	Inclusão social	Geração de trabalho e renda	Desenvolvimento sustentável, justo e solidário
TR para implantação dos - CFES	Dimensão emancipatória	Inclusão social	-
Boletim Informativo. Ano III . Julho/2011	Inclusão social	Geração de trabalho e renda	Dimensão emancipatória
DECRETO Nº 5.063 - 03/05/2004	Enfrentamento ao desemprego	Direito á organização em autogestão	Dimensão emancipatória
Chamada Pública 002/2011 – SENAES/MTE <sup>21</sup>	Dimensão emancipatória	Gestão democrática e autogestionária dos trabalhadores	Geração de trabalho e renda
Boletim Acontece – SENAES (nº 01 - 20)	Dimensão emancipatória	Gestão democrática e autogestionária dos trabalhadores	Geração de trabalho e renda

Fonte: Documentos analisados - Portal SENAES/MTE – elaboração própria, 2012

<sup>19</sup> O marco jurídico da autogestão e economia solidária - 2003

<sup>20</sup> Programas e Ações de apoio à economia solidária e geração de trabalho e renda no âmbito do governo federal – 2005

<sup>21</sup> Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o desenvolvimento local e territorial visando à superação da Extrema Pobreza. 2011

Ao agruparmos por semelhança, as ideias presentes nos documentos analisados, obtivemos o resultado de que a dimensão emancipatória é a perspectiva mais presente na organização do arcabouço da política. Esta dimensão emancipatória compreende a economia solidária como uma nova forma de produzir e organizar a produção diferente da que é realizada no capitalismo e acima de tudo capaz de enfrentar o atual sistema produtivo, promovendo outro modo de produção.

Conforme preconiza o documento da I CONAES

“A economia solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do capital” (I CONAES, 2006, p. 3).

Em 88% dos documentos analisados tal perspectiva esteve presente orientando os rumos da política na esfera do Estado, mas também dos outros envolvidos na política como é o caso dos entes envolvidos nas duas conferências nacionais da economia solidária.

A outra perspectiva mais desenvolvida no âmbito da análise realizada é a que defende a economia solidária com o potencial de geração de trabalho e renda. Em torno de 55% dos documentos analisados traduzem esta perspectiva. (conforme pode ser conferido nos documentos citados no quadro acima e na tabela abaixo).

São poucos os documentos da política e do programa em questão que traduzem a perspectiva do trabalho como direito, assim como aqueles que defendem a economia solidária apenas como alternativa de ocupação. Na mesma proporção está a perspectiva de ser a política uma forma de enfrentamento ao desemprego e à precarização do trabalho.

Dos 11 documentos sistematizados para análise neste capítulo, 04 deles, ou 44% desenvolvem a perspectiva da economia solidária como alternativa de inclusão social. Já 03 (33%) reconhecem a importância desta política como necessária à gestão democrática e autogestionárias dos trabalhadores envolvidos na mesma. Sendo assim, permanece o dilema para o reconhecimento desta política como potencializadora do direito à organização do trabalho em autogestão que se apresenta em apenas 02 dos documentos analisados.

**Tabela 14 - Perspectivas político-ideológicas da economia solidária**

<b>Perspectivas político-ideológicas da economia solidária</b>	<b>N. abs.</b>	<b>%</b>
<b>Enfrentamento ao desemprego/precarização do trabalho</b>	2	0,22
<b>Dimensão emancipatória</b>	8	0,88
<b>Desenvolvimento sustentável, justo e solidário</b>	3	0,33
<b>Geração de trabalho e renda</b>	5	0,55
<b>Inclusão social</b>	4	0,44
<b>Direito á organização em autogestão</b>	2	0,22
<b>Alternativa para ocupação do trabalhador (a)</b>	1	0,11
<b>Gestão democrática e autogestionária dos trabalhadores</b>	3	0,33

Fonte: Documentos analisados - Portal SENAES/MTE – elaboração própria, 2012

Isto nos impele a definir que há uma polaridade na compreensão da política que se concretiza nas ações da mesma e se materializa, sobretudo no desenvolvimento do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento que é sua principal forma de implementação da política nos Estados do país.

Esta polarização se reflete nas duas perspectivas mais frequentes a respeito da Política de Economia Solidária do país. Quais sejam: A primeira que aponta a política e suas ações como frutos da necessidade de enfrentamento ao desemprego e geração de trabalho e renda e a segunda para a qual a Política de Economia Solidária é considerada uma alternativa ao modelo capitalista de produção lutando, contra a sua exploração.

A primeira perspectiva foi e é muito difundida e se localiza principalmente nas análises que a colocam como fruto dos anos perdidos da economia brasileira quando a Política de Economia Solidária foi colocada de fato, em alguns Estados brasileiros (RS, SP, BA, PE), como forma de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social. Já a segunda perspectiva, é considerada mais radical e, discorda da ideia de que a economia solidária seja considerada apenas como alternativa para os desempregados. Ela é antes de tudo uma forma de enfrentamento à exploração do capital, com o objetivo de ultrapassar esta ordem imposta pelo capitalismo. É sob esta perspectiva que hoje caminha todo o movimento da economia solidária no país e, tem ganhado força também em alguns setores do governo, sobretudo na SENAES que tem como Secretário um egresso do movimento social.

Tal aspecto a nosso ver dificulta o desenvolvimento das ações da política e divide os atores envolvidos na estruturação da mesma. Isto porque no momento em que deveria unir a ação política da classe trabalhadora em torno da defesa do trabalho como direito e o Estado na sua estruturação e legitimação desvia a questão do acesso ao trabalho para a discussão político-ideológica de outro modo ou forma de organizar a produção algo que transcende ao poder estatal e diz respeito à capacidade de organização e desenvolvimento da sociedade que requer condições objetivas para realizá-lo.

Embora o discurso político tanto do Estado como dos outros entes envolvidos seja na sua maioria alinhado com a perspectiva emancipatória da Política de Economia Solidária, percebe-se que na visão do movimento social prevalecem mais fortemente do que no Estado, a defesa desta dimensão emancipatória assim como a defesa do trabalho autogestionário como direito.

### **3.3. OS DETERMINANTES DA AGENDA POLÍTICA DO ESTADO PARA O ENFRENTAMENTO AO DESEMPREGO E À AUSÊNCIA DE TRABALHO POR VIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Não é novidade dizer, dentro da perspectiva estudada até aqui, que a formulação de políticas públicas se dá em um processo conflituoso, que envolve a interação de muitos agentes com interesses diversos, para não dizer, contraditórios. (JANNUZZI, 2011, p. 264 – grifos nossos).

Conforme colocado pelo autor, o campo da formulação de políticas é marcado por apoios entusiasmados de alguns, resistências legítimas ou não de outros. Está repleta de avanços e retrocessos, com desdobramentos não necessariamente sequenciais e não plenamente antecipáveis. (idem).

Desta forma, acontece com a Política de Economia Solidária, enquanto política pública, ela também foi e é alvo de grandes conflitos como já lançado ao longo deste trabalho. E, no que tange à sua agenda política, tal política tem sido a cada ano que passa, o reflexo de um processo que está em construção. Ela embora tenha entrado na agenda, a nosso ver, de forma definitiva, e a história confirma isso, tem passado por questões determinantes para os quais será preciso que as organizações, os trabalhadores e todos os entes envolvidos nela se envolvam para

que a mesma ganhe o status de política social e o reconhecimento do Estado e do mercado formal de que é possível organizar os trabalhadores de forma associada e garantir seus direitos trabalhistas previdenciários.

As análises realizadas até aqui dão conta de que são muitos os determinantes que definem ou estabelecem as condições da atuação do Estado no que tange à sua atuação no âmbito da política de economia solidária no país. Desta maneira, entendemos como necessário fazer a recuperação de algumas discussões feitas anteriormente que justificam o fato de o Estado trabalhar incessantemente no resgate atual a este tipo de enfrentamento ao desemprego dado por meio do incentivo e fomento às ações da economia solidária.

Sob a perspectiva do Estado, esta iniciativa significa uma ampliação no campo de atuação do Ministério do Trabalho e Emprego que passa a se preocupar também com a esfera do trabalho informal e não só com o trabalho formal como antes era priorizada em sua instância. Mas, diante do que temos afirmado, esta é uma tendência, que se apresenta para nós como uma forma ou meio de mistificar a realidade que é mais gritante, ou seja, na verdade o Estado não dá conta de atender às demandas da população expropriada dos meios de se manter.

O contexto político-econômico atual da sociedade brasileira exige um posicionamento do Estado muito mais persuasivo e comprometido com a questão social. Na verdade, o Estado ao mesmo tempo em que atende a uma demanda da realidade que os trabalhadores impõem, também entra no jogo das correlações de forças cedendo ao apelo capitalista e entrando na dinâmica da flexibilidade, do toyotismo que apenas acirram o nível de exploração do trabalhador.

Significa dizer que, uma vez que o Estado é a expressão das parcelas da sociedade, ele não tem como livrar-se da investida ideológica da sociedade que agrega valores capitalistas e não apreende a realidade em sua totalidade. Percebendo por exemplo, nas iniciativas ao trabalho autônomo e por contra própria, assim como nas iniciativas da economia solidária uma alternativa viável ao enfrentamento da questão do desemprego e da falta de trabalho. Quando na verdade a realidade mostra a partir de uma análise mais aprofundada do fato que há questões que ultrapassam esta compreensão e que só podem ser resolvidas no campo da correlação de forças políticas e ideológicas nas instâncias de controle da

produção que atualmente se encontra nas mãos do Estado e de parcela da sociedade civil, onde se inclui o mercado como regulador das relações sociais.

Por um lado, o Estado vem percebendo e investindo na economia solidária como alternativa para o enfrentamento ao desemprego, fomentando tais ideários na população beneficiária das ações da política. E, por outro, permanece na luta para cumprir seus objetivos de colocar a economia solidária, como política social reconhecida e com legislação própria.

Singer (2004) lembra que o Ministério do Trabalho e Emprego tem a missão de proteger os direitos dos assalariados e que os interesses dos trabalhadores que não são formalmente assalariados não eram contemplados na agenda do Ministério e, por isto, considera que *“o surgimento da SENAES representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano”* no escopo das suas ações. (SINGER, 2004, p. 3).

Atualmente, com a proposta do PL 865/2011 que prevê o desmembramento da SENAES do MTE e a sua integração à Secretaria Geral da República com o objetivo de ampliar as ações tanto da economia solidária como da micro e pequena empresa, a situação da Política de Economia Solidária passa por uma nuvem que não se sabe ainda o seu desfecho.

A análise de SINGER (2011) ainda responsável por esta secretaria é de que

“A Secretaria Geral da Presidência da República juntamente com as bancadas parlamentares da micro e pequena empresa e da economia solidária, para que não haja perda nas políticas públicas de fomento à economia solidária, começou negociar alterações imprescindíveis no texto do PL 865/2011. É provável que a negociação se estenda ao Decreto que irá regular a lei que criará a futura secretaria” (p. 1).

Diante deste contexto de incertezas, não nos cabe a realização de análises acerca do futuro da SENAES e da Política de Economia Solidária. É necessário aguardar as próximas decisões e negociações políticas diante desta nova conjuntura de mudanças pelas quais a SENAES e com ela todo o movimento da economia solidária está passando para então poder tecer alguma análise acerca do tema.

Segundo relatório da avaliação da Política de Economia Solidária realizada em 2005, (Araújo, *et al* 2005), salienta aspectos fundamentais que caracterizam as políticas de economia solidária. Entre eles está o seu caráter recente o que indica a sua dimensão processual ou de construção até o momento. Sendo assim, pode-se explicar a ausência de um quadro institucional e de metodologias definitivas que sirvam de suporte e orientem a construção destas práticas na realidade.

Tais aspectos sinalizam a questão do reconhecimento institucional como uma das problemáticas centrais da economia solidária no país. Mas, como todo processo em construção, indica uma grande diversidade na concepção e modo de realização prática de tais políticas no cenário nacional. (ARAÚJO, *et al* 2005).

Esta diversidade relaciona-se com as próprias características do tecido organizativo societário local, bem como, o padrão de cultura política prevalecente na relação entre Estado e sociedade em cada contexto governamental. Porém, tal diversidade reflete ainda a forma de apropriação do tema da economia solidária em cada lugar, que está relacionado às diferentes concepções de política pública neste campo, servindo de suporte às práticas efetivas empreendidas nos territórios. (*idem*).

O incentivo à Política de Economia Solidária é um dos instrumentos de ação do Estado para o enfrentamento da questão do desemprego, da ausência e exploração do trabalho. Nessa perspectiva o Estado utiliza como principal estratégia, a formação ideológica dos sujeitos envolvidos na política, desde os gestores até os beneficiários da política. Neste sentido, ao ampliar as suas ações para o campo da geração de trabalho e renda através de políticas como a de economia solidária, o Estado acaba por fomentar o ideário do trabalho autônomo ou por conta própria e o empreendedorismo, o que ocasiona um processo de desresponsabilização da função do Estado na garantia do direito ao trabalho.

Embora esta não seja a vertente mais defendida para a economia solidária, salientamos a sua importância no momento em que não basta dar trabalho à população, mas é também necessário criar mecanismos legais que garantam um conjunto de direitos, sobretudo previdenciários para os trabalhadores deste ramo da economia.

Verifica-se uma tendência à legitimação das novas formas de trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital caracterizadas, sobretudo pelo

trabalho flexível, temporário, precário e subalternizado, aspectos que acirram ainda mais o processo de exploração e alienação do trabalho. Essa ideologia, característica do capital flexível, é funcional à acumulação do capital uma vez que individualiza os problemas sociais e deixam a cargo dos trabalhadores a busca pela sua sobrevivência e reprodução material. Isenta o Estado do real enfrentamento que deve ser dado à questão. Fomenta a cultura do auto-emprego e da informalidade.

Segundo Barbosa, esta cultura do auto-emprego possui dois pilares, quais sejam: a defesa do trabalho por conta própria como uma realidade concreta intangível e como mobilizadora das virtudes empreendedoras e a difusão da sociedade por conta própria, como alternativa para a diminuição da intervenção estatal na promoção do emprego assalariado e na garantia de direitos sociais que tendem à universalização.

Ela afirma que esses dois eixos sustentam a cultura de estruturação e legitimação do auto-emprego como uma das tendências de enfrentamento da crise social capitalista com significado também no segmento da economia solidária. (BARBOSA, 2007, p. 66-67)

Tal cultura se expressa a partir de elementos ou princípios que norteiam a economia solidária entre eles o princípio da cooperação nos marcos do capitalismo contemporâneo. Princípio este, discutível e sobre o qual Maria Augusta Tavares, (2008, p. 43), comenta: por trás do culto à cooperação estão a garantia de redução do custo da produção e a certeza de relações menos conflituosas, dadas as condições de pobreza, a desinformação e a passividade das populações dos municípios de pequeno porte, para as quais qualquer renda, por menor que seja, é, melhor que a indigência.

As iniciativas de flexibilização da produção é conforme colocado por (Arcoverde, *et al*, 2009), uma tendência que desde os anos 90 do século passado tem gerado a instabilidade do trabalho além de reduzir a estabilidade no emprego que quase desapareceu ou está reduzida ao mercado formal.

Neste contexto, uma das estratégias utilizadas pelas empresas do grande capital é supervalorizar a especialização do trabalho, garantindo a uma parte de seus trabalhadores, além da estabilidade, a ocupação de cargos estratégicos dentro das organizações e para os demais trabalhadores restam duas opções: o trabalho

integral com ameaça de ser substituído ou de ser subcontratado através de contratos temporários, sem direitos previdenciários e conseqüentemente sem segurança no trabalho. (p. 62-63).

Todos estes aspectos discutidos neste tópico que são políticos, mas também ideológicos, são determinantes para compreensão de como se forma e se atualiza a cada ano a agenda política do Estado no que tange à Política de Economia Solidária e à definição das suas ações.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como ponto de partida os questionamentos sobre os determinantes políticos e ideológicos que fundamentam as ações do Estado para o enfrentamento ao desemprego e à ausência de trabalho por via da Política Pública de Economia Solidária implementada através do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” chegamos ao final deste trabalho com as respostas aos nossos questionamentos e afirmações iniciais.

Em primeiro lugar partimos do pressuposto de haver uma relação entre o que Marx chamou de *fetichismo, alienação, mistificação e ideologia* e as relações de trabalho no âmbito da Política Pública de Economia Solidária empreendida no país. E então nos utilizamos destas categorias para explicar as nossas inflexões. Em resumo, poderemos afirmar que a alienação do trabalho a partir da perspectiva trabalhada no decorrer do nosso trabalho tem dois aspectos importantes que devem ser considerados na análise da sua relação com a Política de Economia Solidária.

O primeiro aspecto é a relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, como algo estranho, exterior a ele do qual nem sempre ele pode se apropriar como produto do seu trabalho. Embora este trabalho seja realizado de forma diferente das empresas capitalistas, ou seja, de maneira coletiva, solidária, “sem patrões/explorador” ou sem a percepção de mais-valia. (conforme princípios da Política) esta não é uma realidade para todos os trabalhadores dos empreendimentos solidários e, ainda que fosse ela seria mistificada, já que sob o regime capitalista de produção não há essas condições que permitam ao trabalhador livrar-se do trabalho alienado. Em grande parte dos empreendimentos solidários, o sobretrabalho fica implícito no trabalho por peça, no tempo de trabalho extenuante, entre outros aspectos.

O segundo aspecto dá conta da relação do trabalhador com o próprio trabalho, enquanto atividade estranha, da qual ele não é o dono, que não lhe pertence e que é sinônimo de sofrimento, do qual ele não pode se livrar exatamente porque ele o faz para a sua manutenção e da sua família e não o faz na hora que

deseja, mas também cumpre rotinas trabalhistas seja individual ou coletiva para honrar os contratos dos seus empreendimentos.

Sendo assim, as ideologias predominantes hoje no mercado comparecem na Política analisada de forma fetichizada. Ou seja, o paradigma da flexibilização das relações de produção, em ampla discussão atualmente, que corrobora com o contexto de reafirmação do trabalho autônomo, são perfeitamente mistificados na Política uma vez que os envolvidos na mesma nem sempre apreendem os processos de exploração que ocorrem na produção solidária realizada pelos trabalhadores dos empreendimentos solidários. Ocorre na mesma medida a flexibilização do trabalho, dos salários e dos direitos trabalhistas, sociais.

Cabe reafirmar, diante disto, que a Política de Economia Solidária incorpora estes aspectos que são mistificadores porque tentam encobrir a ideologia dominante neoliberal, capitalista que procura reduzir as consequências do desemprego e da ausência do trabalho e renda, com políticas valorizam o empreendedorismo, o voluntarismo e o trabalho por conta própria como solução para o enfrentamento da questão que é imposta por condições mais complexas da realidade social vivida nesse contexto de capital flexível.

Ao mesmo tempo em que é evidente o apelo do Estado e da Política à consciência das pessoas para a prática de uma economia diferente, social e solidária são visíveis também as conexões que precisam ser feitas com as grandes empresas ligadas ao grande capital para que o ciclo da mercadoria se concretize. Ou seja, o estímulo à produção não pode se realizar tendo como ponto de partida apenas o próprio consumo dos trabalhadores, mas cada produto tem também o seu valor de troca que só pode ser concretizado quando entram no circuito da mercadoria por meio da comercialização e do consumo.

A reflexão que foi feita a partir dos referenciais citados no trabalho trouxe como conclusão que nossas hipóteses estavam na direção certa. E, portanto, é inegável tal relação uma vez que toda a política de economia solidária está imbuída ou se fundamenta em afirmações que pretendem negar o modo capitalista de produção, mas, no entanto, absorve todo o processo de ideologização empreendido pelo grande capital de universalizar os seus valores.

Isto pode ser confirmado nas análises realizadas quando o capital se utiliza

dos valores e conceitos, por exemplo, que são de defesa dos trabalhadores da economia solidária, como o empreendedorismo, a cooperação, a autogestão, o trabalho solidário, a solidariedade, o trabalho emancipado. O movimento é de cooptação desses princípios e, com eles, os trabalhadores, que perdem sua identidade de trabalhador para se proclamar empreendedor.

A impressão que captamos neste trabalho é que os envolvidos nas ações da economia solidária, embora tenham todo o conhecimento do processo de exploração do capitalismo, colabora no mesmo processo através do consentimento e da aceitação no plano ideal de que é possível transformar esta realidade de exploração por via do trabalho solidário que se realiza em um campo minado e dependente do capital. Os entes envolvidos no processo de implementação da política no país, seja o Estado, os trabalhadores ou as entidades que executam tais ações acabam por fomentar esse processo de ideologização quando esperam que este enfrentamento por via da política pública seja capaz de dar resolução à questão social que os levou a transformá-la em agenda política.

Neste sentido, a nossa crítica se fundamenta na perspectiva de que o Estado precisa enfrentar a questão do desemprego e da falta de trabalho por via do direito social ao trabalho, à previdência e à proteção social. E, não apenas por via do incentivo às iniciativas da economia solidária, que sem dúvida resolve em parte e em curto prazo, o problema da falta de renda e da manutenção da população, mas em longo prazo não dá sustentabilidade, não se mantém. Exatamente porque atua de forma superficial no enfrentamento do problema.

Foi este movimento de análise que nos levou a pensar na importância da avaliação política da política, a partir de uma perspectiva dialética, capaz de apreender os focos reais de atenção que devem ser dados à determinada Política e perceber onde estão os seus principais gargalos e ali atuar de forma efetiva, eficaz.

Neste sentido, foi identificado que a realização da avaliação política da política, acerca da economia solidária teria um fator limitador deste processo que é a questão da temporalidade. Por ser uma política recente e ainda sem regulamentação ou legislação própria, não nos caberia julgamentos e análises definitivos. Mas sobre o que achamos pertinente destacar a este respeito temos que é uma política que tem uma abrangência e aceitação nacional relevante, é bem articulada politicamente,

mas depende de uma estruturação e definição no âmbito governamental para estabelecê-la de fato como agenda pública prioritária.

No caso do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, ratificamos também o fato de ser um programa recente, apresentando em sua estrutura, objetivos densos, amplos e difíceis de serem concretizados e mensurados. Isto também condicionado, ao limites e à própria burocratização do aparelho do Estado que tem priorizado a implementação de suas políticas baseada em metas e produtos desconsiderando, desta maneira, as condições objetivas que são determinantes em qualquer ação que se desenvolva independente do seu público alvo.

E, quando se trata especificamente deste programa que tem um público-alvo bastante heterogêneo, percebe-se a falta de condições de operacionalizar de forma satisfatória as ações propostas nele.

Os números do SIES que foram destacados aqui dão conta de que a Economia solidária é uma Política crescente, que se amplia a cada ano e tem objetivos desafiadores. Até então, ela tem conseguido de forma ainda que incipiente, garantir uma inserção dos trabalhadores que se pode dizer, no mínimo promissora. No entanto, há muitas mediações a serem feitas para que ela consiga atingir o seu público-alvo que é bastante amplo e diverso assim como os seus objetivos político-ideológicos, de garantir a inserção dos trabalhadores via direitos sociais, mas na perspectiva de rompimento com a dinâmica da exploração capitalista.

A análise dos fundamentos ideológicos da Política Pública de Economia Solidária nos leva a apreensão da consistência dos seus princípios norteadores e a entender também os aspectos políticos e ideológicos que envolvem o seu processo decisório. Sendo assim, percebemos que são muitos os determinantes que definem a agenda política do Estado para o enfrentamento ao desemprego e à ausência de trabalho por via desta política pública.

Conforme destacado no decorrer deste trabalho é imprescindível perceber a política pública a partir de um processo instituído e constituído por conflitos, negociações, correlação de forças que envolvem um público heterogêneo e com interesses também diversos. A formulação da política em questão não está imune a esta percepção. Pelo contrário, caracteriza-se por avanços e desafios que são constantes nos anos da sua existência.

Há questões determinantes na relação estabelecida entre Estado, sociedade civil e política pública de economia solidária que merecem um enfoque maior. Entre eles, podemos citar a responsabilidade do Estado na garantia do direito ao trabalho. Tem se dado no país uma simbiose do Estado, com o movimento da economia solidária e o mercado no sentido de dividir responsabilidades. Tais aspectos são positivos no momento em que se amplia o espectro de ações em benefício da população usuária da política.

Mas reconhecidamente, pode levar a um processo de mistificação ou escamoteamento da realidade que é mais complexa do que aparenta nos seus fenômenos sociais. Continuamos afirmando que não é suficiente dar condições para que a população trabalhe, é necessário, acima de tudo que o Estado crie em conjunto com a sociedade, os mecanismos legais garantidores dos direitos trabalhistas para os trabalhadores envolvidos nesta política.

É necessário avançar na construção da Política enquanto ação do Estado não só no sentido de fortalecê-la em seus princípios que encontram barreiras teóricas seríssimas por conta das influências idealistas e utópicas. Mas avançar sobretudo, na transposição dos limites que a própria realidade impõe como o fato de existir no próprio sistema capitalista de produção donde se percebe que a luta para constituir o trabalho autogestionário como realidade e direito necessita de avanços principalmente na concepção de mundo, de história e de sociedade.

A análise desses dados do SIES que demonstram a realidade, ainda que aproximada, dos empreendimentos no Estado de Pernambuco atestam que é grande o desafio para os trabalhadores e para todos os entes que estão envolvidos nas ações da Política de Economia Solidária. Os principais desafios, a nosso ver, estão situados no campo da regulamentação do trabalho associado, autogestionário como direito para que os trabalhadores possam acessar benefícios previdenciários e trabalhistas assim como qualquer outro trabalhador do setor formal.

---

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global**. In Revista Trabalho, Educação e Saúde, v. 3 n. 2, p. 409- 428. 2005.
- \_\_\_\_\_. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª Ed. Londrina, Práxis; Bauru, 2007.
- ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**; tradução Lisa Stuart. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 12ªed. São Paulo: Cortez, Campinas – São Paulo, 2007.
- ARAÚJO, H. [et al]. **Avaliação das políticas públicas de Economia Solidária (relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003)** /– Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005.
- ARCOVERDE, A. C. B. (*et al*). **Avaliação de Programas Sociais. A intermediação de mão de obra da agencia do Trabalho – Recife/PE**. Ed. Universitária (UFPE), Recife. 2004.
- \_\_\_\_\_. **Economia Solidária em Pernambuco. Alternativa de Emancipação frente ao Desemprego e à Exclusão Social**. Ed. Universitária (UFPE), Recife. 2009.
- ARRETCHE, M. T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate/** Elizabeth Melo Rico (Org.), São Paulo, Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 2009.
- ARROYO, J. C.T. & SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. 1ª ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública, uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo. Cortez, 2007.

BEHRING, E. R. **Política social: fundamentos e história**. 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

BRASIL. **PROJETO DE LEI 865/2011**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Projetos/PL/2011/msg85-31MAR2011.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2011/msg85-31MAR2011.htm)> acesso em: 30/12/2011.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 5.063, DE 3 DE MAIO DE 2004**. Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <[http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5063-3-maio-2004-531844-norma-atualizada-pe.pdf](http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5063-3-maio-2004-531844-norma-5063-3-maio-2004-531844-norma-atualizada-pe.pdf)> acesso em: 30/12/2011.

BREDOW, S. G. **Cooperativismo no processo de reinserção social de ex-apanados: estudo de caso da cooperativa mista social de trabalhadores João de Barro**. (Dissertação De Mestrado) Universidade Católica de Pelotas. 2009.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. 1980. Disponível em: <<http://search.4shared.com/q/1/O%20que%20%C3%A9%20Ideologia?view=ls>> Acesso em: 20/08/2010.

COHEN, E. & Franco, R. **Avaliação de projetos sociais**, 3ªed. Vozes, Petrópolis – RJ, 1999.

COUTINHO. C. N. **Notas sobre cidadania e Modernidade**. In revista *Ágora: políticas públicas e Serviço Social*, Ano 2, nº 3, Dez/2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 20/01/2012.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Política. A dualidade de poderes e outros ensaios**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

ENGELS, F. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 2ª ed. Centauro, São Paulo, 2005. Tradução de Rubens Eduardo Frias.

FIGUEIREDO, M. F & FIGUEIREDO, A. M. C. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica**. *Anál. e Conj.*, Belo Horizonte, set/dez, 1986.

FILHO, C. M. **Ideologia**. 9ª ed. São Paulo, Global, 1997.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária e o projeto de outra mundialização**. *Dados*, 2004, vol.47, nº 4 p.799-834. ISSN 0011-5258. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a06v47n4.pdf>> Acesso em: 17/08/07.

GOERCK, C. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. – Porto Alegre.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – da Faculdade de Serviço Social, PUCRS. 2009.

GOMES M. F. C M. **Aspectos teóricos metodológicos da pesquisa avaliativa.** In. Silva, M. O. S. (ORG). *Avaliação de Políticas e programas sociais teoria e prática*, Ed. Veras, SP, 2001.

HÖFLING. E. M. **Estado e Políticas (públicas) Sociais.** Cadernos CEDES, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_arttext). Acesso em: 20/01/2012.

IANNI, O. **Estado e capitalismo.** 2ªed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_ **Dialética e capitalismo.** Petrópolis, Vozes, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 19ª edição, São Paulo, Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_ **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social .** São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_ **A questão social no capitalismo.** In: Temporalis. 2ªed. Ano 2, n.3 (Jan. /Jul. 2001). Brasília/DF: ABEPSS, Gráfica Odisseia, 2004, p. 9-32.

JANNUZZI, P.M. **Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas.** In, Planejamento e Políticas Públicas, nº 36, jan. /jul. 2011.

KONDER, L. **A Questão da Ideologia.** Companhia das Letras. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Alienação, contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação.** 2ª ed. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

LOWY, M. **Ideologias e Ciência Social – elementos para uma análise marxista.** 17ª ed., Cortez, São Paulo, 2006.

MARANHÃO, C. H. **Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social.** In MOTA, Ana Elizabete (org.); **O mito da assistência social**, ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. Ed. Universitária , UFPE, Recife, 2006.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 2ª reimpressão, São Paulo, Martin Claret, 2006. Trad. Alex Marins.

\_\_\_\_\_. **O Capital. Volume 1**, Centelha - Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974. **Tradução de:** J. Teixeira Martins e Vital Moreira.

\_\_\_\_\_. **O Capital critica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro I. Tomo I. Coleção: Os economistas.

MARX, K & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 3ªed. Martim Claret, São Paulo, 2008. Tradução: Frank Müller.

MEDEIROS, Alzira. **Programas e Ações de Apoio à Economia Solidária Geração de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal**, 2005. (RELATÓRIO FINAL DO CONVÊNIO MTE / IPEA/ANPEC – 01/2003).

MELO, M. A. **As Sete Vidas da Agenda Pública Brasileira** In **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate/** Elizabeth Melo Rico (Org.), São Paulo, Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Boletim Acontece SENAES**. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/economia\\_solidaria/secretaria\\_nacional\\_boletim.asp](http://www.mte.gov.br/economia_solidaria/secretaria_nacional_boletim.asp)>. Acesso em: 30/12/2011.

\_\_\_\_\_. SENAES/MTE. **A Economia Solidaria no Ministério do Trabalho**. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/economia\\_solidaria/aidaria/prog\\_apresentacao.pdf](http://www.mte.gov.br/economia_solidaria/aidaria/prog_apresentacao.pdf)> acesso em: 29/01/11.

\_\_\_\_\_. Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011. Exercício 2009, ano base 2008. Brasília 2009.

MUSTAFÁ, A. M. **O assalto capitalista ao termo solidariedade**. In, VIEIRA, A. C. S. & AMARAL, M.V.B.A. (Orgs.) trabalho e direitos sociais: bases para a discussão. Ed. UFAL, Maceió 2008.

NEPP/UNICAMP - **Modelo de Avaliação de Programas Sociais Prioritários. Relatório Final. Parte III - Avaliação de Programas Públicos: Guia Metodológico para Gestores, Campinas, Julho, 1999**. Disponível em: <http://www.opas.org.br/servico/arquivos/Sala5407.pdf>. Acesso em: 20/11/2010.

RAICHELIS, R. **Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil**. IN, **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. MOTA, A. E. (org, et al), São Paulo, Cortez, 2008.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro / RJ. Civilização brasileira, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Edição. Edição revisada e atualizada. Cortez, 2007.

SILVA, I. M. F. **Questão Social e Serviço Social no Brasil, fundamentos socio-históricos**. Cuiabá-MT, EdUFMT, 2008.

SILVA, M. G. O. **Ideologias e Serviço Social – Reconceituação Latino-americana**. São Paulo, Cortez, 1982.

SILVA, M. O. S. **Avaliação de Políticas e programas sociais teoria e prática**. Ed. Veras, SP, 2001. SILVA, Maria Ozanira Silva e (ORG).

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Avaliativa, aspectos teórico-metodológicos**. Ed. Veras, SP, 2008. SILVA, Maria Ozanira Silva e (et al.).

SIMIONATTO, I. **Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização?** *In* Cadernos Especiais n. 39, edição: 23 de outubro a 20 de novembro de 2006. Disponível em: <[www.assistentesocial.com.br](http://www.assistentesocial.com.br)>. Acesso em: 20/01/2012.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Economia Solidária no Governo Federal**. Mercado de trabalho, 24 de agosto de 2004. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/economia\\_solidariaidaria/conf\\_textopaulsinger.pdf](http://www.mte.gov.br/economia_solidariaidaria/conf_textopaulsinger.pdf)> acesso em: 30/12/2011.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego**. Mercado de trabalho, 39, mai. 2009. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim\\_mercado\\_de\\_trabalho/mt39/06\\_ES1Paul.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt39/06_ES1Paul.pdf)> acesso em: 30/12/2011.

\_\_\_\_\_. **8 ANOS DE SENAES**. Boletim Informativo. Ano III. Julho/2011. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E216601310B2FCEB0109A/boletim\\_SENAES\\_22.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E216601310B2FCEB0109A/boletim_SENAES_22.pdf)>acesso em: 30/12/2011.

SOUSA, D. N. **Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária**. Katálysis, n. 11, Santa Catarina. Ed. UFSC, fev.- jun., 2008.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>> Acesso em: 20/01/2012.

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista – Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_ **A exploração travestida de cooperação**. In, VIEIRA, A. C. S. & AMARAL, M.V.B.A. (Orgs.). **Trabalho e direitos sociais: bases para a discussão**. Ed. UFAL, Maceió 2008.

**ANEXO – RELATÓRIO ESTADUAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO | SIES 2005-2007****Situação dos empreendimentos no estado PE**

<b>NOME DO MUNICÍPIO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Abreu e Lima	8
Afogados da Ingazeira	19
Afrânio	5
Agrestina	10
Água Preta	6
Águas Belas	11
Alagoinha	5
Aliança	8
Altinho	4
Amaraji	3
Angelim	2
Araçoiaba	4
Araripina	6
Arcoverde	11
Barra de Guabiraba	5
Barreiros	13
Belém de Maria	3
Belém de São Francisco	5
Belo Jardim	6
Betânia	2
Bezerros	9
Bodocó	5
Bom Conselho	5
Bom Jardim	4
Bonito	15
Brejão	4
Brejinho	9
Brejo da Madre de Deus	8
Buenos Aires	1
Buíque	5
Cabo de Santo Agostinho	16
Cabrobó	5
Cachoeirinha	8
Caetés	2
Calçado	5
Calumbi	2
Camaraçipe	16
Camocim de São Félix	5

Camutanga	5
Canhotinho	5
Capoeiras	7
Carnaíba	6
Carnaubeira da Penha	5
Carpina	9
Caruaru	10
Casinhas	4
Catende	30
Cedro	5
Chã de Alegria	1
Chã Grande	26
Condado	6
Correntes	5
Cortês	8
Cumarú	19
Cupira	6
Custódia	8
Dormentes	27
Escada	9
Exu	12
Feira Nova	10
Fernando de Noronha	1
Ferreiros	8
Flores	6
Floresta	23
Frei Miguelinho	1
Gameleira	12
Garanhuns	6
Glória do Goitá	22
Goiana	9
Granito	2
Gravatá	14
Iati	1
Ibimirim	5
Ibirajuba	5
Igarassu	7
Iguaraci	5
Ilha de Itamaracá	6
Inajá	7
Ingazeira	4
Ipojuca	12
Ipubi	4
Itacuruba	5
Itaíba	4

Itambé	7
Itapetim	7
Itapissuma	8
Itaquitinga	3
Jaboatão dos Guararapes	9
Jaqueira	15
Jataúba	4
Jatobá	7
João Alfredo	5
Joaquim Nabuco	7
Jucati	6
Jupi	5
Jurema	6
Lagoa do Carro	7
Lagoa do Itaenga	2
Lagoa do Ouro	6
Lagoa dos Gatos	6
Lagoa Grande	5
Lajedo	5
Limoeiro	12
Macaparana	7
Machados	10
Manari	5
Maraial	6
Mirandiba	8
Moreilândia	8
Moreno	14
Nazaré da Mata	7
Olinda	20
Orobó	7
Orocó	15
Ouricuri	9
Palmares	34
Palmeirina	5
Panelas	6
Paranatama	4
Parnamirim	9
Passira	17
Paudalho	10
Paulista	14
Pedra	6
Pesqueira	9
Petrolândia	10
Petrolina	9
Poção	2

Pombos	10
Primavera	9
Quipapá	7
Quixaba	5
Recife	117
Riacho das Almas	5
Ribeirão	9
Rio Formoso	7
Sairé	6
Salgadinho	8
Salgueiro	18
Saloá	6
Sanharó	13
Santa Cruz	10
Santa Cruz da Baixa Verde	3
Santa Cruz do Capibaribe	2
Santa Filomena	5
Santa Maria da Boa Vista	13
Santa Maria do Cambucá	2
Santa Terezinha	2
São Benedito do Sul	2
São Bento do Una	5
São Caitano	9
São João	4
São Joaquim do Monte	5
São José da Coroa Grande	4
São José do Belmonte	9
São José do Egito	6
São Lourenço da Mata	14
São Vicente Ferrer	4
Serra Talhada	16
Serrita	10
Sertânia	6
Sirinhaém	3
Solidão	6
Surubim	9
Tabira	5
Tacaimbó	9
Tacaratu	2
Tamandaré	12
Taquaritinga do Norte	3
Terezinha	5
Terra Nova	5
Timbaúba	11
Toritama	3

Tracunhaém	5
Trindade	3
Triunfo	10
Tupanatinga	5
Tuparetama	5
Venturosa	5
Verdejante	5
Vertente do Lério	3
Vertentes	6
Vicência	6
Vitória de Santo Antão	10
Xexéu	4
<b>TOTAL</b>	<b>1526</b>

As respostas das questões de 01 a 07 referem-se a dados cadastrais dos empreendimentos e por isso não são passíveis de agregação.

**QUESTÃO 08 - Quantidade de empreendimentos por ano de início como ES**

1900 a 1950	1951 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2007	TOTAL
7	7	14	113	702	676	1519

**QUESTÃO 09 - Forma de organização**

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE
Associação	936
Grupo informal	488
Cooperativa	87
Outra	8
Sociedade mercantil de capital e indústria	4
Sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada	2
Sociedade mercantil em nome coletivo	1
<b>TOTAL</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 10 - Quantidade de empreendimentos com CNPJ**

QUANTIDADE	PERCENTUAL
977	64%

**QUESTÃO 11 - O que motivou a criação dos empreendimentos**

MOTIVOS	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
1. Uma alternativa ao desemprego	572	143	77	792
2. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	132	221	101	454
3. Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	130	261	177	568

4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	100	217	110	427
5. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	245	174	121	540
6. Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	7	3	3	13
7. Motivação social, filantrópica ou religiosa	48	23	16	87
8. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	138	152	76	366
9. Alternativa organizativa e de qualificação	115	95	75	285
10. Outro. Qual?	28	15	7	50

### QUESTÃO 12 - Área de atuação dos empreendimentos

ÁREA	TOTAL
Rural	909
Urbana	420
Rural e urbana	196
<b>TOTAL</b>	<b>1.525</b>

### QUESTÃO 13 - Situação atual dos empreendimentos

SITUAÇÃO	TOTAL
Em implantação	168
Em funcionamento / operando	1.358
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

### QUESTÃO 14 - Número de participantes - sócios(as)

#### PESSOAS FÍSICAS

PARTICIPANTES	QTD EMPREENDIMENTOS	MULHERES	HOMENS	MÉDIA
EES somente homens	75	0	2.402	32
EES somente mulheres	191	4.563	0	24
EES com homens e mulheres	1.258	33.962	47.965	65
<b>Total geral</b>	<b>1.524</b>	<b>38.525</b>	<b>50.367</b>	<b>58</b>

PARTICIPANTES	QTD EMPREENDIMENTOS	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MÉDIA
Até 10	217	848	572	1.420	7
11 a 20	268	2.388	1.954	4.342	16
21 a 50	579	8.732	11.768	20.500	35
Acima de 50	460	26.557	36.073	62.630	136
<b>TOTAL</b>	<b>1.524</b>	<b>38.525</b>	<b>50.367</b>	<b>88.892</b>	<b>58</b>

**PESSOAS JURÍDICAS**

<b>GRUPOS PARTICIPANTES</b>	<b>QTD EMPREENDIMENTOS</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>MÉDIA</b>
Até 10	1	10	10
21 a 50	1	48	48
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>58</b>	<b>29</b>

**QUESTÃO 15 - Oscilações no número de sócios durante os últimos 12 meses**

<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS EM QUE HOUE AUMENTO</b>	<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS EM QUE HOUE REDUÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS QUE PERMANECERAM IGUAIS</b>	<b>TOTAL</b>
510	243	772	1.525

**QUESTÃO 16 - O que é realizado de forma coletiva pelos(as)sócios(as)dos empreendimentos:**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Produção	1.038
Comercialização – venda	960
Uso de equipamento(s) (máquinas, ferramentas etc.)	679
Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas etc)	624
Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos	520
Obtenção de clientes ou serviços para os(as) sócios(as)	271
Prestação do serviço ou trabalho	234
Poupança ou crédito	152
Troca de produtos ou serviços	128
Outra. Qual?	29

<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS</b>
127	1
475	2
433	3
253	4
168	5
50	6
13	7
2	8

**QUESTÃO 17 - As 20 atividades econômicas que mais aparecem nos empreendimentos:**

<b>POSIÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
1 <sup>a</sup>	CULTIVO DE OUTROS PRODUTOS DE LAVOURA TEMPORARIA	451
2 <sup>a</sup>	CULTIVO DE CEREAIS PARA GRAOS	213
3 <sup>a</sup>	Cultivo de cana-de-açúcar	140
4 <sup>a</sup>	CULTIVO DE OUTROS PRODUTOS DE LAVOURA PERMANENTE	140

5ª	Criação de outros animais	99
6ª	CULTIVO DE HORTALIÇAS, LEGUMES E OUTROS PRODUTOS DA HORTICULTURA	98
7ª	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE E DE PRODUTOS DO FUMO	66
8ª	Criação de bovinos	61
9ª	Atividades de serviços relacionados com a agricultura	59
10ª	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TEXTEIS A PARTIR DE TECIDOS - EXCETO VESTUARIO	51
11ª	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE MADEIRA, PALHA, CORTIÇA E MATERIAL TRANÇADO - EXCETO MOVEIS	47
12ª	Reciclagem de sucatas não-metálicas	45
13ª	Produção mista: lavoura e pecuária	40
14ª	CONFECÇÃO DE PEÇAS DO VESTUARIO - EXCETO ROUPAS INTIMAS, BLUSAS, CAMISAS E SEMELHANTES	38
15ª	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	38
16ª	Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias	35
17ª	Criação de ovinos	35
18ª	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS TEXTEIS - EXCETO VESTUARIO	34
19ª	PESCA E SERVIÇOS RELACIONADOS	32
20ª	Processamento, preservação e produção de conservas de frutas	30
<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>		<b>QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS</b>
886		1
488		2
151		3

**QUESTÃO 18 - Os 20 produtos ou serviços mais produzidos pelos empreendimentos:**

<b>POSIÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
1ª	FEIJÃO	313
2ª	MILHO	296
3ª	CANA DE AÇÚCAR	141
4ª	BANANA	120
5ª	HORTIGRANJEIROS	113
6ª	MANDIOCA	105
7ª	ARTESANATO	90
8ª	CAPRINOS E OVINOS (CABEÇA)	66
9ª	CONFECÇÕES	65
10ª	MACAXEIRA	57
11ª	FARINHA DE MANDIOCA	56
12ª	ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO	52
13ª	BOLSAS DIVERSAS	47
14ª	MEL	45

15 <sup>a</sup>	PEIXE	44
16 <sup>a</sup>	GADO (CABEÇA)	42
17 <sup>a</sup>	BATATA DOCE	41
18 <sup>a</sup>	INHAME	34
19 <sup>a</sup>	BIJUTERIAS	31
20 <sup>a</sup>	LEITE	29

QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS	QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS
500	1
539	2
481	3

FATURAMENTO MÉDIO MENSAL DOS EES						
FAIXA DE FATURAMENTO MENSAL	Nº DE EES	%	TOTAL	MÉDIA		
Até R\$ 1.000,00	249	20,89%	R\$ 139.030,22	R\$ 558,35		
de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00	468	39,26%	R\$ 1.180.613,49	R\$ 2.522,68		
de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	209	17,53%	R\$ 1.476.396,17	R\$ 7.064,10		
de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	224	18,79%	R\$ 4.577.133,89	R\$ 20.433,63		
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	20	1,68%	R\$ 1.394.383,88	R\$ 69.719,19		
Mais de R\$ 100.000,00	22	1,85%	R\$ 42.475.203,18	R\$ 1.930.691,05		
<b>TOTAL</b>	<b>1.192</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 51.242.760,83</b>	<b>R\$ 42.988,89</b>		

Informaram faturamento mensal igual a R\$ 0,00 328

Não declararam faturamento mensal 6

#### QUESTÃO 19 - Os 20 insumos/matérias-primas mais usados pelos empreendimentos:

POSIÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL
1 <sup>a</sup>	ADUBO	294
2 <sup>a</sup>	SEMENTES	275
3 <sup>a</sup>	AVIAMENTOS PARA COSTURA (LINHA, AGULHA ETC)	170
4 <sup>a</sup>	TECIDOS	166
5 <sup>a</sup>	ADUBO ORGÂNICO	163
6 <sup>a</sup>	HERBICIDA	92
7 <sup>a</sup>	INSUMOS AGRÍCOLAS	88
8 <sup>a</sup>	TINTAS	82
9 <sup>a</sup>	COMBUSTÍVEL	68
10 <sup>a</sup>	ENERGIA ELÉTRICA	64
11 <sup>a</sup>	RAÇÃO PARA ANIMAIS	62
12 <sup>a</sup>	EMBALAGENS	58
13 <sup>a</sup>	COLA	54
14 <sup>a</sup>	TRANSPORTE	52
15 <sup>a</sup>	MADEIRA	39
16 <sup>a</sup>	SACOS 50	38

17 <sup>a</sup>	VACINAS VETERINÁRIAS	35
18 <sup>a</sup>	AÇÚCAR	30
19 <sup>a</sup>	PAPEIS DIVERSOS	28
20 <sup>a</sup>	MILHO	27
<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>		<b>QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS</b>
482		1
613		2
386		3

**QUESTÃO 20 - Origem da matéria-prima ou insumo**

DESCRIÇÃO DAS ORIGENS	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Aquisição de outros empreendimentos de ES	58	27	7	92
Aquisição de empresa privada	908	173	38	1.119
Associados(as)	163	145	34	342
Aquisição de produtores(as) não sócio(as)	47	70	15	132
Doação	174	217	50	441
Coleta ( materiais recicláveis ou matéria-prima para artesanato)	79	85	37	201
Outra. Qual?	33	17	13	63
Não se aplica	32	0	0	32

**QUESTÃO 21 - Situação da sede ou local de funcionamento dos empreendimentos**

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Cedida ou emprestada	768
Própria	523
Alugada	111
Não possui sede	103
Arrendada	12
Outra	4
Ocupada	4
<b>TOTAL</b>	<b>1.525</b>

**QUESTÃO 22 - Situação dos equipamentos dos empreendimentos**

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Próprios	1.036
Arrendados	11
Cedidos ou emprestados	349
Alugados	94
Não se aplica	181

**QUESTÃO 23 - Destino dos produtos e/ou serviços**

DESCRIÇÃO DOS DESTINOS	TOTAL
------------------------	-------

São vendidos	879
Parte é vendida ou trocada e parte é destinada ao autoconsumo de sócios (as)	678
Os produtos e serviços são exclusivamente destinados ao autoconsumo de sócios (as)	42
Não se aplica	22
São trocados	20

**QUESTÃO 24 - Formas de comercialização dos produtos e/ou serviços dos empreendimentos**

DESCRIÇÃO DAS FORMAS	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Venda direta ao consumidor	861	267	21	1.149
Venda a revendedores/atacadistas	451	380	13	844
Venda a órgão governamental	32	47	19	98
Troca com outros empreendimentos solidários	5	15	4	24
Venda a outros empreendimentos de ES	47	23	9	79
Outra. Qual?	26	28	10	64
Não se aplica	6	0	0	6

**QUESTÃO 25 - A venda e troca de produtos e/ou serviços destina-se principalmente**

DESTINO	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Comércio local ou comunitário	669	143	79	891
Mercado/comércio municipal	403	580	79	1.062
Mercado/comércio micro-regional	191	208	164	563
Mercado/comércio estadual	125	149	110	384
Mercado/comércio nacional	35	36	42	113
Exportação para outros países	7	11	14	32
Não se aplica	2	0	0	2

**QUESTÃO 26 - Principais espaços de comercialização de produtos e/ou serviços**

ESPAÇOS	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Lojas ou espaços próprios	162	83	44	289
Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização)	121	114	32	267
Feiras livres	500	258	26	784
Feiras e exposições eventuais/especiais	95	150	65	310
Entrega direta a clientes	493	307	92	892
Outro. Qual:	50	27	6	83
Não se aplica	8	0	0	8

**QUESTÃO 27 - Os empreendimentos têm encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços**

RESPOSTAS	TOTAL
Sim	1.076
Não	380

Não se aplica	69
---------------	----

**QUESTÃO 28 - Principais dificuldades na comercialização dos produtos e/ou serviços**

DESCRIÇÃO DAS DIFICULDADES	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
O empreendimento tentou mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes	152	63	18	233
Ninguém do empreendimento quer cuidar das vendas	13	21	5	39
Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc.)	29	32	17	78
O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar	27	42	23	92
Os preços praticados pelo empreendimento são muito altos	32	13	11	56
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	32	52	25	109
Os compradores só compram em grande quantidade	37	25	19	81
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	79	68	22	169
Falta de capital de giro para vendas a prazo	139	107	55	301
Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal, etc)	63	44	19	126
Agentes do mercado (concorrentes, atravessadores, monopólios)	64	55	21	140
Transporte/estradas	150	66	28	244
Preço inadequado dos produtos (baixos, desvalorizados)	101	67	32	200
Estrutura para comercialização (Local, espaço, equipamentos, etc)	70	54	53	177
Outra dificuldade	58	28	19	105
Não se aplica	1	0	0	1

**QUESTÃO 29 - Os empreendimentos utilizam algum tipo de divulgação de seus produtos e/ou serviços**

RESPOSTAS	TOTAL
Sim	839
Não	687

**QUESTÃO 30 - Meios de divulgação dos empreendimentos (produtos, serviços, atividades)**

DESCRIÇÃO DOS MEIOS DE DIVULGAÇÃO	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Cartazes, catálogos, folders e panfletos	101	63	36	200
Jornais e revistas	11	13	6	30
Rádios comerciais e educativas	36	18	12	66
Rádios comunitárias	65	49	10	124
TVs (mídia televisiva)	5	7	5	17

Feiras e exposições eventuais	35	81	28	144
Divulgação "boca a boca"	561	133	43	737
Outra. Qual?	16	23	20	59

**QUESTÃO 31 - Origem dos recursos para iniciar as atividades dos empreendimentos**

<b>ORIGEM DOS RECURSOS</b>	<b>ORDEM 1</b>	<b>ORDEM 2</b>	<b>ORDEM 3</b>	<b>TOTAL</b>
Dos(as) próprios(as) sócios(as) - capitalização ou cotas	955	192	36	1.183
Empréstimo(s) e/ou financiamento(s)	99	98	30	227
Doação(ões)	397	275	30	702
A atividade não exigiu aplicação inicial de recursos	50	11	3	64
Outra. Qual?	25	13	8	46

**QUESTÃO 32 - Se houve investimentos nos últimos 12 meses**

<b>RESPOSTAS</b>	<b>TOTAL</b>
Não	1.008
Sim	518
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 33 - Tipos de investimento realizados nos empreendimentos nos últimos 12 meses**

<b>DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>ORDEM 1</b>	<b>ORDEM 2</b>	<b>ORDEM 3</b>	<b>TOTAL</b>
Infra-estrutura física (prédios, construções, etc)	189	27	8	224
Equipamentos (aquisição, renovação)	193	77	10	280
Ampliação de estoque de matérias-primas	100	55	9	164
Abertura de filiais	1	0	2	3
Abertura de lojas/espacos de comercialização	4	2	1	7
Capacitação de mão-de-obra	27	51	26	104
Outro. Qual?	6	4	1	11

**QUESTÃO 34 - Valor dos investimentos realizados nos empreendimentos nos últimos 12 meses**

<b>FAIXAS</b>	<b>EMPREENDIMIENTOS</b>	<b>SOMA INVESTIMENTOS</b>	<b>MÉDIA</b>
Até R\$ 1.000,00	110	R\$ 56.162,62	R\$ 510,57
Mais de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00	209	R\$ 755.918,68	R\$ 3.616,84
Mais de R\$ 10.000,00 a R\$ 100.000,00	152	R\$ 5.758.341,55	R\$ 37.883,83
Mais de R\$ 100.000,00	44	R\$ 17.267.852,71	R\$ 392.451,20
<b>Total</b>	<b>515</b>	<b>R\$ 23.838.275,56</b>	<b>R\$ 46.287,91</b>

Informaram R\$ 0,00 no valor do investimento realizado 4  
 Não informaram o valor do investimento realizado 1.007

**QUESTÃO 35 - Os empreendimentos tiveram acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses**

RESPOSTAS	TOTAL
Não	817
Não se aplica	499
Sim	210
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 36 - Finalidade do Crédito**

DESCRIÇÃO DA FINALIDADE DO CRÉDITO	TOTAL
Investimento	97
Custeio ou capital de giro	62
Custeio e investimento	51

**QUESTÃO 37 - Fontes de crédito ou financiamento**

TIPOS DE FONTE	TOTAL
Banco público. Qual?	170
Outra. Qual?	28
ONG ou OSCIP. Qual?	10
Banco do Povo ou similar. Qual?	8
Cooperativa de crédito. Qual?	1
Banco privado. Qual?	1
QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS	QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS
202	1
8	2

**QUESTÃO 38 - Valor total do crédito ao qual os empreendimentos tiveram acesso nos últimos 12 meses**

FAIXAS	EMPREENDIMENTOS	SOMA CRÉDITO	MÉDIA
2. Até R\$ 1.000,00	12	R\$ 6.952,44	R\$ 579,37
3. De R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00	50	R\$ 226.252,51	R\$ 4.525,05
4. De R\$ 10.000,00 a R\$ 100.000,00	122	R\$ 4.688.129,30	R\$ 38.427,29
5. Acima de R\$ 100.000,00	25	R\$ 6.920.848,91	R\$ 276.833,96
<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>R\$ 11.842.183,16</b>	<b>R\$ 56.661,16</b>

Informaram R\$ 0,00 no valor do crédito 1  
 Não informaram o valor do crédito 1.316

**QUESTÃO 39 - Situação atual do pagamento ou devolução do crédito**

<b>DESCRIÇÃO DAS SITUAÇÕES</b>	<b>TOTAL</b>
Está no prazo de carência	123
Pagamento em dia	38
Pagamento em atraso	20
Pagamento concluído	7
Outra situação. Qual?	2

**QUESTÃO 40 - Se, no momento, existe necessidade de financiamento/crédito**

<b>RESPOSTAS</b>	<b>TOTAL</b>
Sim	1.363
Não	163
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 41 - Finalidade do financiamento/crédito**

<b>DESCRIÇÃO DAS FINALIDADES</b>	<b>TOTAL</b>
Custeio ou capital de giro e investimento	820
Investimento	464
Custeio ou capital de giro	78

**QUESTÃO 42 - Se os empreendimentos enfrentam ou enfrentaram dificuldade para obtenção de crédito**

<b>RESPOSTAS</b>	<b>TOTAL</b>
Sim	953
Não	573
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 43 - Qual(ais) dificuldade(s) enfrentam ou enfrentaram**

<b>DESCRIÇÃO DAS DIFICULDADES</b>	<b>ORDEM 1</b>	<b>ORDEM 2</b>	<b>ORDEM 3</b>	<b>TOTAL</b>
O empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro	213	67	23	303
Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento	129	77	36	242
Prazos de carência inadequados	38	121	33	192
Falta de aval ou garantia	175	161	57	393
Falta de apoio para elaborar projeto	154	107	100	361
Burocracia dos agentes financeiros	161	76	23	260
Falta de linha de crédito	50	61	20	131
Outra. Qual?	32	15	7	54

**QUESTÃO 44 - Os empreendimentos tiveram acesso a algum tipo de apoio, assessoria, assistência ou capacitação**

<b>RESPOSTAS</b>	<b>TOTAL</b>
------------------	--------------

Sim	1.149
Não	377
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 45 - Que tipos de apoio tiveram os empreendimentos**

<b>TIPOS DE APOIO</b>	<b>ORDEM 1</b>	<b>ORDEM 2</b>	<b>ORDEM 3</b>	<b>TOTAL</b>
Assistência técnica e/ou gerencial	373	132	43	548
Qualificação profissional, técnica, gerencial	397	291	41	729
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	208	176	92	476
Assistência jurídica	14	21	13	48
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	40	37	39	116
Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)	31	54	48	133
Assessoria na constituição, formalização ou registro	70	59	50	179
Outro. Qual?	15	24	8	47

**QUESTÃO 46 - Quem forneceu o apoio aos empreendimentos**

<b>ENTIDADES QUE FORNECERAM APOIO</b>	<b>TOTAL</b>
Órgãos governamentais. Qual?	601
ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc. Qual?	401
Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação). Qual?	294
Sistema "S" (Sebrae, SESCOOP, etc). Qual?	286
Outra. Qual?	121
Cooperativas de técnicos(as). Qual?	84
Universidades, incubadoras, Unitrabalho. Qual?	79
<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS</b>
202	1
8	2

**QUESTÃO 47 - Quais as instâncias de direção e coordenação dos empreendimentos**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Assembléia de sócios(as) ou reunião do coletivo de sócios(as)	1.180
Diretoria, Conselho Diretor ou Coordenação	1.029
Conselho Fiscal	1.000
Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos	566
Conselho Administrativo	165
Conselho Consultivo	31
Comissão ou Conselho de Ética	19
Outra. Qual?	9
<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS</b>

337	1
261	2
616	3
270	4
34	5
7	6

**QUESTÃO 48 - Quais as formas de participação dos(as) sócios(as) nas decisões**

<b>FORMAS DE PARTICIPAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Participação nas decisões cotidianas do empreendimento	1.267
Acesso aos registros e informações do empreendimento	1.196
Eleição da diretoria em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	1.028
Prestação de contas aos(às) sócios(as) em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	1.008
Decisão sobre destino das sobras e fundos em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	677
Plano de trabalho definido em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	645
Contratações e remunerações definidas em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	159
Não existe	7

<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS</b>
169	1
180	2
289	3
253	4
324	5
212	6
97	7
1	8

**QUESTÃO 49 - Qual a periodicidade da assembléia geral/reunião do coletivo de sócios(as) dos empreendimentos**

<b>PERIODICIDADE</b>	<b>TOTAL</b>
Mensal	1.090
Semanal ou quinzenal	176
Bimestral ou trimestral	169
Semestral	33
Anual ou mais de 1 ano	23
Outra	19
Não realiza	15
<b>TOTAL</b>	<b>1.525</b>

**QUESTÃO 50 - No ano anterior, os resultados da atividade econômica dos empreendimentos, sem contar as doações de recursos, caso existam, permitiram**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Pagar as despesas e ter uma sobra	577
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	516
Não deu para pagar as despesas	302
Não se aplica	130
<b>Total</b>	<b>1.525</b>

**QUESTÃO 51 - Se houve sobra (resposta 1 da questão anterior), qual o destino**

<b>DESTINOS DAS SOBRAS</b>	<b>TOTAL</b>
Distribuição entre sócios(as)	279
Fundo de investimento	207
Fundo de reserva	200
Fundo de solidariedade	56
Fundo de assistência técnica e educacional	10
Integralização de capital	10
Outro. Qual?	5

<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS</b>
426	1
116	2
32	3
2	4
1	5

**QUESTÃO 52 - Existem sócios(as) que trabalham ou atuam diretamente nos empreendimentos**

<b>RESPOSTAS</b>	<b>TOTAL</b>
Sim	1.125
Não	401
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 53 - Número de sócios(as) que trabalham nos empreendimentos**

<b>TRABALHADORES(A S)</b>	<b>QTD EMPREENDIMENTOS</b>	<b>MULHERES</b>	<b>HOMENS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>MÉDIA</b>
1 a 10	313	1.138	775	1.913	6
11 a 20	272	2.452	1.796	4.248	16
21 a 50	368	5.403	7.013	12.416	34
Acima de 50	171	7.590	10.497	18.087	106
<b>TOTAL</b>	<b>1.124</b>	<b>16.583</b>	<b>20.081</b>	<b>36.664</b>	<b>33</b>

**QUESTÃO 54 - Tipos de remuneração dos(as) sócios(as) que trabalham nos empreendimentos**

<b>DESTINOS DAS SOBRAS</b>		<b>TOTAL</b>
Remuneração por produto ou produtividade		740
Não está conseguindo remunerar		242
Outro tipo. Qual?		76
Remuneração por horas trabalhadas		40
Remuneração fixa		39
Não há remuneração (autoconsumo ou voluntário)		37
<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS</b>	
1.060	1	
57	2	

**QUESTÃO 55 - Se está conseguindo remunerar os(as) sócios(as) que trabalham nos empreendimentos, qual a remuneração média mensal**

<b>FAIXAS</b>	<b>EMPREENDIMENTOS</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL DAS MÉDIAS</b>	<b>MÉDIA</b>
Até 1/2 salário mínimo	408	26,74%	R\$ 33.557,25	R\$ 82,25
1/2 a 1 salário mínimo	255	16,71%	R\$ 71.023,75	R\$ 278,52
1 a 2 salários mínimos	120	7,86%	R\$ 61.578,29	R\$ 513,15
2 a 5 salários mínimos	28	1,83%	R\$ 30.154,14	R\$ 1.076,93
Maiores que 5 salários mínimos	5	0,33%	R\$ 15.390,49	R\$ 3.078,10
<b>TOTAL</b>	<b>816</b>	<b>53,47%</b>	<b>R\$ 211.703,92</b>	<b>R\$ 138,73</b>

EES que responderam R\$ 0,00 58  
 Não informaram remuneração 652

**O valor de referência para a classificação é de R\$ 380,00 que corresponde ao Salário Mínimo de 2007**

**QUESTÃO 56 - Quais os benefícios, garantias e direitos para sócios(as) que trabalham nos empreendimentos**

<b>DESTINOS DAS SOBRAS</b>		<b>TOTAL</b>
Não existem		950
Qualificação social e profissional		138
Equipamentos de segurança		36
Gratificação natalina		17
Outro. Qual?		16
Férias remuneradas		9
Comissão de prevenção de acidentes no trabalho		5
Descanso semanal remunerado		5
<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS</b>	
1.080	1	

38	2
4	3
2	4

**QUESTÃO 57 - Os empreendimentos possuem trabalhadores(as) não sócios(as)**

RESPOSTAS	TOTAL
Não	1.428
Sim	98
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 58 - Quantos não sócios(as) trabalham nos empreendimentos**

TRABALHADORES	QTD EMPREENDIMENTOS	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MÉDIA
1 a 10	82	103	176	279	3
11 a 20	9	38	103	141	16
21 a 50	7	85	149	234	33
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>428</b>	<b>226</b>	<b>654</b>	<b>7</b>

**QUESTÃO 59 - Qual a periodicidade de contratação dos(as) trabalhadores(as) não sócios(as)?**

RESPOSTAS	TOTAL
Temporária	58
Permanente	33
Ambas	7
<b>Total</b>	<b>98</b>

**QUESTÃO 60 - Qual o tipo de trabalho do(as) trabalhadores(as) não sócios(as) nos empreendimentos**

TIPOS DE TRABALHO	TOTAL
Produção (trabalho na produção ou prestação de serviços)	55
Manutenção e serviços gerais	23
Administração, secretaria, contabilidade, finanças	19
Representação comercial, vendas, comunicação	12
Outro. Qual?	12
Gerência, assessoria, consultoria	9

QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS	QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS
91	1
7	2

**QUESTÃO 62 - Qual a remuneração média mensal paga a trabalhadores(as) não sócios(as), considerando o tipo de trabalho executado nos empreendimentos**

<b>TIPOS DE TRABALHOS</b>	<b>EMPREENDIMENTOS</b>	<b>MÉDIA</b>
1. Gerência, assessoria, consultoria	6	R\$ 1.287,83
2. Administração, secretaria, contabilidade, finanças	15	R\$ 335,60
3. Manutenção e serviços gerais	19	R\$ 378,68
4. Representação comercial, vendas, comunicação	10	R\$ 451,10
5. Produção (trabalho na produção ou prestação de serviços)	49	R\$ 277,90
6. Outro tipo de trabalho	7	R\$ 245,86
<b>TOTAL</b>	<b>106</b>	<b>R\$ 375,52</b>

**QUESTÃO 63 - Os empreendimentos participam de alguma rede ou fórum de articulação**

<b>RESPOSTAS</b>	<b>TOTAL</b>
Sim	946
Não	580
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 64 - Se a resposta for SIM, especifique de que tipo de rede ou fórum de articulação os empreendimentos participam**

<b>TIPOS DE REDE/FÓRUM DE ARTICULAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas	539
Movimentos social ou sindical. Qual?	286
Ongs, Igrejas, Pastorais, Fundações etc. Quais?	124
Fórum ou Rede de Economia Solidária	117
Redes de produção/comercialização. Qual?	109
Outras articulações ou redes. Qual?	74
Federações de cooperativas. Qual?	51
Outro. Qual?	48
Centrais de comercialização. Qual?	39
Complexos cooperativos. Qual?	23

<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS</b>
589	1
258	2
91	3
8	4

**QUESTÃO 65 - Os empreendimentos têm alguma relação ou participam de movimentos sociais e populares**

<b>RESPOSTAS</b>	<b>TOTAL</b>
Sim	1.012
Não	514
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 66 - Se a resposta for SIM, que tipo de movimento**

<b>TIPOS DE MOVIMENTO</b>	<b>TOTAL</b>
Movimento sindical urbano ou rural	578
Movimento comunitário	400
Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	340
Movimento ambientalista	198
Movimento de luta por moradia	127
Religioso ou pastoral	124
Mulheres / gênero	69
Movimento pela igualdade racial	55
Outro movimento. Qual?	42
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	23
<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS</b>
518	1
258	2
107	3
69	4
38	5
19	6
3	7

**QUESTÃO 67 - Os empreendimentos participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária**

<b>RESPOSTAS</b>	<b>TOTAL</b>
Sim	1.085
Não	441
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 68 - Se a resposta for SIM, em que área**

<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Educação	692
Saúde	540
Trabalho	540
Meio ambiente	437
Moradia	305
Redução da violência	137

Alimentação/doações/instituições/assistência social	135
Lazer/esporte/cultura/religião	96
Outra. Qual?	31

QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS	QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS
278	1
304	2
191	3
156	4
108	5
46	6
2	7

**QUESTÃO 69 - Os empreendimentos têm alguma iniciativa com vistas à qualidade de vida dos(as) consumidores(as) de seus produtos e/ou serviços**

RESPOSTAS	TOTAL
Sim	1.005
Não	521
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 70 - Se a resposta for SIM, que tipos de iniciativa**

TIPOS DE INICIATIVA	TOTAL
Preços dos produtos e/ou serviços facilita o acesso aos(às) consumidores(as)	517
Oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos	361
Incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo	353
Informações dos produtos e/ou serviços aos(às) consumidores(as)	270
Qualificação e qualidade do produto e/ou serviço	162
Outra. Qual?	23

QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS	QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS
532	1
309	2
120	3
44	4

**QUESTÃO 71 - Os empreendimentos geram algum tipo de resíduo (lixo ou sobra de materiais) a partir da atividade produtiva ou da prestação de serviços**

RESPOSTAS	TOTAL
Sim	1.036
Não	490
<b>Total</b>	<b>1.526</b>

**QUESTÃO 72 - Se a resposta for SIM, qual o tratamento e/ou destino dado aos resíduos gerados nos empreendimentos**

<b>TRATAMENTOS E/OU DESTINOS</b>	<b>ORDEM 1</b>	<b>ORDEM 2</b>	<b>ORDEM 3</b>	<b>TOTAL</b>
Coleta de lixo normal	234	120	11	365
Coleta de lixo especial	26	18	5	49
Realização de algum tipo de tratamento dos resíduos antes de eliminar	21	25	7	53
Reaproveitamento dos resíduos no empreendimento	538	64	8	610
Despejo em esgotos sem tratamento	4	3	1	8
Despejo em rios, riachos ou córregos sem tratamento	2	3	0	5
Venda dos resíduos	16	12	2	30
Acúmulo no local do empreendimento	53	72	10	135
Queima ou incineração	130	69	6	205
Outro. Qual?	11	11	4	26

fechar

<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoEstadual.asp?Estado=PE>